



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Presidente - Pedro Ribeiro

Vice Presidente - Nuno Moreira

Vogais - Maria José Moura

- Rui Martinho

Contactos:

R. Castilho, nº 45 - 51

1269-164 LISBOA

Tel: 213846000

Website: www.ifap.pt

E-mail: ifap@ifap.pt

Coordenação Técnica:

Gabinete de Planeamento Estratégico

Área de Planeamento Estratégico e Projetos

| | |
|--|----|
| Introdução | 18 |
| I Órgãos estatutários | 19 |
| 1. Conselho Diretivo | 19 |
| 2. Fiscal único | 20 |
| II Visão, Missão, Atribuições e Valores | 21 |
| 1. Apresentação | 21 |
| 1.1. IFAP - Organismo Pagador do FEAGA e FEADER | 21 |
| 1.2. IFAP - Autoridade de Certificação e Organismo Intermédio do FEAMP | 22 |
| 2. Visão | 23 |
| 3. Missão | 23 |
| 4. Atribuições | 23 |
| 5. Valores | 24 |
| III Recursos | 25 |
| 1. Recursos humanos | 25 |
| 1.1. Organograma | 25 |
| 1.2. Caracterização | 27 |
| 1.3. Formação profissional | 30 |
| 2. Recursos financeiros | 33 |
| 3. Recursos materiais | 35 |
| 3.1. Recursos imobiliários | 35 |
| 3.2. Equipamento de transporte | 36 |
| 3.3. Bens e serviços | 36 |
| IV Estratégia e objetivos | 38 |
| 1. Principais linhas de orientação | 38 |
| 2. Objetivos estratégicos | 39 |
| 3. Objetivos operacionais do QUAR e do Plano de Atividades de 2018 | 40 |
| Enquadramento com os objetivos estratégicos | 40 |
| V Autoavaliação | 43 |

| | |
|---|----|
| 1. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)..... | 43 |
| 2. Plano de Atividades..... | 46 |
| 2.1. Departamento de Ajudas Diretas (DAD) | 47 |
| 2.2. Departamento de Ajudas ao Investimento (DAI) | 48 |
| 2.3. Departamento de Apoios de Mercado (DAM) | 52 |
| 2.4. Departamento de Controlo (DCO) | 53 |
| 2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)..... | 54 |
| 2.6. Departamento de Sistemas de Informação (DSI)..... | 56 |
| 2.7. Departamento Financeiro (DFI)..... | 57 |
| 2.8. Departamento Jurídico (DJU)..... | 58 |
| 2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR) | 59 |
| 2.10. Gabinete de Auditoria (GAU) | 60 |
| 2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)..... | 62 |
| 2.12. Coordenação de Segurança da Informação (CSI)..... | 64 |
| VI Atividades desenvolvidas..... | 65 |
| 1. Intervenções no domínio do financiamento..... | 65 |
| 1.1. Ajudas ao setor da agricultura..... | 66 |
| 1.2. Ajudas ao setor da pesca | 71 |
| 2. Intervenções no domínio do controlo..... | 72 |
| 2.1. Sistema integrado de gestão e controlo..... | 72 |
| 2.2. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade | 80 |
| 3. Comunicação e Publicidade Institucional | 84 |
| 4. Relacionamento com Instituições Comunitárias | 86 |
| 5. Auditoria..... | 87 |
| 6. Área Jurídica..... | 88 |
| 7. Medidas de Modernização Administrativa | 90 |
| 8. Sistemas de Informação | 90 |
| 9. Participações Sociais | 91 |
| VII Contas | 93 |
| VIII Anexos | 96 |

| | |
|--|-----|
| Anexo 1 - QUAR | 97 |
| 1. QUAR | 97 |
| 2. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados | 99 |
| 3. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI) | 102 |
| 4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho | 103 |
| 5. <i>Benchmarking</i> de desempenho com serviços idênticos | 104 |
| 6. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação | 104 |
| Anexo 2 - Pagamentos | 105 |
| Anexo 3 - Auditoria | 114 |
| Anexo 4 - Resultados dos inquéritos de satisfação de beneficiários (Barómetro de satisfação) | 116 |
| Anexo 5 - Balanço Social | 117 |

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Distribuição por grupo/cargo/carreira, modalidade de vinculação e género | 29 |
| Quadro 2 - Distribuição dos colaboradores por Departamento | 30 |
| Quadro 3 - Formação Geral 2018..... | 31 |
| Quadro 4 - Formação Tecnologias de Informação 2018 | 31 |
| Quadro 5 - Formação Presencial 2018 extra-plano..... | 32 |
| Quadro 6 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental..... | 33 |
| Quadro 7 - Receitas previstas e receitas cobradas..... | 34 |
| Quadro 8 - Despesa orçamentada e despesa realizada | 34 |
| Quadro 9 - Tipos de imóveis | 35 |
| Quadro 10 - Objetivos operacionais do QUAR 2018 enquadrados com os objetivos estratégicos | 40 |
| Quadro 11- Objetivos operacionais do PA2018 enquadrados com os objetivos estratégicos | 41 |
| Quadro 12 - Recursos financeiros | 45 |
| Quadro 13 - Recursos humanos | 45 |
| Quadro 14 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global..... | 46 |
| Quadro 15 - Objetivos operacionais do DAD..... | 47 |
| Quadro 16 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DAD | 47 |
| Quadro 17 - Objetivos operacionais e indicadores do DAI | 48 |
| Quadro 18 - Indicadores dos Objetivos operacionais 1 e 2 do DAI | 48 |
| Quadro 19 - Indicadores dos Objetivos operacionais 3 a 5 do DAI | 50 |
| Quadro 20 - Indicadores do Objetivo operacional 6 do DAI | 51 |
| Quadro 21 - Objetivos operacionais do DAM | 52 |
| Quadro 22 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DAM..... | 52 |
| Quadro 23 - Objetivos operacionais do DCO..... | 53 |
| Quadro 24 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DCO | 54 |
| Quadro 25 - Objetivos operacionais do DGI | 54 |
| Quadro 26 - Indicadores dos objetivos operacionais do DGI | 55 |
| Quadro 27 - Objetivos operacionais do DSI | 56 |
| Quadro 28 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DSI | 56 |
| Quadro 29 - Objetivos operacionais do DFI | 57 |
| Quadro 30 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DFI | 57 |
| Quadro 31 - Objetivos operacionais do DJU | 58 |
| Quadro 32 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DJU | 58 |
| Quadro 33 - Objetivos operacionais do DGR..... | 59 |
| Quadro 34 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DGR..... | 60 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 35 - Objetivos operacionais do GAU | 60 |
| Quadro 36 - Indicadores dos Objetivos operacionais do GAU..... | 61 |
| Quadro 37 - Objetivos operacionais do GPE..... | 62 |
| Quadro 38 - Indicadores dos Objetivos operacionais do GPE | 63 |
| Quadro 39 - Objetivos operacionais da CSI | 64 |
| Quadro 40 - Indicadores dos Objetivos operacionais da CSI | 64 |
| Quadro 41 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola | 66 |
| Quadro 42 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca | 71 |
| Quadro 43 - Resultado do controlo administrativo 2018 | 75 |
| Quadro 44- Controlos <i>in loco</i> de superfícies (Continente) | 76 |
| Quadro 45 - Controlos de superfícies por teledeteção (Continente)..... | 77 |
| Quadro 46- Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos (RAM)..... | 77 |
| Quadro 47 - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de suínos (RAM)..... | 77 |
| Quadro 48 - Controlos de animais (Continente) | 77 |
| Quadro 49 - Controlos condicionalidade - Domínio ambiente | 77 |
| Quadro 50 - Controlos condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade | 78 |
| Quadro 51 - Controlos condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais | 78 |
| Quadro 52 - Controlos condicionalidade - Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA)..... | 78 |
| Quadro 53 - Controlos <i>in loco</i> de projetos de Investimento | 78 |
| Quadro 54 - Controlos <i>in loco</i> Florestação de Terras Agrícolas | 79 |
| Quadro 55 - Controlos <i>in loco</i> Vitis | 79 |
| Quadro 56 - Outros controlos realizados em 2018..... | 79 |
| Quadro 57 - Controlos de qualidade do controlo de Ajudas Superfícies | 82 |
| Quadro 58 - Controlos de qualidade do controlo de Ajudas Animais..... | 83 |
| Quadro 59 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de Investimento..... | 83 |
| Quadro 60 - Controlos de qualidade do controlo no âmbito do Vitis..... | 83 |
| Quadro 61 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas realizados em 2018..... | 83 |
| Quadro 62 - Balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2018 | 94 |
| Quadro 63 - Demonstração de resultados do exercício 2017 e 2018 | 95 |
| Quadro 64 - Total de Pagamentos efetuados no ano de 2017 e 2018 | 105 |
| Quadro 65 - Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados..... | 105 |
| Quadro 66 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Quadro resumo | 106 |
| Quadro 67 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Quadro resumo | 106 |
| Quadro 68 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 1..... | 106 |
| Quadro 69 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 2..... | 107 |
| Quadro 70 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 3..... | 107 |
| Quadro 71 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 4..... | 107 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 72 - PDR 2020 - Pagamentos transitados de programas anteriores - Quadro resumo ... | 108 |
| Quadro 73 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos | 108 |
| Quadro 74 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 - Quadro resumo..... | 109 |
| Quadro 75 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 | 109 |
| Quadro 76 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ Quadro resumo | 110 |
| Quadro 77 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ | 110 |
| Quadro 78 - PRORURAL+ - Pagamentos transitados de programas anteriores - Quadro resumo | 110 |
| Quadro 79 - POSEI | 111 |
| Quadro 80 - Medidas Veterinárias..... | 111 |
| Quadro 81 - Seguros..... | 111 |
| Quadro 82 - Outros Apoios - Agricultura | 112 |
| Quadro 83 - Linhas de Crédito..... | 112 |
| Quadro 84 - Vinho | 112 |
| Quadro 85 - Pescas - MAR 2020..... | 113 |
| Quadro 86 - Barómetro de satisfação | 116 |
| Quadro 87 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género..... | 117 |
| Quadro 88 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género..... | 118 |
| Quadro 89 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género | 119 |
| Quadro 90 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género | 120 |
| Quadro 91 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género..... | 121 |
| Quadro 92 - Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género..... | 121 |
| Quadro 93 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação | 122 |
| Quadro 94 - Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género | 122 |
| Quadro 95 - Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género | 123 |
| Quadro 96 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento | 123 |
| Quadro 97 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género | 124 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 98 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género | 124 |
| Quadro 99 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género | 125 |
| Quadro 100 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género | 126 |
| Quadro 101 - Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género | 126 |
| Quadro 102 - Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação | 127 |
| Quadro 103 - Estrutura remuneratória, por género | 128 |
| Quadro 104 - Total dos encargos anuais com pessoal..... | 129 |
| Quadro 105 - Suplementos remuneratórios..... | 130 |
| Quadro 106 - Encargos com prestações sociais | 130 |
| Quadro 107 - Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género | 131 |
| Quadro 108 - Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho..... | 132 |
| Quadro 109 - Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano | 132 |
| Quadro 110 - Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo..... | 132 |
| Quadro 111 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais..... | 133 |
| Quadro 112 - Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração | 133 |
| Quadro 113 - Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação | 134 |
| Quadro 114 - Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação | 135 |
| Quadro 115: Despesas anuais com formação..... | 135 |
| Quadro 116 - Relações profissionais | 135 |

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2018 | 27 |
| Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2018 | 27 |
| Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2018 | 28 |
| Gráfico 4 - Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2018 | 28 |
| Gráfico 5 - Antiguidade em 31/12/2018 | 29 |
| Gráfico 6 - Avaliação dos indicadores do QUAR..... | 43 |
| Gráfico 7 - Avaliação dos objectivos do QUAR..... | 43 |
| Gráfico 8 - Avaliação dos parâmetros do QUAR..... | 43 |
| Gráfico 9 - Número de objectivos cumpridos ou superados face aos propostos | 46 |
| Gráfico 10 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%) | 66 |

Glossário de Siglas

| SIGLA | DESCRITIVO |
|----------|---|
| AAIF | Área de Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas |
| AC | Autoridade de Certificação |
| AG | Autoridade de Gestão |
| APEP | Área de Planeamento Estratégico e Projetos |
| APP | <i>Application Software</i> |
| ARCC | Área de Relações Comunitárias e Comunicação |
| AZD | Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas |
| BDD | Base de Dados de Devedores |
| BDIC | Base de Dados de Identificação Civil |
| BD SNIRA | Base de dados do Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal |
| CAD | Controlo Administrativo |
| CCP | Código dos Contratos Públicos |
| CD | Conselho Diretivo |
| CE | Comissão Europeia |
| CFA | Comité dos Fundos Agrícolas |
| CIVE | Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado |
| CPA | Código do Procedimento Administrativo |
| CSI | Coordenação de Segurança da Informação |
| CSSI | Conselho de Segurança dos Sistemas de Informação |
| DAD | Departamento de Ajudas Diretas |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---------|--|
| DAI | Departamento de Apoios ao Investimento |
| DAM | Departamento de Apoios de Mercado |
| DAS | <i>Déclaration d'Assurance</i> |
| DCO | Departamento de Controlo |
| DEFI | Decisão final |
| DFI | Departamento Financeiro |
| DG | Declaração de Gestão |
| DG AGRI | <i>Directorate-General for Agriculture and Rural Development</i> |
| DGAV | Direção Geral de Alimentação e Veterinária |
| DGI | Departamento de Gestão e Controlo Integrado |
| DGR | Departamento de Administração e Gestão de Recursos |
| DGTF | Direção Geral do Tesouro e Finanças |
| DJU | Departamento Jurídico |
| DRAP | Direção Regional de Agricultura e Pescas |
| DSI | Departamento de Sistemas de Informação |
| EM | Estado Membro |
| EPD | Encarregado da Proteção de Dados |
| ESA | Estrutura Segregada de Auditoria |
| FEADER | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural |
| FEAGA | Fundo Europeu Agrícola de Garantia |
| FEAMP | Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas |
| FEIIF | Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado |
| FTA | Florestação de Terras Agrícolas |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|----------|---|
| GAL | Grupo de Ação Local |
| GAU | Gabinete de Auditoria |
| GPE | Gabinete de Planeamento Estratégico |
| IB | Identificação do Beneficiário |
| IFAP | Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas |
| IGAMAOT | Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território |
| IGF | Inspeção-Geral de Finanças |
| INA | Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas |
| IPAC | Instituto Português de Acreditação |
| IRN | Instituto dos Registos e Notariado |
| iSIP | Plataforma informática do IFAP que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP) |
| ISO | <i>International Organization for Standardization</i> |
| JRC | <i>Joint Research Center</i> |
| LEADER | Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural |
| MAA | Medidas Agroambientais |
| MAFDR | Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural |
| MAR 2020 | Programa Operacional Mar 2020 |
| MF | Ministério das Finanças |
| MPI | Ministério do Planeamento e das Infraestruturas |
| NACM | Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira |
| NAIN | Núcleo de Auditoria Interna |
| NAME | Núcleo de Apoios de Mercado |
| NAPI | Núcleo de Apoios ao Investimento |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|------------------|--|
| NCOM | Núcleo de Contas Comunitárias |
| NCPO | Núcleo de Condicionalidade e POSEI |
| NGFI | Núcleo de Gestão Financeira e Tesouraria |
| NORD | Núcleo de Normalização e Desenvolvimento |
| NP | Norma de Procedimentos |
| NPAC | Núcleo de Programação e Acompanhamento de Controlo |
| NPGM | Núcleo de Produção e Gestão Micro-Informática |
| NSIGC | Não pertencente ao Sistema Integrado de Gestão e Controlo |
| OI | Organismo Intermédio |
| OLAF | Organismo Europeu de Luta Antifraude |
| OP | Organismo pagador |
| PA | Processo administrativo |
| PAA | Plano Anual de Auditorias |
| PAC | Política Agrícola Comum |
| PDR 2020 | Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 |
| PJA | Pagamento para os Jovens Agricultores |
| PNASV | Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola |
| POC | Prémio por Ovelha e Cabra |
| POSEI | Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade |
| PRE | Pagamento Redistributivo |
| PRODERAM 2020 | Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020 |
| PRORURAL+ | Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2014-2020 |
| PRV | Processo de recuperação de verbas |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|---------|---|
| PU | Pedido Único de Ajudas |
| PVE | Parque de Veículos do Estado |
| QCA | Quadro Comunitário de Apoio |
| QUAR | Quadro de Avaliação e Responsabilização |
| RAA | Região Autónoma dos Açores |
| RAM | Região Autónoma da Madeira |
| REA | Regime Específico de Abastecimento |
| RGPD | Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados |
| RPA | Regime da Pequena Agricultura |
| RPB | Regime de Pagamento Base |
| RURIS | Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 |
| SC | Seguro de colheitas |
| SFH-OP | Seguro de Frutas e Hortícolas |
| SGL | Sistema de Gestão da Informação |
| SGQ | Sistema de Gestão da Qualidade |
| SGSI | Sistema de Gestão da Segurança da Informação |
| SI | Sistema de Informação |
| SIAFD | Sistema de Informação de Apoio às Funções Delegadas |
| SIBS | Sociedade Interbancária de Serviços |
| SIGC | Sistema Integrado de Gestão e Controlo |
| SIIE | Sistema de Informação dos Imóveis do Estado |
| SINREAP | Sistema de Informação do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária |
| SIP | Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|-------|---|
| SIRIC | Sistema Integrado de Registo e Identificação Civil |
| SMS | <i>Short Message Service</i> |
| SNGM | Sistema Nacional de Garantia Mútua |
| SNIRA | Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal |
| SSI | Segurança dos Sistemas de Informação |
| SVC | Seguro Vitícola de Colheitas |
| SW | <i>Software WeMake</i> |
| TCE | Tribunal de Contas Europeu |
| TC | Tribunal de Contas |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| UADR | Unidade de Ajudas ao Desenvolvimento Rural |
| UAGD | Unidade de Administração e Gestão Documental |
| UAJE | Unidade de Ajudas Específicas |
| UAPO | Unidade de Acompanhamento de Programas |
| UCIA | Unidade de Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas |
| UCTC | Unidade de Contencioso |
| UCON | Unidade de Contabilidade |
| UDAD | Unidade de Desenvolvimento de Aplicações e Dados |
| UDCC | Unidade de Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional |
| UDEV | Unidade de Devedores |
| UE | União Europeia |
| UFOR | Unidade de Formulários |
| UGCP | Unidade de Gestão de Compras e Património |

| SIGLA | DESCRITIVO |
|-------|---|
| UGM | Unidade Gestora de Medida |
| UGOP | Unidade de Gestão Operacional |
| UGQS | Unidade de Gestão de Meios, Qualidade e Segurança |
| UIGE | Unidade de Informação, Gestão e Especificações Técnicas |
| UIPA | Unidade de Identificação Parcelar |
| UJRD | Unidade Jurídica |
| UMIM | Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados |
| UOCO | Unidade de Orçamento e Controlo |
| UOPC | Unidade Operacional de Controlo |
| UORH | Unidade de Organização e Gestão de Recursos Humanos |
| UPAB | Unidade de Protocolos e Apoio ao Beneficiário |
| UPAD | Unidade de Pagamentos Diretos |
| UPRF | Unidade de Produtos Financeiros |
| UREC | Unidade de Recuperações |
| UREP | Unidade de Reengenharia e Processos |
| URPB | Unidade de Regime de Pagamento Base |
| USCP | Unidade de Sistemas, Comunicação e Produção |
| VITIS | Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas |
| VFL | Verificação Física no local |

No presente relatório são apresentados os resultados alcançados relativamente aos objetivos estabelecidos no QUAR e no Plano de Atividades, bem como as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) no decorrer do ano de 2018.

O IFAP é parte relevante de um sistema complexo de gestão e controlo, sendo a partilha de esforços, de meios e de informação com as restantes entidades que nele participam, essencial para otimizar o seu funcionamento e garantir a melhor aplicação dos recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento da agricultura, das florestas, das pescas e do mar, promovendo a sustentabilidade do mundo rural e das comunidades piscatórias.

No ano de 2018, o IFAP continuou a reger-se por uma política de qualidade na concessão dos apoios e incentivos, tendo presente a melhoria da articulação e interação com os seus *stakeholders* através da aposta na simplificação administrativa e inovação contínua dos processos, bem como no reforço e desenvolvimento de competências do seu capital humano, valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público.

Para além do cumprimento das funções de organismo pagador dos fundos agrícolas comunitários, o IFAP foi chamado a dar resposta a vários processos extraordinários de ajudas de emergência, nomeadamente, os apoios indemnizatórios aos agricultores atingidos pelos incêndios de 2017.

Na vertente interna, o IFAP manteve a aposta na valorização dos seus recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de competências dos colaboradores, por via da política de gestão da formação, tendo em vista a obtenção de ganhos de produtividade, a melhoria do desempenho e de qualidade.

Foi, também, dada continuidade às boas práticas já instituídas no IFAP no que respeita à promoção de uma cultura de igualdade de género e de cidadania e às iniciativas para a sustentabilidade ambiental, previstas na RCM 141/2018.

O Relatório de Atividades integra o contributo de todos os colaboradores do Instituto, tendo em conta a sua missão e os objetivos estratégicos, resultando, assim, de um processo participado por todas as unidades orgânicas, garantindo o contributo, o acompanhamento e a avaliação efetiva do público interno.

O IFAP é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais.

O fiscal único atua como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Em 2018, os membros dos órgãos estatutários do IFAP eram os apresentados seguidamente.

1. Conselho Diretivo

Presidente do IFAP

Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-E/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Vice-presidente

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-C/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Vogais

Maria José Rocha Peixoto de Moura, designada em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-D/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

Rui Manuel Costa Martinho, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 2740-F/2017 do Ministro das Finanças, do Ministro de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e da Ministra do Mar, de 30 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 65, de 31 de março de 2017), a partir de 1 de abril de 2017.

2. Fiscal único

Foi designado fiscal único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

1. Apresentação

O IFAP é um Instituto Público de regime especial, criado pelo Decreto-Lei nº 87/2007, integrando a administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, encontrando-se sujeito à tutela do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MADFR), do Ministério do Mar (MM), do Ministério das Finanças (MF) e do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (MPI).

O Instituto é o Organismo Pagador (OP) do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na aceção do artigo 7º do R.1306/2013, do Conselho. Pelo Decreto-Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser Autoridade de Certificação (AC) para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e pelo Despacho nº 2650 - B/2016, Organismo Intermédio (OI) no âmbito do MAR 2020.

1.1. IFAP - Organismo Pagador do FEAGA e FEADER

A Comissão Europeia (CE), com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo, para o efeito, um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. O Decreto-Lei nº 323/2007, de 28 de setembro, estabeleceu as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do OP das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designou o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribuiu à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame, a autoridade competente decidirá da acreditação do OP.

De acordo com o estabelecido no R.1306/2013, os Estados Membros (EM) poderão manter os organismos pagadores que foram acreditados antes de 20 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 1º do R.908/2014 e do Decreto-Lei nº 195/2012.

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza anualmente o exame do OP, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela CE, e elabora um relatório sobre as suas verificações que abrangem uma análise de:

- critérios de acreditação;
- procedimentos aplicados pelo OP;
- contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes;
- mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER;
- adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma declaração de gestão (DG) assinada pelo responsável máximo do OP acreditado, são os documentos com base nos quais a CE, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

Em relação ao exercício financeiro de 2018 (16 de outubro de 2017 a 15 de outubro de 2018), a CE concluiu pela integralidade, exatidão e veracidade das contas do IFAP relativas ao FEAGA e FEADER, pelo que propôs o respetivo apuramento na primeira decisão respeitante ao exercício financeiro de 2018.

1.2. IFAP - Autoridade de Certificação e Organismo Intermédio do FEAMP

Na área das pescas e dos assuntos marítimos, o IFAP, com estruturas segregadas e independentes, assume três distintos papéis.

Enquanto OI do MAR 2020, assegura um conjunto de importantes competências que lhe foram delegadas pela AG do MAR 2020, conforme consta do contrato de delegação de competências assinado em 23 de janeiro de 2017.

As responsabilidades do IFAP, na qualidade de AC, estão estabelecidas no artigo 126.º do R.1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e, ao nível da legislação nacional, nos artigos 40.º e 41.º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

A este respeito importa salientar que a AG, e os seus OI, e a AC, foram designados por despacho do Senhor Ministro das Finanças de 21 de junho de 2017, tendo por base a descrição dos

sistemas de gestão e controlo, assinado em 14 de junho do mesmo ano, e a auditoria da IGF de junho de 2017.

Importa, também, referir que o IFAP assegura a auditoria às operações do MAR 2020, através da sua Estrutura Segregada de Auditoria (ESA), conforme previsto nos artigos 45º, nº 2, e 46º do já referido Decreto-Lei nº 137/2014. A atividade do IFAP, enquanto ESA, é anualmente supervisionada pela IGF, na qualidade de Autoridade de Auditoria do MAR 2020.

2. Visão

A visão do IFAP é acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade.

3. Missão

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

4. Atribuições

Através do Decreto-Lei nº 195/2012, alterado pela declaração de retificação nº 50/2012, foram estabelecidas as suas atribuições:

- a) Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da PAC;
- b) Garantir o cumprimento da função de OP do FEAGA e do FEADER;
- c) Garantir o cumprimento da função de AC no âmbito do FEAMP, bem como de OI na aceção do Decreto-Lei nº 137/2014 e do Despacho nº 2650-B/2016;
- d) Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC), para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação;
- e) Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto.

A Portaria nº 393/2012 definiu a organização interna do IFAP e aprovou os seus estatutos. Nesta Portaria encontram-se estabelecidas todas as competências comuns e específicas dos departamentos e gabinetes que constituem o IFAP.

5. Valores

O IFAP prossegue a sua missão e visão sustentado em valores que caracterizam a atuação de todos os seus colaboradores, contribuindo para a consolidação da sua identidade organizacional perante cidadãos e parceiros:

Integridade - Ação pautada pela verdade, coerência e justiça e pela valorização de todas as pessoas de igual modo;

Foco no serviço público - Responsabilidade por criar valor para os cidadãos e gerir com seriedade a informação que lhe é confiada;

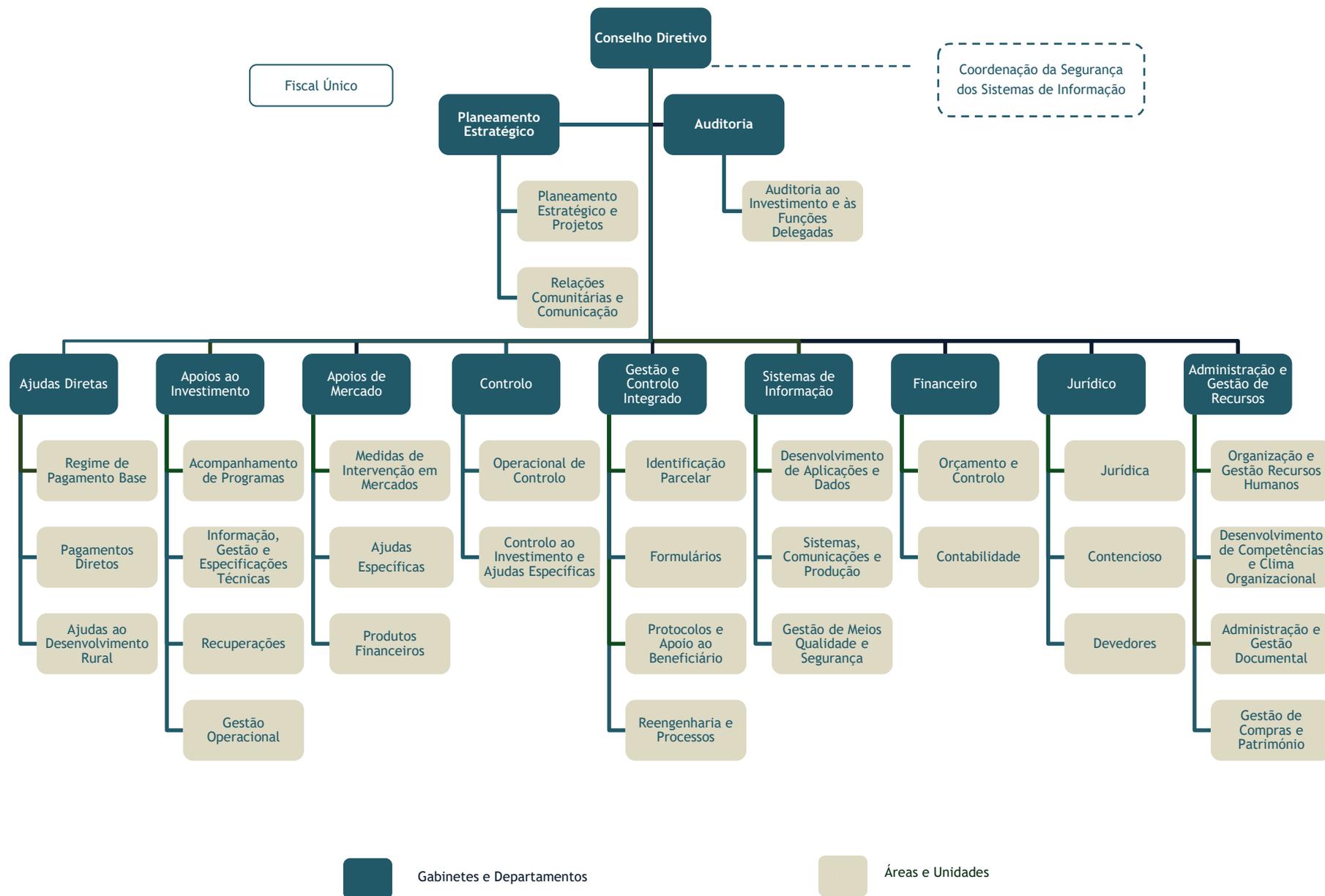
Atitude - Procura constante de oportunidades para desenvolver novas e melhores práticas;

Profissionalismo - Trabalho com dedicação, competência, capacidade de realização e elevados padrões de qualidade.

1. Recursos humanos

1.1. Organograma

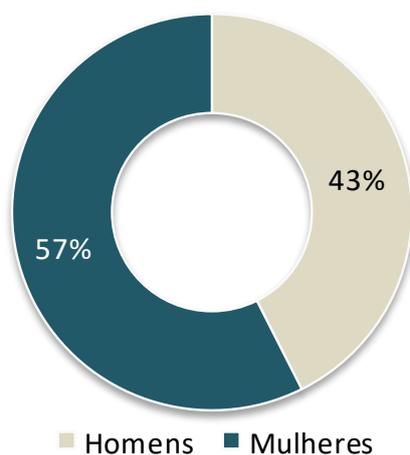
A estrutura do IFAP, em 31 de dezembro de 2018, incluía 9 departamentos, 2 gabinetes, 28 unidades, 3 áreas, e 13 núcleos e é apresentada no seguinte organograma.



1.2. Caracterização

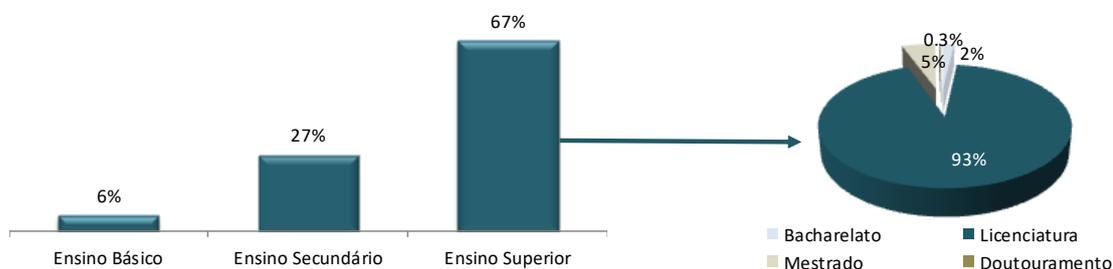
Em 31 de dezembro de 2018 exerciam funções no IFAP 566 colaboradores, sendo 57% mulheres e 43% homens (Gráfico 1). Face ao ano anterior, o total de colaboradores aumentou 0.5%.

Gráfico 1 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2018



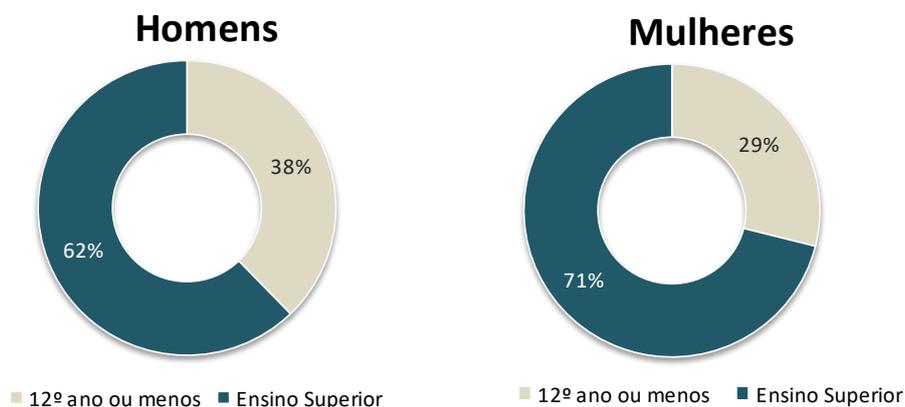
No que respeita ao nível de escolaridade, apresenta-se no Gráfico 2 a caracterização dos colaboradores do IFAP. Existem 381 colaboradores com habilitações ao nível do ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento), o que corresponde a 67% do total. Com habilitações ao nível do ensino secundário, existem 153 colaboradores, que representam 27% do número total, e ao nível do ensino básico, existem 32 colaboradores, correspondentes a 6% do total.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2018



Combinando esta análise com o género, verifica-se que 71% das mulheres e 62% dos homens possuem escolaridade de nível superior (Gráfico 3).

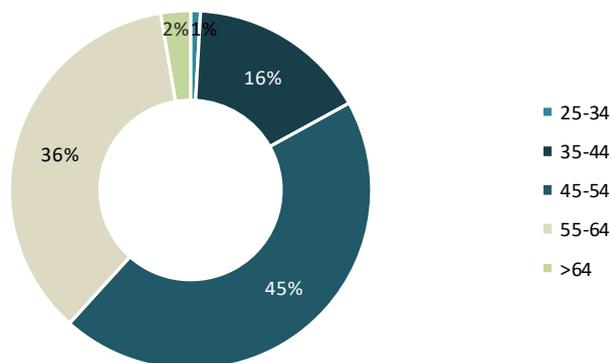
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2018



No que se refere ao escalão etário, manteve-se a maior representatividade do escalão dos 45-54 anos onde se enquadram 45% dos colaboradores do IFAP. A percentagem de colaboradores situados no escalão entre os 55 e os 64 anos é de 36%, a faixa etária dos 35 aos 44 anos representa 16%, entre os 25 e os 34 anos representa 1% e acima de 64 anos é de 3%.

A média de idades dos colaboradores do Instituto era, à data de 31 de dezembro de 2018, de 51.8 anos.

Gráfico 4 - Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2018



A modalidade de vínculo de maior incidência é o contrato de trabalho em funções públicas, com 508 colaboradores, representando 89.7% do total.

As funções de dirigentes, num total de 58, encontram-se todas a ser exercidas em comissão de serviço, existindo um equilíbrio de nomeações por género (28 homens e 30 mulheres).

Relativamente à carreira, os técnicos superiores representam 56.7% e o grupo dos assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e pessoal administrativo 24.6%, representando estas duas carreiras 81.3% do total.

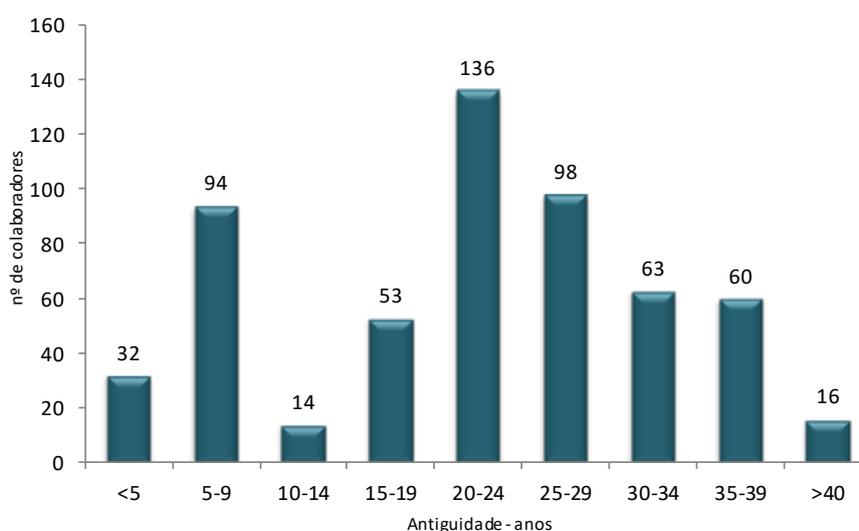
Quadro 1 - Distribuição por grupo/cargo/carreira, modalidade de vinculação e género

| Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação | CT em Funções Públicas por tempo indeterminado | | Comissão de Serviço no âmbito da LVCR | | TOTAL | | TOTAL |
|---|--|------------|---------------------------------------|-----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau | | | 1 | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau | | | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau | | | 7 | 4 | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau | | | 16 | 14 | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes | | | 2 | 11 | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 121 | 200 | | | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 58 | 81 | | | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 12 | 5 | | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | 22 | 9 | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 213 | 295 | 28 | 30 | 241 | 325 | 566 |

Em termos de antiguidade (Gráfico 5), evidencia-se uma maior concentração dos trabalhadores no grupo dos 20-24 anos, com 136 trabalhadores (24%), 25-29 anos, com 98 colaboradores (17%) e 5-9 anos, com 94 colaboradores (17%).

Durante o ano de 2018 verificaram-se 39 entradas, repartidas entre 20 homens e 19 mulheres, e 35 saídas (15 homens e 20 mulheres).

Gráfico 5 - Antiguidade em 31.12.2018



Quadro 2 - Distribuição dos colaboradores por Departamento

| Unidades orgânicas | Nº colaboradores previstos no mapa de pessoal | % | Nº de colaboradores em 31/12/2018 | % |
|--|---|---------------|-----------------------------------|---------------|
| Departamento de Ajudas Diretas | 61 | 9.2% | 51 | 7.7% |
| Departamento de Ajudas ao Investimento | 81 | 12.2% | 67 | 10.1% |
| Departamento de Apoios ao Mercado | 48 | 7.2% | 43 | 6.5% |
| Departamento de Controlo | 76 | 11.4% | 60 | 9.0% |
| Departamento de Gestão e Controlo Integrado | 72 | 10.8% | 67 | 10.1% |
| Departamento de Sistemas de Informação | 83 | 12.5% | 57 | 8.6% |
| Departamento Financeiro | 46 | 6.9% | 43 | 6.5% |
| Departamento Jurídico | 49 | 7.4% | 43 | 6.5% |
| Departamento de Administração e Gestão de Recursos | 84 | 12.7% | 81 | 12.2% |
| Gabinete de Auditoria | 22 | 3.3% | 20 | 3.0% |
| Gabinete de Planeamento Estratégico | 24 | 3.6% | 21 | 3.2% |
| Conselho Diretivo | 18 | 2.7% | 13 | 2.0% |
| Total | 664 | 100.0% | 566 | 100.0% |

1.3. Formação profissional

O plano de formação para 2018 integrou as ações de formação que, no diagnóstico de necessidades, se destacaram como prioritárias e com maior número de formandos. Para além das necessidades identificadas no ano de 2018, foram integradas, no plano, ações direcionadas para o desenvolvimento das competências comportamentais e liderança para dirigentes e chefias.

Com a entrada em aplicação do novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a proteção de dados pessoais entrou inegavelmente numa nova etapa muito mais exigente, sendo imprescindível assegurar que os colaboradores do IFAP estivessem devidamente preparados para responder aos novos desafios impostos por este regulamento.

Assim, e com o objetivo de facilitar o processo de mudança cultural, no que diz respeito à proteção dos dados pessoais tratados no IFAP, foi aprovado um programa de comunicação, sensibilização e formação, no qual se previa, entre outras iniciativas, a realização de uma ação de formação geral sobre o RGPD, envolvendo todos os colaboradores do Instituto.

Neste sentido, foi preparada a ação de formação “RGPD - Abordagem Geral”, na qual participaram, numa primeira fase, os dirigentes do IFAP e que depois se estendeu aos restantes colaboradores da organização, num total de 21 ações.

1.3.1. Formação presencial

Em 2018, em termos de formação geral, foram executados 5 cursos (7 ações) identificadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Formação Geral 2018

| Área temática/ Curso | N.º de ações | Nº participantes |
|--|--------------|------------------|
| Inglês para apresentações, reuniões e negociações | 1 | 11 |
| Inteligência Emocional - Criatividade, Comunicação e Interação | 1 | 13 |
| Novo Código dos contratos públicos | 3 | 233 |
| PREZI - Apresentações Dinâmicas | 1 | 15 |
| UML - Unified Modeling Language | 1 | 11 |
| Total Geral | 7 | 283 * |

*Este valor corresponde ao número de participações, uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos

No que concerne à formação no âmbito das TIC, foram executados 8 cursos, distribuídos por 9 ações.

Quadro 4 - Formação Tecnologias de Informação 2018

| Área temática/ Curso | N.º de ações | Nº participantes |
|---|--------------|------------------|
| Base de Dados - Modelo relacional e Linguagem SQL | 1 | 14 |
| Oracle Database 12C: Performance Management and Tuning | 2 | 2 |
| Oracle Database 12C: Workshop Instalação e Upgrade | 1 | 1 |
| Red Hat - System Administration I | 1 | 1 |
| Red Hat - System Administration II | 1 | 2 |
| Segurança da Informação: Gestão de Risco de TI | 1 | 2 |
| Segurança dos Sistemas de Informação: Soluções técnicas | 1 | 2 |
| Vmware vSPHERE Install, configure, Manage (V6) | 1 | 1 |
| Total Geral | 9 | 25 * |

*Este valor corresponde ao número de participações, uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos

Para além dos cursos e ações aprovados no Plano de formação anual, existem ainda cursos e ações de formação considerados como formação extra plano/inscrições pontuais, que, em 2018, foram as identificadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Formação Presencial 2018 extra-plano

| Área temática/ Curso | N.º de ações | Nº participantes |
|---|--------------|------------------|
| 3ª Conferência Internacional ISACA Lisboa Chapter | 1 | 1 |
| Abordagem geral de noções básicas de Primeiros Socorros | 1 | 8 |
| Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no trabalho - Conceitos básicos | 1 | 1 |
| Auditoria e controlo interno | 1 | 6 |
| Cidadania, Igualdade e Não Discriminação | 1 | 1 |
| Código do Procedimento Administrativo | 1 | 1 |
| Controlo de Gestão | 1 | 2 |
| Criação e Publicação de conteúdos para Web com HTML | 1 | 1 |
| CSX Fundamentals Workshop | 1 | 1 |
| European Academy: Implementing EAFRD in 2014-2020 and Beyond Seminar, Berlin | 1 | 2 |
| Folha de cálculo - Nível intermédio | 1 | 1 |
| Gestão do tempo para dirigentes | 1 | 4 |
| Gestão do tempo para técnicos superiores e assistentes técnicos | 1 | 3 |
| Gestor de contrato no âmbito do novo CCP | 2 | 27 |
| Igualdade e a Não discriminação | 1 | 2 |
| Invalidades dos atos administrativos e as impugnações administrativas | 1 | 6 |
| Lead Implementer ISO/IEC 27001+Data Protection best practices - 4 GDPR | 1 | 1 |
| Lei do trabalho em Funções Públicas, Férias, Faltas e Licenças | 1 | 1 |
| Noções e normas de qualidade | 1 | 2 |
| O código dos contratos públicos | 1 | 2 |
| O código dos contratos públicos 1ª Parte | 1 | 2 |
| Orçamentação dos Serviços Públicos | 1 | 4 |
| Practical Python Programming | 1 | 2 |
| Processador de texto - nível intermédio | 1 | 5 |
| RGPD - Abordagem geral | 16 | 204 |
| RGPD - Abordagem geral - dirigentes | 5 | 57 |
| Segurança e Saúde no Trabalho | 2 | 3 |
| Seminário de Rega de povoamentos arbóreos tradicionalmente de sequeiro | 1 | 3 |
| SIADAP - construção de objetivos e indicadores | 3 | 53 |
| SNC-AP | 1 | 1 |
| Técnicas de avaliação de riscos - Um requisito da norma NP EN ISO9001:2015-A/2018 | 1 | 1 |
| VI Conferência Human | 1 | 3 |
| Workshop HR Analytics | 1 | 1 |
| XXV Conferência anual IPAI | 1 | 7 |
| Total Geral | 57 | 419 * |

* Este valor corresponde ao número de participações, uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos

1.3.2. Formação *e-learning*

Relativamente à formação *e-learning*, o ano de 2018 decorreu dentro do previsto, sem grandes oscilações de desempenho, ao nível da plataforma.

2. Recursos financeiros

O orçamento de 2018 do IFAP e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEAMP e outras ajudas, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas, enquadráveis no Programa de Investimentos.

O Quadro 6 resume, por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado, que em 2018 foi de 215.1 milhões de euros.

Quadro 6 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental

Unidade: euros

| Receitas cobradas, Despesas pagas e Saldos apurados | | | | | | |
|---|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Divisões Orçamentais | Receita Cobrada Líquida | | Despesa Paga | | Saldos | |
| | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(1)-(3) | (6)=(2)-(4) |
| Funcionamento | 67 372 593 | 72 636 114 | 31 119 244 | 34 295 696 | 36 253 349 | 38 340 418 |
| Outras Ajudas | 254 508 525 | 224 470 241 | 174 301 146 | 137 081 219 | 80 207 379 | 87 389 022 |
| FEAGA | 31 434 710 | 12 794 879 | 25 467 283 | 7 107 759 | 5 967 427 | 5 687 120 |
| Investimento | 652 342 478 | 626 259 195 | 554 884 008 | 542 564 664 | 97 458 470 | 83 694 531 |
| Total | 1 005 658 306 | 936 160 429 | 785 771 681 | 721 049 338 | 219 886 625 | 215 111 091 |

| Divisões Extra Orçamentais | Cobranças Líquidas | | Pagamentos Realizados | | Saldos | |
|----------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-------------|-------------|
| | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(1)-(3) | (6)=(2)-(4) |
| Outras Ajudas | 27 239 234 | 23 650 843 | 27 239 234 | 23 650 843 | 0 | 0 |
| FEAGA | 760 449 318 | 797 143 614 | 760 449 318 | 797 143 614 | 0 | 0 |
| Investimento | 23 952 114 | 41 528 222 | 23 952 114 | 41 528 222 | 0 | 0 |
| Total | 811 640 666 | 862 322 679 | 811 640 666 | 862 322 679 | 0 | 0 |

Em 2018, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 147.5 milhões de euros (Quadro 7). De acordo com a distribuição constante deste quadro, da receita cobrada líquida de 936.2 milhões de euros, é de salientar que 66.9% respeitam a Orçamento de Investimento.

Quadro 7 - Receitas previstas e receitas cobradas

Unidade: euros

| Receitas previstas e Receitas cobradas | | | | | |
|--|--------------------|-------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Divisões Orçamentais | Previsão Inicial | Receita Cobrada Líquida | Desvio | Créditos Especiais | |
| | | | | Saldos Integrados | Transf. e RNAP |
| | (1) | (2) | (3)=(2)-(1) | (4) | (5) |
| Funcionamento | 40 327 943 | 72 636 114 | 32 308 171 | 36 253 351 | 559 904 |
| Outras Ajudas | 179 246 671 | 224 470 241 | 45 223 570 | 79 762 535 | 10 929 555 |
| FEAGA | 13 296 727 | 12 794 879 | -501 848 | 5 967 427 | 0 |
| Investimento | 555 807 584 | 626 259 195 | 70 451 611 | 97 456 044 | 6 940 097 |
| Total | 788 678 925 | 936 160 429 | 147 481 504 | 219 439 357 | 18 429 556 |

| Receitas previstas e Receitas cobradas | | | | | |
|--|----------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|----------------|
| Divisões Extra Orçamentais | Previsão Inicial | Receita Cobrada Líquida | Desvio | Créditos Especiais | |
| | | | | Saldos Integrados | Transf. e RNAP |
| | (1) | (2) | (3)=(2)-(1) | (4) | (5) |
| Outras Ajudas | 1 321 428 753 | 23 650 843 | -1 297 777 910 | 0 | 0 |
| FEAGA | 770 214 576 | 797 143 614 | 26 929 038 | 0 | 0 |
| Investimento | 45 628 083 | 41 528 222 | -4 099 861 | 0 | 0 |
| Total | 2 137 271 412 | 862 322 679 | -1 274 948 733 | 0 | 0 |

A estrutura dos valores da despesa do orçamento inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas. Assim, e de acordo com o Quadro 8, no que se refere à execução orçamental da despesa de 2018, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos de Investimento, que ascenderam a 542.6 milhões de euros representando 75.2% do total da despesa realizada.

Quadro 8 - Despesa orçamentada e despesa realizada

Unidade: euros

| Despesa Orçamentada e Despesa Realizada | | | | | | |
|---|--------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|--------------|
| Divisões Orçamentais | Orçamento Inicial | | Execução Orçamental | | Desvio | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(3)-(1) | (6)=(5)/(1) |
| Funcionamento | 40 327 943 | 5.1% | 34 295 696 | 4.8% | -6 032 247 | -15.0% |
| Outras Ajudas | 179 246 671 | 22.7% | 137 081 219 | 19.0% | -42 165 452 | -23.5% |
| FEAGA | 13 296 727 | 1.7% | 7 107 759 | 1.0% | -6 188 968 | -46.5% |
| Investimento | 555 807 584 | 70.5% | 542 564 664 | 75.2% | -13 242 920 | -2.4% |
| Total | 788 678 925 | 100.0% | 721 049 338 | 100.0% | -67 629 587 | -8.6% |

| Divisões Extra Orçamentais | Orçamento Inicial | | Execução Orçamental | | Desvio | |
|----------------------------|----------------------|---------------|---------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | Valor | % | Valor |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(3)-(1) | (6)=(5)/(1) |
| Outras Ajudas | 1 321 428 753 | 61.8% | 23 650 843 | 2.7% | -1 297 777 910 | -98.2% |
| FEAGA | 770 214 576 | 36.0% | 797 143 614 | 92.4% | 26 929 038 | 3.5% |
| Investimento | 45 628 083 | 2.1% | 41 528 222 | 4.8% | -4 099 861 | -9.0% |
| Total | 2 137 271 412 | 100.0% | 862 322 679 | 100.0% | -1 274 948 733 | -59.7% |

Nas outras componentes de despesa executada realçam-se:

- As despesas de funcionamento, no montante de cerca de 34 milhões de euros, representando 4.8% do total das despesas do Instituto;
- As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, representando 19% do total;
- O montante dos subsídios concedidos no âmbito do FEAGA, representando 1% do total;

Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Divisões Extra Orçamentais, que ascenderam a cerca de 862.3 milhões de euros, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias concedidas no âmbito do FEAGA.

3. Recursos materiais

3.1. Recursos imobiliários

Durante o ano de 2018 e decorrente do processo de auditoria contínua e regular à certificação, foram efetuadas diversas intervenções quer nos edifícios do IFAP, quer nos equipamentos que integram esses imóveis, de forma que os mesmos estivessem em conformidade com o exigível. Não tendo existido qualquer venda ou aluguer, o valor patrimonial manteve-se inalterado face ao ano de 2017, ascendendo aproximadamente a 5.8 milhões de euros, incluindo a componente de terreno e construção:

Quadro 9 - Tipos de imóveis

| Tipo | unidade:euros | |
|-----------------------------|---------------|------------------|
| | Quantidade | Valor |
| Armazém/Terreno | 2 | 849 001 |
| Escritórios (c/Registo SIE) | 38 | 4 952 593 |
| TOTAL | 40 | 5 801 594 |

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (ex: depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, como resultado da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais, também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas naquelas Direções.

Atualmente, todos os imóveis do IFAP que se encontram devolutos têm o respetivo certificado energético, sendo elegíveis para venda em hasta pública através da Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).

Foram, igualmente, desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da DGTF, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Os imóveis do IFAP que estiveram em hasta pública durante o ano de 2018 continuaram a não ser objeto de qualquer licitação.

3.2. Equipamento de transporte

A gestão centralizada do Parque de Veículos do Estado (PVE) tem como princípios orientadores não só o controlo da despesa e a simplificação e automatização dos processos, bem como a preferência por uma frota mais ecológica e eficiente em termos energéticos (Grandes Opções do Plano para 2014, Lei nº 83-B/2013, de 31 de dezembro).

No final de 2018, os equipamentos de transporte do IFAP eram constituídos por um parque automóvel (em regime de propriedade e aluguer operacional), num total de 73 viaturas, onde se incluíam 15 viaturas em regime de aluguer operacional. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP era nulo, dada a antiguidade das mesmas (nos termos do CIVE).

Maioritariamente, os veículos satisfazem necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange, ainda, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao investimento, entre outras.

Do total de 73 viaturas, existe um conjunto de 40 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

Considerando a necessidade de racionalizar a despesa e otimizar os recursos, foi efetuado um levantamento da situação atual da frota automóvel do IFAP (incluindo a frota cedida) com o objetivo de ajustar o dimensionamento quantitativo e qualitativo dos meios de transporte às necessidades dos diversos serviços, tendo para tal sido realizada uma análise técnico-económica com vista à renovação parcial da frota.

3.3. Bens e serviços

Foi garantido, durante o ano de 2018, o planeamento atempado de necessidades e a prossecução dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, por forma a suportar a atividade do IFAP. Tendo em consideração as necessidades de aquisição de bens e serviços

manifestadas face ao planeamento efetuado, o envolvimento dos departamentos, os júris de procedimentos e entidades com competência para autorização da despesa, os cronogramas definidos inicialmente foram em grande medida cumpridos, assegurando em tempo útil a aquisição de bens e serviços, sendo o principal fator crítico, a morosidade na obtenção de autorizações prévias e externas ao IFAP. O plano de aquisições foi objeto de monitorização e acompanhamento constante, por forma a detetar e corrigir eventuais desvios ao cronograma traçado.

Sempre que possível, existiu uma lógica de racionalização de procedimentos, reduzindo a vertente administrativa associada aos processos de aquisição, bem como a tentativa de obter poupanças resultantes da aglutinação de bens e serviços.

Na área de gestão do economato, a gestão eficiente de *stocks* foi primordial para que não se registassem quebras no fornecimento dos consumíveis necessários às atividades diárias de todos os serviços, sendo uma preocupação crescente que o material em *stock* necessite de um menor espaço de armazenagem. Após a conclusão da fase de desenvolvimentos e testes, o Módulo de Gestão de Aprovisionamento (ferramenta fiável de controlo da tramitação do processo de aquisição) entrou em produção no início do ano de 2014, respondendo assim a uma exigência da IGF e a uma necessidade do departamento. Durante o ano de 2016 entrou em produção a ligação ao sistema financeiro nas vertentes do cabimento e do compromisso, sendo que em 2018 concluíram-se os testes para as fases do contrato e da execução.

Quanto ao parque de telemóveis, garantiram-se os procedimentos de controlo fundamentais, nomeadamente na faturação. Foi realizado um ajustamento do número de equipamentos, considerando as necessidades atuais dos serviços, que teve impacto em 2018. Quanto ao imobilizado, foi realizado o seu levantamento, por forma a atualizar as existências e abater o imobilizado obsoleto.

1. Principais linhas de orientação

Para o ano de 2018, o CD do IFAP definiu as seguintes linhas orientadoras:

- Planear de forma sistemática e estruturada, os diversos regimes de apoio nacionais e comunitários, assegurando a realização dos pagamentos nos prazos definidos e com a regularidade adequada;
- Assegurar a gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental dos recursos nacionais e comunitários, garantindo a fiabilidade da prestação de contas à Comissão Europeia;
- Promover a revisão dos diferentes processos e procedimentos em vigor, numa perspetiva de simplificação, harmonização e racionalização dos mesmos por forma a reduzir a carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços da administração pública;
- Desenvolver uma política de comunicação integrada com os agricultores, as organizações de produtores, as associações e organizações profissionais e interprofissionais, bem como outros operadores económicos que exerçam uma atividade no domínio da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas;
- Promover uma melhor articulação com os serviços e organismos do MAFDR e MM, bem como estabelecer relações de colaboração com outras organizações, designadamente de agricultores, numa perspetiva de transparência e serviço público;
- Desenvolver e aprofundar a representação e o relacionamento com as instâncias europeias, assegurando a manutenção da acreditação do IFAP e aperfeiçoando a disponibilização e a fiabilidade da informação prestada relativa ao FEAGA e FEADER;
- Participar no controlo e gestão dos apoios FEAMP, enquanto organismo intermédio, assegurar a auditoria às operações, enquanto estrutura segregada de auditoria e garantir a certificação da respetiva despesa, na qualidade de autoridade de certificação;
- Promover a cooperação bilateral e multilateral com outros EM, nomeadamente através de diversos organismos pagadores, promovendo a partilha de experiências, o conhecimento de novos contextos e abordagens e a otimização dos recursos disponíveis;

- Promover a formação adequada dos recursos humanos, o desenvolvimento das suas carreiras e a mobilidade interna, de forma a fomentar e potenciar competências técnicas e de gestão, habilitando-os a corresponder a novos desafios na Instituição, promovendo igualmente a atratividade do IFAP junto de potenciais colaboradores;
- Reforçar o diálogo interno e a partilha de experiências entre colaboradores e serviços, estimulando a coesão interna e o espírito de grupo necessários à prossecução dos objetivos do IFAP;
- Potenciar a utilização de tecnologia e de soluções inovadoras na melhoria contínua dos processos de negócio;
- Operacionalizar a reforma da PAC, para o período 2014-2020, através da adequação dos sistemas de informação, de gestão e de controlo.

2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2018, foram os seguintes:

- Implementar uma política de qualidade na concessão dos apoios/incentivos assegurando a otimização dos prazos e a previsibilidade dos pagamentos com o objetivo de dinamizar a atividade e o investimento na agricultura e pescas;
- Melhorar a comunicação e a interação entre o IFAP e os seus stakeholders, através da aposta na simplificação administrativa e inovação dos processos, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado;
- Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público.

Enquadrados nos objetivos estratégicos, foram definidos 6 objetivos para o QUAR e 51 para o Plano de Atividades.

Os objetivos considerados relevantes no QUAR para o ano de 2018 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos, conforme programação aprovada;
- Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*;
- Reduzir o valor em dívida.

3. Objetivos operacionais do QUAR e do Plano de Atividades de 2018

Enquadramento com os objetivos estratégicos

Dos seis objetivos operacionais do QUAR 2018, três são de eficácia, um de eficiência e dois de qualidade.

Quadro 10 - Objetivos operacionais do QUAR 2018 enquadrados com os objetivos estratégicos

| | |
|----------------------------|--|
| EFICÁCIA (50%) | OE 1 - Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos |
| | OP1: Assegurar o pagamento das ajudas/ incentivos conforme programação aprovada (35%) |
| | OP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i> (35%) |
| | OP3: Garantir a execução do PDR 2020 (30%) |
| EFICIÊNCIA (25%) | OE 2 - Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de e-governement |
| | OP4: Reduzir o valor em dívida (100%) |
| QUALIDADE (25%) | OE 3 - Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público |
| | OP5: Melhorar a qualidade do serviço do atendimento (60%) |
| | OP6: Promover a formação adequada dos recursos humanos (40%) |

Quadro 11- Objetivos operacionais do PA2018 enquadrados com os objetivos estratégicos

| OE 1 - Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|---|-----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Enquadramento operacional | | Nº de indicadores por Departamento/Gabinete | | | | | | | | | | | |
| Objetivos Estratégicos (OE)/ Objetivos Operacionais (OP) | Relação OE | DAD | DAI | DAM | DCO | DGI | DSI | DFI | DJU | DGR | GAU | GPE | CSI |
| Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no PU | RD | | | | | | | | | | | 2 | |
| Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas no âmbito da aplicação do FEAGA | RD | 1 | | | | | | | | | | | |
| Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas no âmbito da aplicação do FEADER | RD | 1 | | | | | | | | | | | |
| Assegurar a correta gestão da condicionalidade | RD | 1 | | | | | | | | | | | |
| Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2017 | RI | 1 | | | | | | | | | | | |
| Cumprir os prazos dos pagamentos | RD | | | | | | | 2 | | | | | |
| Promover a recuperação dos fundos de forma célere e eficiente | RI | 3 | | | | | | | | | | | |
| Reduzir o valor potencial FEAGA FEADER a entregar à CE na conta anual de 2017, por aplicação da regra "50/50" (PA/4 anos) | RI | | | | | | | | 1 | | | | |
| Redução do valor em dívida | RI | | | | | | | | 1 | | | | |
| Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo interno dos projetos de investimento financiados pelo FEADER e FEAMP | RD | 5 | | | | | | | | | | | |
| Promover a fiabilidade dos controlos administrativos dos pedidos de pagamento e a fluidez dos fluxos financeiros, nos prazos | RD | 6 | | | | | | | | | | | |
| Gerir e operacionalizar os apoios aos projetos de investimento abrangidos pelo Programa Nacional de Regadios - PNR 2020 - | RD | 2 | | | | | | | | | | | |
| Assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento (PP) de modo a melhorar a fiabilidade e | RD | 7 | | | | | | | | | | | |
| Assegurar a realização dos apuramentos conducentes ao pagamento das medidas sob sua gestão, dentro dos prazos estabelecidos | RD | | | 2 | | | | | | | | | |
| Salvaguardar as boas práticas de gestão e controlo e racionalização de procedimentos | RD | | | 3 | | | | | | | | | |
| Reforçar o sistema de informação existente para a gestão das diversas medidas da competência do DAM | RD | | | 2 | | | | | | | | | |
| Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo in loco | RD | | | | 1 | | | | | | | | |
| Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco | RD | | | | 5 | | | | | | | | |
| Monitorizar a execução das atividades de controlo | RD | | | | 2 | | | | | | | | |
| Realizar controlo de qualidade do controlo | RD | | | | 4 | | | | | | | | |
| Funções delegadas, operacionalização (continuação) e planeamento | RD | | | | | | | | | | 1 | | |
| Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário | RD | | | | | 4 | | | | | | | |
| Preparação de certificação na norma ISO9001:2015 no âmbito do Sistema de gestão das Ajudas Diretas | RD | | | | | | 2 | | | | | | |
| Garantir a Manutenção da Certificação NP ISO/IEC 27001 | RD | | | | | | | | | | | | 2 |
| Garantir a constituição atempada dos processos de recuperação de verbas indevidamente atribuídas e o respetivo carregamento na Base | RI | | | 2 | | | | | | | | | |
| Assegurar a realização de ações de auditoria, nos termos constantes do Plano anual de auditoria (PAA) de 2018 | RI | | | | | | | | | | 1 | | |
| Assegurar a apresentação da proposta de Declaração de Gestão | RI | | | | | | | | | | 2 | | |
| Plano de Gestão de Riscos e Medidas Antifraude | RD | | | | | | | | | | 1 | | |
| Desenvolvimento aplicacional do SIAFD | RD | | | | | | | | | | 1 | | |
| Promover o desenvolvimento do sistema de informação no âmbito das atividades do GAU | RI | | | | | | | | | | 1 | | |
| Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante immobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as | RI | | | | | | | | | 2 | | | |
| Assegurar a aquisição de bens e serviços | RI | | | | | | | | | 2 | | | |
| Total de indicadores para o OE1 Por Unidade orgânica | | 4 | 23 | 9 | 12 | 4 | 2 | 2 | 2 | 4 | 7 | 2 | 2 |

| OE 2 - Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de e-governement | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Enquadramento operacional | | Nº de indicadores por Departamento/Gabinete | | | | | | | | | | | |
| Objetivos Estratégicos (OE)/ Objetivos Operacionais (OP) | Relação OE | DAD | DAI | DAM | DCO | DGI | DSI | DFI | DJU | DGR | GAU | GPE | CSI |
| Melhorar a qualidade do serviço de atendimento | RD | | | | | 6 | | | | | | | |
| Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos Pedidos de Ajudas e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo | RD | | | | | 4 | | | | | | | |
| Reforçar a comunicação com os beneficiários e consultores | RD | | 7 | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento do SIREAP | RD | | | | | 2 | | | | | | | |
| Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu | RI | | | | | | | | | | | 2 | |
| Implementar Plano de Comunicação IFAP 2018 | RD | | | | | | | | | | | 2 | |
| Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta aos pedidos de informação estatística | RI | | | | | | | | | | | 3 | |
| Coordenar e assegurar o envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE | RI | | | | | | | | | | | 2 | |
| Avaliação de soluções de co-browsing | RD | | | | | | 2 | | | | | | |
| Assegurar a continuidade dos serviços de comunicações unificadas para o MAFDR e MM | RD | | | | | | 3 | | | | | | |
| Gestão dos processos de assessoria jurídica | RD | | | | | | | | 1 | | | | |
| Gestão dos processos contenciosos | RD | | | | | | | | 1 | | | | |
| Garantir que a prestação de contas às Tutelas, DGO, Tribunal Contas, IGF e CE é efetuada tempestivamente | RI | | | | | | | 3 | | | | | |
| Assegurar a gestão e qualidade da informação residente na base de dados SNIRA | RD | | | | | 4 | | | | | | | |
| Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores | RD | | | | | | | | | 2 | | | |
| Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP | RI | | | | | | | | | | | 2 | |
| Promover um modelo de gestão partilhado visando a utilização eficiente dos recursos financeiros nacionais e comunitários | RD | | | | | | | 4 | | | | | |
| Total de indicadores para o OE2 Por Unidade orgânica | | 0 | 7 | 0 | 0 | 16 | 5 | 7 | 2 | 2 | 0 | 11 | 0 |

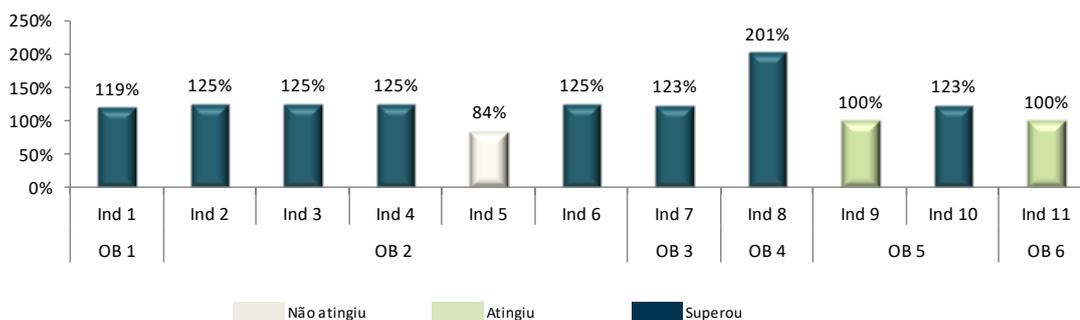
| OE 3 - Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Enquadramento operacional | | Nº de indicadores por Departamento/Gabinete | | | | | | | | | | | |
| Objetivos Estratégicos (OE)/ Objetivos Operacionais (OP) | Relação OE | DAD | DAI | DAM | DCO | DGI | DSI | DFI | DJU | DGR | GAU | GPE | CSI |
| Promover a formação adequada dos recursos humanos | RD | | | | | | | | | 2 | | | |
| Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos | RD | | | | | | | | | 1 | | | |
| Total de indicadores para o OE2 Por Unidade orgânica | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Total de indicadores Por Unidade orgânica | | 4 | 30 | 9 | 12 | 20 | 7 | 9 | 4 | 9 | 7 | 13 | 2 |
| Total de indicadores | | 126 | | | | | | | | | | | |

RD – Evidencia de relação direta

RI – Evidencia de relação indireta

1. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

Gráfico 6 - Avaliação dos indicadores do QUAR

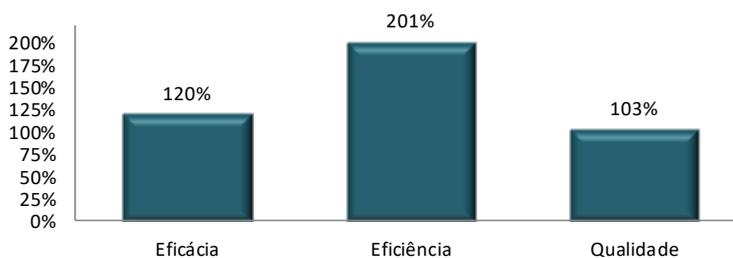


Dos onze indicadores definidos para o QUAR, oito foram superados, dois foram atingidos e um não foi atingido. Como avaliação global, o IFAP alcançou 136%.

Gráfico 7 - Avaliação dos objectivos do QUAR



Gráfico 8 - Avaliação dos parâmetros do QUAR



O desvio positivo de 19% verificado no objetivo 1 resultou de no Continente todos os pagamentos terem sido realizados no prazo programado nos calendários divulgados no portal do IFAP. Apenas dois dos pagamentos da Região Autónoma da Madeira não o foram.

No objetivo 2, indicador 3, passou para 50% a percentagem de controlos regulamentarmente estabelecidos a efetuar no período de retenção.

No indicador 5 deste mesmo objetivo, o desvio negativo decorre da alteração da redação do 1º parágrafo do nº2 do art. 5º do R.809/2014 introduzida pela alínea b) do nº 3 do art.1º do R.1242/2017. De acordo com essa alteração, passou a ser possível contabilizar a partir de 01 de janeiro de 2018, para cumprimento da taxa mínima de controlo do ano, os controlos realizados até à data prevista para apresentação dos dados e estatísticas de controlo (15 de julho de 2019). Desta forma, deixou de ser obrigatória a conclusão dos relatórios de controlo das operações selecionadas nas amostras de 2018 até final do ano civil.

A ultrapassagem da meta do indicador 8 do objetivo 4 deveu-se, sobretudo, à decisão de arquivamento tomada em novembro de 2018 de dois Processos de Recuperação de Verbas, envolvendo um montante global de 58 milhões de euros.

O desvio verificado no indicador 10 resultou de não ter havido reclamações no Livro de reclamações.

Conforme se pode verificar nos gráficos anteriores, à exceção de um indicador, todos os restantes atingiram ou superaram as metas estabelecidas. Todos os objetivos foram atingidos ou superados, o que levou a uma superação na avaliação de todos os parâmetros. Propõe-se, nessa sequência, uma avaliação de desempenho de “Bom”.

Na componente Recursos Financeiros, foi apurado um desvio negativo de 1.376,4 milhões de euros, justificado pelo Orçamento de funcionamento (-5,7 milhões de euros), Investimento (43,3 milhões de euros) e Outros valores (-52,5 milhões de euros). Para além destas, relevam-se ainda as ajudas concedidas registadas em operações extra-orçamentais, cujo desvio ascendeu a 1.274,5 milhões de euros.

Quadro 12 - Recursos financeiros

| RECURSOS FINANCEIROS | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------------------|----------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| DESIGNAÇÃO | Planeado (€) | Corrigido (€) | Disponível (€) | Execução (30.jun.2018) (€) | Execução (31.dez.2018) (€) | Desvio Executado / Disponível (31.12.2018) (€) | Taxa de Execução (face ao planeado) | Taxa de Execução (face ao corrigido) | Taxa de Execução (face ao disponível) |
| Orçamento de Funcionamento (OF) | 40 327 943.00 | 40 614 611.00 | 39 968 344.00 | 15 549 992.37 | 34 295 696.27 | 5 672 647.73 | 85% | 84% | 86% |
| Despesas c/ Pessoal | 20 434 086.00 | 20 590 596.00 | 20 568 884.00 | 9 742 634.13 | 20 252 292.47 | 316 591.53 | 99% | 98% | 98% |
| Aquisições de Bens e Serviços | 14 962 146.00 | 16 387 694.00 | 15 770 055.00 | 4 923 403.28 | 11 929 627.61 | 3 840 427.39 | 80% | 73% | 76% |
| Encargos correntes da dívida - juros | 2 000 000.00 | 1 500 000.00 | 1 500 000.00 | 630 903.94 | 870 245.88 | 629 754.12 | 44% | 58% | 58% |
| Transferências correntes | 150 310.00 | 9 016.00 | 9 016.00 | 0.00 | 3 000.00 | 6 016.00 | 2% | 33% | 33% |
| Outras despesas correntes | 573 896.00 | 403 896.00 | 403 896.00 | 120 939.11 | 310 911.63 | 92 984.37 | 54% | 77% | 77% |
| Aquisição de Bens de capital | 1 432 505.00 | 978 409.00 | 971 493.00 | 31 877.38 | 599 217.31 | 372 275.69 | 42% | 61% | 62% |
| Empréstimos concedidos | 275 000.00 | 275 000.00 | 275 000.00 | 0.00 | 0.00 | 275 000.00 | 0% | 0% | 0% |
| Crédito Direto | 500 000.00 | 470 000.00 | 470 000.00 | 100 234.53 | 330 401.37 | 139 598.63 | 66% | 70% | 70% |
| Orçamento de Investimento (OI) | 555 807 584.00 | 587 611 181.00 | 585 819 929.00 | 163 018 231.89 | 542 564 663.69 | 43 255 265.31 | 98% | 92% | 93% |
| Outros valores (OV) | 192 543 398.00 | 196 882 689.00 | 196 693 615.00 | 40 979 438.97 | 144 188 977.85 | 52 504 637.15 | 75% | 73% | 73% |
| Operações Extra-Orçamentais (OEO) | 2 137 271 412.00 | 2 137 271 412.00 | 2 137 271 412.00 | 142 410 346.05 | 862 322 679.41 | 1 274 948 732.59 | 40% | 40% | 40% |
| Total (OF+OI+OV) | 2 925 950 337.00 | 2 962 379 893.00 | 2 959 753 300.00 | 361 958 009.28 | 1 583 372 017.22 | 1 376 381 282.78 | 0% | 53% | 53% |

Na componente recursos humanos, foi apurado no número de efetivos um desvio de -77.

Quadro 13 - Recursos humanos

| RECURSOS HUMANOS | | | | | | | | | Dias úteis 2018 | 229 |
|--|---|---|---------|--------------------|---|-----------|---------------------|-----------------|--|---------------|
| DESIGNAÇÃO | Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) | Pontuação efetivos Planeados para 2018 | | | Pontuação efetivos Executados para 2018 | | | Desvio (em n.º) | Pontuação Executada / Pontuação Planeada | UERHE / UERHP |
| | | N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal) | UERHP | Pontuação Planeada | N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social) | UERHE (8) | Pontuação Executada | | | |
| Dirigentes - Direção Superior | 20 | 4 | 916 | 80 | 4 | 916 | 80 | 0 | 100% | 100% |
| Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa | 16 | 56 | 12824 | 896 | 54 | 12366 | 864 | -2 | 96% | 96% |
| Técnico Superior | 12 | 382 | 87478 | 4584 | 339 | 73902 | 3873 | -43 | 84% | 84% |
| Especialistas de Informática | 12 | 11 | 2519 | 132 | 9 | 1908 | 100 | -2 | 76% | 76% |
| Coordenador Técnico | 9 | 10 | 2290 | 90 | 143 | 31460 | 1236 | 133 | 1374% | 1374% |
| Técnicos de Informática | 8 | 24 | 5496 | 192 | 0 | 0 | 0 | -24 | 0% | 0% |
| Assistente Técnico | 8 | 139 | 31831 | 1112 | 0 | 0 | 0 | -139 | 0% | 0% |
| Assistente Operacional | 5 | 17 | 3893 | 85 | 17 | 3808 | 83 | 0 | 98% | 98% |
| | | 643 | 147 247 | 7 171 | 566 | 124 360 | 6 236 | -77 | | |

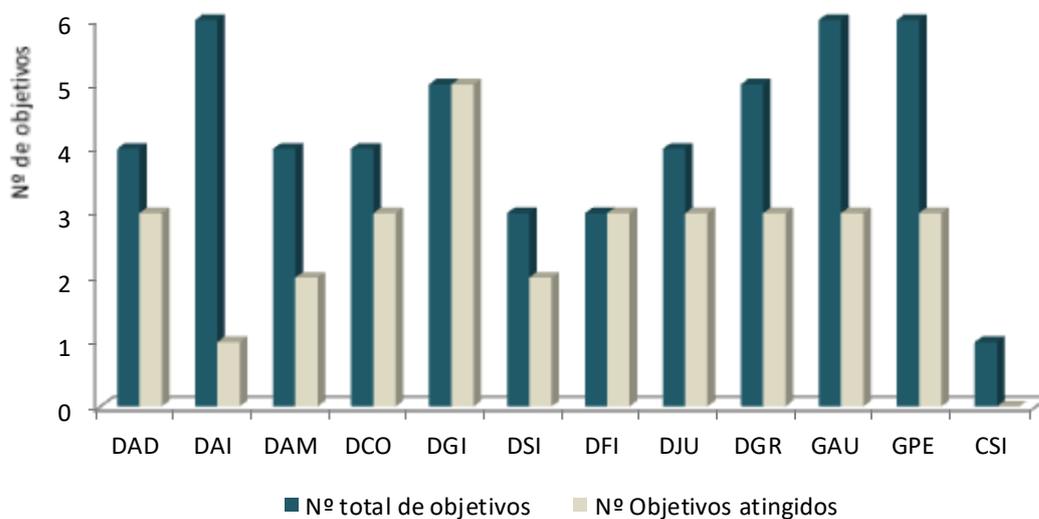
2. Plano de Atividades

Conforme evidenciado no Quadro 14, a avaliação global dos departamentos, face aos objetivos estabelecidos para o ano de 2018, foi de 93%. Foi considerado um máximo de 125% na avaliação dos objetivos.

Quadro 14 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global

| Departamentos/Gabinetes | Avaliação Global | Objetivos | |
|-------------------------|------------------|----------------------|--------------|
| | | Atingido ou superado | Não atingido |
| DAD | 103% | 3 | 1 |
| DAI | 80% | 1 | 5 |
| DAM | 85% | 2 | 2 |
| DCO | 100% | 3 | 1 |
| DGI | 107% | 5 | 0 |
| DSI | 89% | 2 | 1 |
| DFI | 105% | 3 | 0 |
| DJU | 102% | 3 | 1 |
| DGR | 99% | 3 | 2 |
| GAU | 90% | 3 | 3 |
| GPE | 84% | 3 | 3 |
| CSI | 71% | 0 | 1 |
| TOTAL | 93% | 31 | 20 |

Gráfico 9 - Número de objectivos cumpridos ou superados face aos propostos



2.1. Departamento de Ajudas Diretas (DAD)

O DAD cumpriu ou superou três dos quatro objetivos definidos para 2018.

Quadro 15 - Objetivos operacionais do DAD

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas no âmbito da aplicação do FEAGA | 40% |
| Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas no âmbito da aplicação do FEADER | 35% |
| Objetivo Operacional 3 - Assegurar a correta gestão da condicionalidade | 15% |
| Objetivo Operacional 4 - Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2017 | 10% |

Quadro 16 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DAD

| OO | Indicadores de desempenho | Ponderação do indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | |
|---|--|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|-----------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2018*100 | 100% | 95% | 100% | 95% | 100% | 105% | 105% | 42% |
| 2. | Montante pago no prazo previsto na calendarização de pagamentos / Montante total dos pagamentos previstos para o ano de 2018*100 | 100% | 95% | 97% | 95% | 97% | 102% | 102% | 36% |
| 3. | Cálculo da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2018 | 100% | na | na | 100% | 100% | 100% | 100% | 15% |
| 4. | % das ajudas com processos de recuperação de verbas, relativos à campanha de 2017, constituídos a 16 de outubro | 100% | na | na | 90% | 88% | 98% | 98% | 10% |
| AVALIAÇÃO GLOBAL DO DEPARTAMENTO | | | | | | | 103% | | |

Relativamente ao objetivo 4, promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha de 2017, a taxa de realização face à meta foi de 98%. Em comparação com a campanha anterior, onde essa taxa foi de 48%, representou uma clara melhoria. A avaliação do Departamento de Ajudas Diretas foi de 103%.

2.2. Departamento de Ajudas ao Investimento (DAI)

O DAI cumpriu um de seis objetivos estabelecidos para 2018.

Quadro 17 - Objetivos operacionais e indicadores do DAI

| Objetivos Operacionais (OO) | Ponderação do Objetivo |
|---|------------------------|
| Objetivo Operacional 1 - Reforçar a comunicação com os beneficiários e consultores | 10% |
| Objetivo Operacional 2 - Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo interno dos projetos de investimento financiados pelo FEADER e FEAMP | 20% |
| Objetivo Operacional 3 - Promover a fiabilidade dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento e a fluidez dos fluxos financeiros, nos prazos calendarizados | 20% |
| Objetivo Operacional 4 - Assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades | 20% |
| Objetivo Operacional 5 - Gerir e operacionalizar os apoios aos projectos de investimentos abrangidos pelo Programa Nacional de Regadios - PNR 2020 - assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação | 15% |
| Objetivo Operacional 6 - Promover a recuperação dos fundos de forma célere e eficiente | 15% |

Quadro 18 - Indicadores dos Objetivos operacionais 1 e 2 do DAI

| OO | Indicadores de desempenho | Ponderação do indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|---|---|-------------------------|--------------------------------|---------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------|-----|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | | |
| 1. | Elaboração de manuais de submissão de pagamentos de medidas específicas (Funcionamento e Cooperação LEADER, Grupos Operacionais, Melhoramento genético vegetal e custos unitários da Operação 3.2.1) | 20% | 2 manuais | 100% | 4 manuais | 75% | 75% | 71% | 7% | |
| | Atualização do manual do beneficiário | 20% | na | na | 1 manual | 0% | 0% | | | |
| | Monitorização dos prazos de resposta na plataforma <i>Info.Pagamentos</i> . | 10% | 15 dias após a entrada | 100% | 15 dias após a entrada | 85% | 85% | | | |
| | Monitorização dos prazos de resposta na plataforma <i>Info.NRV</i> | 10% | 15 dias após a entrada | 75% | 15 dias após a entrada | 100% | 100% | | | |
| | Monitorização dos prazos de resposta a questões/assuntos formulados por outras vias (<i>e-mail, idoc, HEAT, CD</i>) | 20% | 5 dias após a entrada | 85% | 5 dias após a entrada | 85% | 85% | | | |
| | Ações de formação para consultores/beneficiários, sobre recolha de pedidos de pagamento | 10% | 2 ações de formação | 7 ações de formação | 3 ações de formação | 100% | 100% | | | |
| Atualização/revisão das páginas do portal do IFAP sobre FEADER e FEAMP - Investimento | 10% | na | na | revisão global | 100% | 100% | | | | |
| 2. | Taxa de controlos de qualidade prévio à contratação e aos pedidos de pagamento (PP) realizados /Nº de controlos de qualidade prévio à contratação e aos PP selecionados até 30/06/2018 e 30/11/2018 (medidas transitadas, PDR2020, PRORURAL +, PRODERAM2020 e MAR2020). | 30% | 90% | 90% | 100% | 80% | 80% | 89% | 18% | |
| | Taxa de controlo de qualidade aos relatórios de visitas de verificação física ao local (VFL), em sede de controlo administrativo aos PP realizados com visita/Nº de controlos de qualidade a VFL de PP com visita selecionados até 30/06/2018 e 15/11/2018 (medidas transitadas, PDR2020, PRORURAL +, PRODERAM2020). | 25% | 90% | 90% | 100% | 85% | 85% | | | |
| | Taxa de análise dos relatórios de controlo <i>in loco</i> com incidência na taxa de erro/ relatórios de controlo <i>in loco</i> irregulares submetidos até 30/06/2018 e 15/11/2018 | 15% | 90% | 90% | 100% | 100% | 100% | | | |
| | Taxa de elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento programados no prazo de 1 mês após realização da ação. | 15% | 90% | 90% | 100% | 95% | 95% | | | |
| | Prazo para operacionalização de recomendações resultantes de auditorias (IGF,TC, TCE, CE e IGAMAOT) | 15% | 100% antes do prazo programado | 100% | 100% antes do prazo programado | 95% | 95% | | | |

Relativamente ao objetivo 1, reforçar a comunicação com os beneficiários e consultores, apesar de ter sido possível assegurar o cumprimento na generalidade dos indicadores de desempenho, muitas das tarefas foram condicionadas pela limitação de recursos humanos e afetação dos mesmos a tarefas não previstas. A maior dificuldade de cumprimento/execução verificou-se na elaboração de manuais de submissão de pagamentos de medidas específicas, em particular o manual relativo ao Melhoramento Genético Vegetal, que não foi possível de assegurar integralmente. Não foi, igualmente, possível assegurar na íntegra a atualização do manual do beneficiário, em particular face à sua complexidade de alteração e impacto externo. Ao nível da monitorização dos prazos de resposta na plataforma *Info.Pagamentos* e a questões/assuntos formulados por outras vias (*e-mail*, *idoc*, HEAT, CD), continuaram a verificar-se dificuldades, considerando em particular que a caixa de correio *Info.Pagamentos* atingiu um muito elevado nível de utilização quer pelos beneficiários quer pelas Direções Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP), não sendo possível ao DAI afetar os recursos humanos que tal nível de utilização exige.

Quanto ao objetivo 2, garantir a solidez do sistema de gestão e controlo interno dos projetos de investimento financiados pelo FEADER e FEAMP, face à necessidade de imprimir uma estratégia diferente com as entidades protocoladas e beneficiários em 2018, foi muito condicionado pela realização de um plano de formação muito extenso e pesado que afetou outras tarefas geridas pela Unidade de Acompanhamento de Programas (UAPO). Em particular, verificaram-se dificuldades de assegurar o nível de atividade planeado quanto ao controlo de qualidade prévio à contratação, aos pedidos de pagamento e aos relatórios de visitas de verificação física ao local (VFL). Também houve dificuldade em assegurar a elaboração dos relatórios das ações de acompanhamento e a operacionalização de recomendações resultantes de auditorias. Importa, igualmente, referir que o ano de 2018 teve múltiplas iniciativas não previstas no Plano de Atividades, importando realçar, pela primeira vez, a contratualização com uma empresa da realização de controlo administrativo (CAD) aos pedidos de pagamento. Este *outsourcing* veio a revelar-se altamente consumidor de recursos, atendendo à necessidade de monitorização permanente da atividade da empresa.

Para o objetivo 3, promover a fiabilidade dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento e a fluidez dos fluxos financeiros nos prazos calendarizados, foi possível assegurar uma parte significativa das metas, continuando, porém, a existir dificuldades na execução atempada dos controlos administrativos da Assistência Técnica dos Programas e PRODERAM 2020. A resolução destas limitações apenas poderá ser assegurada pela via da reafetação de novos recursos humanos à equipa da Unidade de Gestão Operacional (UGOP) e Núcleo de Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira (NACM), que não tem sido possível. Quanto aos objetivos relativamente à realização dos CAD do funcionamento dos

Gabinetes de Apoio Local (GAL), manteve-se o nível de prioridade e é possível afirmar que os pagamentos são realizados entre 15 e 45 dias após a submissão dos pedidos de pagamento.

Como referido, esteve em causa o cumprimento da taxa de Pedidos de pagamento validados no mês face aos entrados devidamente instruídos relativos ao PRODERAM 2020 no mês anterior e o prazo de liberação das garantias associadas aos pedidos de pagamento dos projetos financiados pelo FEADER NSIGC, FEAMP e VITIS, em que se verificam ainda alguns atrasos quanto à primeira oportunidade para a UGOP poder iniciar a análise da liberação de garantias.

Quadro 19 - Indicadores dos Objetivos operacionais 3 a 5 do DAI

| 00 | Indicadores de desempenho (continuação) | Ponderação do indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|----|--|-------------------------|---|------------------|---|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | |
| 3. | Taxa de PP validados no mês n/ N° PP entrados, devidamente instruídos (Funcionamento GAL, Cooperação) | 20% | 80% | 80% | 90% | 90% | 90% | 97% | 19% |
| | Prazo de emissão dos resumos de apuramento | 20% | até 8 dias úteis antes do último dia útil de cada mês | 100% | até 8 dias úteis antes do último dia útil de cada mês | 100% | 100% | | |
| | N° de informações de monitorizações de regularização dos adiantamentos concedidos | 20% | 2 | 2 | 4 | 100% | 100% | | |
| | N° de informações com o estado e os tempos médios de controlo administrativo aos pedidos de pagamento, da area de intervenção das entidades com funções delegadas | 15% | 6 | 6 | 12 | 100% | 100% | | |
| | Prazo de liberação das garantias associadas aos pedidos de pagamento dos projetos financiados pelo FEADER NSIGC, FEAMP e VITIS | 15% | 100% até 30 dias após receção do processo | 95% | 100% até 30 dias após receção do processo | 95% | 95% | | |
| | Prazo de conclusão da reanálise dos pedidos de pagamento dos projectos transitados do PRODERAM para o PRODERAM 2020* | 10% | 100% até 60 d.u. após realização da visita | 100% | 100% até 60 d.u. após realização da visita | 100% | 100% | | |
| 4. | Conclusão dos testes aplicacionais da ficha de demonstração de resultados do PP | 13% | até fevereiro 2018 | 100% | na | 100% | 100% | 38% | 8% |
| | Implementação do módulo aplicacional do quadro sancionatório na vertente investimento | 13% | até maio 2018 | 100% | na | 100% | 100% | | |
| | Validação e disponibilização de informação estatística (indicadores físicos e financeiros) relativa aos projectos de investimento no âmbito dos PDR, MAR 2020 e VITIS | 13% | até 30 dias após solicitação | 100% | até 30 dias após solicitação | 100% | 100% | | |
| | Conclusão da elaboração de requisitos técnicos do módulo aplicacional do controlo de qualidade à contratação e aos pedidos de pagamento e realização de testes aplicacionais | 13% | na | na | até novembro 2018 | 0% | 0 | | |
| | Elaboração dos requisitos técnicos para cálculo da penalização a aplicar por atraso de entrega do PP VITIS e realização de testes aplicacionais | 13% | até fevereiro 2018 | 80% | até dezembro 2018 | 100% | 100% | | |
| | Elaboração dos requisitos técnicos para a materialização dos resultados de controlo <i>in loco</i> ao nível do CAD e da cadeia de apuramento | 25% | até maio 2018 | na | até setembro 2018 | 100% | 100% | | |
| | Definição de requisitos aplicacionais relativos ao módulo de decisão do quadro sancionatório (Artº 35 e 63) | 13% | na | na | até dezembro 2018 | 0% | 0% | | |
| 5. | Adaptação e testes aplicacionais aos módulos da aplicação informática relativos à submissão, análise, hierarquização e decisão das candidaturas no âmbito do PNR 2020 | 60% | até abril 2018 | na | até dezembro 2018 | 100% | 100% | 100% | 15% |
| | Elaboração de manual de procedimentos, orientações técnicas e emissão de pareceres técnicos sobre a legislação do PNR 2020 | 40% | 1 manual. 100% de orientações e pareceres no prazo solicitado | 1 | 100% de orientações e pareceres no prazo solicitado | 100% | 100% | | |

No objetivo 4, assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento, de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades, pode-se afirmar, de uma forma genérica, que os indicadores, afetos na sua maioria dos casos à Unidade de Informação Gestão e Especificações Técnicas (UIGE), foram cumpridos. Em causa esteve apenas a definição de requisitos aplicacionais relativos ao módulo de decisão do quadro sancionatório (Artº 35 e 63), também muito condicionado pela realização de outras tarefas.

Quanto ao objetivo 5, gerir e operacionalizar os apoios aos projetos de investimentos abrangidos pelo Programa Nacional de Regadios (PNR 2020) assegurando eficácia, rigor e transparência na sua coordenação, foi possível assegurar o seu cumprimento na íntegra.

Quadro 20 - Indicadores do Objetivo operacional 6 do DAI

| OO | Indicadores de desempenho (continuação) | Ponderação do indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|---|---|-------------------------|--|------------------|--|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | |
| 6. | Prazo de início de recuperação dos processos devedores em 2018 | 30% | 90% dos processos constituídos até 30 dias após criação da tranche negativa | 75% | 90% dos processos constituídos até 30 dias após criação da tranche negativa | 85% | 85% | 88% | 13% |
| | Prazo de encerramento dos processos administrativos, inscritos na base de dados em 31/12/2016, que se | 40% | 50% dos processos | 35% | 100% dos processos | 97% | 97% | | |
| | Cumprimento prazos para 1ª notificação relativamente aos processos constituídos em 2018 | 30% | 95% dos processos com 1ª notificação até 90 dias após constatação ou 180 dias no caso DEFI ao abrigo do art.124º do CPA) | 48% | 95% dos processos com 1ª notificação até 90 dias após constatação ou 180 dias no caso DEFI ao abrigo do art.124º do CPA) | 80% | 80% | | |
| AValiação GLOBAL DO DEPARTAMENTO | | | | | | | | | 80% |

*Este prazo é válido apenas para os processos em que o DAI tem em sua posse todos os elementos essenciais para a sua conclusão

**Consideram-se devidamente instruídos os processos para os quais o DAI tem em sua posse todos os elementos essenciais à sua tramitação

O objetivo 6 - promover a recuperação dos fundos de forma célere e eficiente, encontra-se afetado à Unidade de Recuperações (UREC). O ano de 2018 foi afetado pelos atrasos verificados na criação de processos ainda da abordagem LEADER e Jovens agricultores do PRODER. Em particular sobre estas duas medidas, o elevado nível de litigância obrigou a uma afetação de recursos humanos adicionais. Há, igualmente, a referir o elevado número de processos de 2017 e anos anteriores que condicionaram sobremaneira todas as tarefas da UREC em 2018. Assim, todos os indicadores de desempenho foram afetados de forma similar, com exceção do cumprimento de prazos para 1ª notificação relativamente aos processos constituídos em 2018, que ficou claramente abaixo do pretendido.

A avaliação deste departamento foi de 80%.

2.3. Departamento de Apoios de Mercado (DAM)

O DAM superou dois dos quatro objetivos estabelecidos para 2018.

Quadro 21 - Objetivos operacionais do DAM

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| 1. Assegurar a realização dos apuramentos conducentes ao pagamento das medidas sob sua gestão, dentro dos prazos estabelecidos | 25% |
| 2. Salvaguardar as boas práticas de gestão e controlo e racionalização de procedimentos | 25% |
| 3. Reforçar o Sistema de Informação existente para gestão das diversas medidas da competência do DAM | 25% |
| 4. Garantir a constituição atempada dos processos de recuperação de verbas indevidamente atribuídas e o respetivo carregamento da Base de Dados de Devedores | 25% |

Quadro 22 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DAM

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|---|---|-------------------------|--------|------------------|---------|------------------|------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face meta | | |
| 1. | N.º médio de dias para pagamento = Soma dias (data entrada - data de pagamento)/total de pedidos | 30% | na | na | 60 dias | 12.9 dias | 125% | 109% | 27% |
| | Apuramentos realizados dentro do prazo/ Total de apuramentos realizados (*) | 70% | na | na | 95% | 98% | 103% | | |
| 2. | Reduzir as Irregularidades administrativas (montante irregular apurado/montante total apurado) | 40% | na | na | 2% | 0% | 100% | 105% | 26% |
| | Nº de relatórios de controlo analisados no prazo de 90 dias/ Nº total de relatórios entrados no DAM em 2018 | 40% | na | na | 90% | 93% | 104% | | |
| | Nº de recomendações concretizadas/ Nº total de recomendações apontadas | 20% | na | na | 80% | 95% | 119% | | |
| 3. | Análises funcionais aprovadas/Análises funcionais disponibilizadas | 40% | na | na | 100% | 83% | 83% | 59% | 15% |
| | Aplicações desenvolvidas/ Aplicações previstas desenvolver no ano | 60% | na | na | 90% | 39% | 43% | | |
| 4. | Tranche de Apuramento de Valor Negativo criada dentro do prazo (≤ 60 dias a contar da data de conhecimento da dívida) | 60% | na | na | 90% | 99% | 110% | 66% | 16% |
| | Envio da DEF1 (≤ 180 dias a contar da data de conhecimento da dívida) | 40% | na | na | 90% | 0% | 0% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | | 85% | | |

(*) Estão excluídas deste objetivo todas as medidas para as quais não foram estabelecidos prazos de pagamento e as medidas da Promoção de Vinhos em Países Terceiros

No que respeita ao objetivo 2, avaliado através de 3 indicadores, apesar da meta estabelecida para o ano ter sido cumprida, não foi possível conciliar a proposta de protocolo de articulação do POSEI REA com as restantes entidades envolvidas.

No caso do objetivo 3, não foi aprovada uma análise funcional por se terem constatado alterações legais com implicações nos pressupostos incluídos no documento de requisitos e, face

aos recursos disponíveis, foi necessário priorizar tarefas, tendo sido remetida para 2019 parte da calendarização de 2018. A avaliação do objetivo foi, por esse motivo, de 59%.

No quarto objetivo, garantir a constituição atempada dos processos de recuperação de verbas indevidamente atribuídas e o respetivo carregamento na base de dados de devedores, apesar da tranche de apuramento de valor negativo ter sido criada dentro do prazo, a globalidade dos PRV criados em 2018 reportavam ao apoio aos incêndios de outubro de 2017 e, a elaboração dos ofícios de audiência prévia e a análise de respostas determinou a necessidade de efetuar pedidos de contributos à entidade responsável pelo controlo, atrasando assim o processo. O cumprimento do prazo para envio dos ofícios de Decisão final (DEFI) não foi, por esse motivo, possível.

A avaliação deste departamento foi de 85%.

2.4. Departamento de Controlo (DCO)

Dos quatro objetivos estabelecidos para o ano de 2018, três foram cumpridos ou superados, tendo as amostras sido definidas e divulgadas atempadamente, bem como realizado o controlo de qualidade do controlo.

Quadro 23 - Objetivos operacionais do DCO

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| 1. Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo <i>in loco</i> | 30% |
| 2. Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i> | 40% |
| 3. Monitorizar a execução das atividades de controlo | 20% |
| 4. Realizar controlo de qualidade do controlo | 10% |

Relativamente ao objetivo 2, que prevê a execução dos controlos *in loco*, as metas foram cumpridas no caso da Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas, do Regime de Pagamento Base e nos Fundos Operacionais (ver Quadro 24).

No caso dos controlos dos apoios ao Investimento, a alínea b) do nº 3 do art.1º do R.1242/2017 alterou a redação do 1º parágrafo do nº2 do art. 50º do R.809/2014. De acordo com essa alteração, passou a ser possível contabilizar a partir de 01 de janeiro de 2018, para cumprimento da taxa mínima de controlo do ano, os controlos realizados até à data prevista para apresentação dos dados e estatísticas de controlo (15 de julho de 2019). Desta forma, deixou de ser obrigatória a conclusão dos relatórios de controlo das operações selecionadas nas amostras de 2018 até final do ano civil.

O objetivo 3, relativo à monitorização da execução das atividades de controlo, no que se refere às Ajudas animais e Ajudas diretas do PU teve uma execução de 90%, devido à indisponibilidade dos responsáveis pela execução e envio dos pontos de situação.

Quadro 24 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DCO

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|----------------------------------|--|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | |
| 1. | % de amostras disponibilizadas | 100% | 80% | 89% | 100% | 100% | 100% | 100% | 30% |
| 2. | Taxa de execução dos controlos físicos de RPB até 15/10 | 35% | na | na | 100% | 100% | 100% | 103% | 41% |
| | Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, PVA e PVL até ao fim do período de retenção | 20% | 95% | 97% | 100% | 125% | 125% | | |
| | Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD | 20% | na | na | 100% | 100% | 100% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de Investimento | 15% | 10% | 74% | 100% | 84% | 84% | | |
| 3. | Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | 10% | 5% | 15% | 100% | 100% | 100% | 90% | 18% |
| | Ajudas Animais e Ajudas diretas do PU 2018 - N° de pontos de situação semanais emitidos após a divulgação da amostra | 70% | 40% | 38% | 100% | 86% | 86% | | |
| 4. | Investimento - N° de pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra | 30% | 25% | 25% | 100% | 100% | 100% | 110% | 11% |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Superfícies" do PU 2017 | 25% | na | na | 90% | 100% | 111% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Animais" de 2017 | 25% | na | na | 90% | 100% | 111% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade de Investimento 2017 | 25% | na | na | 90% | 96% | 107% | | |
| | Taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas | 25% | na | na | 90% | 100% | 111% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | | 100% | | |

A avaliação final deste departamento foi de 100%.

2.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)

O DGI definiu 6 objetivos para 2018, tendo sido todos superados.

Quadro 25 - Objetivos operacionais do DGI

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|---|------------------------|
| 1. Melhorar a qualidade do serviço do atendimento | 20% |
| 2. Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo | 20% |
| 3. Assegurar a gestão e a qualidade da informação residente base de dados SNIRA | 30% |
| 4. Desenvolvimento do SIREAP | 10% |
| 5. Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário | 20% |

Quadro 26 - Indicadores dos objetivos operacionais do DGI

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | realização face à meta | | |
| 1. | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Presencial do <i>Contact Center</i> (CC) / Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Presencial do CC recolhidas) x 100 | 7% | na | na | 95% | 99% | 104% | 105% | 21% |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Eletrónico do CC / Nº total de respostas aos inquéritos do Atendimento Eletrónico do CC recolhidas) x 100 | 8% | na | na | 80% | 83% | 104% | | |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Telefónico do CC / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Telefónico do CC recolhidas) x 100 | 41% | na | na | 80% | 85% | 106% | | |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Eletrónico do <i>Help-Desk</i> / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Eletrónico do <i>Help-Desk</i> recolhidas) x 100 | 15% | na | na | 80% | 84% | 105% | | |
| | (Nº de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do Atendimento Telefónico do <i>Help-Desk</i> / Nº total de respostas aos inquéritos de Atendimento Telefónico do <i>Help-Desk</i> recolhidas) x 100 | 9% | na | na | 80% | 86% | 108% | | |
| | 1- (Nº de registos no Livro de Reclamações / nº total de atendimentos presenciais realizados)*100 | 20% | na | na | 98% | 100% | 102% | | |
| 2. | Nº de beneficiários com formulários (PU e IB) desmaterializados/Nº Total de formulários submetidos | 35% | 15% | 49% | 25% | 48% | 125% | 112% | 22% |
| | Redução do nº total de beneficiários com erros detetados em sede de controlo administrativo face ano n-1 | 20% | na | na | 2% | 4% | 125% | | |
| | Nº PU e IB com controlo de qualidade/ Total de PU e IB submetidos no ano n | 25% | 3% | 5% | 6% | 5% | 75% | | |
| | Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas | 20% | 50% | 111% | 90% | 111% | 123% | | |
| 3. | Nº de iniciativas concluídas/Nº de iniciativas planeadas no ano n | 40% | 50% | 40% | 80% | 80% | 100% | 103% | 31% |
| | Nº de ações de acompanhamento realizadas/Nº de ações de acompanhamento programadas | 40% | 70% | 120% | 90% | 100% | 111% | | |
| | Percentagem de correções OC e BOV com controlo de qualidade | 3% | 1% | 0% | 3% | 2% | 67% | | |
| | <i>Info.snira</i> - Tempo médio de resposta até 7 dias úteis em 90% dos <i>info.snira</i> | 17% | 45% | 40% | 90% | 90% | 100% | | |
| 4. | Nº de ações de formação realizadas/Nº ações de formação programadas | 50% | na | na | 100% | 100% | 100% | 106% | 11% |
| | Nº de situações resolvidas/Nº de situações comunicadas de erros aplicacionais | 50% | 30% | 30% | 80% | 90% | 113% | | |
| 5. | % de parcelas revistas | 50% | na | na | 80% | 76% | 95% | 109% | 22% |
| | Nº de parcelas alvo controlo de qualidade/Nº de parcelas alteradas nas salas | 10% | 50% | 72% | 100% | 190% | 125% | | |
| | Nº de ações realizadas/Nº de ações previstas | 20% | 70% | 100% | 100% | 120% | 120% | | |
| | Controlo de qualidade processual a realizar em gabinete | 20% | 50% | 37% | 100% | 132% | 125% | | |
| Avaliação Global do Departamento | | | | | | | 107% | | |

A avaliação deste departamento foi de 107%.

2.6. Departamento de Sistemas de Informação (DSI)

O DSI atingiu 2 dos 3 objetivos definidos para 2018.

Quadro 27 - Objetivos operacionais do DSI

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|---|------------------------|
| 1. Avaliação de soluções de <i>co-browsing</i> | 30% |
| 2. Assegurar a continuidade dos serviços de comunicações unificadas para o MAFDR e MM | 40% |
| 3. Preparação da certificação na norma ISO9001:2015 no âmbito do Sistema de Gestão das ajudas diretas | 30% |

Quadro 28 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DSI

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Auscultar e avaliar soluções existentes no mercado | 70% | 35% | 35% | 100% | 100% | 100% | 100% | 30% |
| | Apresentar relatório com as soluções avaliadas e respetiva valia técnica | 30% | na | na | 100% | 100% | 100% | | |
| 2. | Elaboração das especificações técnicas do processo de aquisição | 45% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 40% |
| | Análise de propostas | 45% | na | na | 100% | 100% | 100% | | |
| | Acompanhamento do arranque e implementação do projeto | 10% | na | na | 100% | 100% | 100% | | |
| 3. | Assegurar a execução das recomendações resultantes da auditoria de pré certificação | 60% | 50% | 25% | 100% | 70% | 70% | 62% | 19% |
| | Concluir a implementação do SGI com a produção do resultado de todos os indicadores | 40% | na | 25% | 100% | 50% | 50% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 89% | |

A preparação das condições internas no IFAP para a obtenção da certificação na norma ISO 9001:2015, sofreu alguma derrapagem face às previsões iniciais, dada a existência, entre outras de dificuldades na customização da aplicação do SGI (Indicadores e *Web Services*), pelo que a meta proposta para o objetivo 3 atingiu 62%.

A avaliação global deste departamento foi de 89%.

2.7. Departamento Financeiro (DFI)

Os três objetivos definidos pelo DFI para o ano de 2018 foram cumpridos ou superados.

Quadro 29 - Objetivos operacionais do DFI

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|---|------------------------|
| 1. Cumprir os prazos dos pagamentos | 40% |
| 2. Garantir que a prestação de contas às Tutelas, DGO, Tribunal Contas, IGF e CE é efetuada tempestivamente | 30% |
| 3. Promover um modelo de gestão partilhado visando a utilização eficiente dos recursos nacionais e comunitários | 30% |

Quadro 30 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DFI

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | Avaliação global |
|---|--|-------------------------|---------|------------------|----------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | |
| 1. | Pagamentos mensais das ajudas através do crédito efetivo da conta dos beneficiários no último dia do mês, conforme definido em plano de pagamentos | 50% | 95% | 100% | 99% | 100% | 101% | 112% | 45% |
| | Prazo Médio de Pagamentos inferior a 90 dias (em dias) | 50% | 75 | 33 | 50 | 39 | 122% | | |
| 2. | Assegurar que os diferentes documentos de <i>reporting</i> à DGO são efetuados nos prazos definidos (STF, PME, SIGO). | 50% | 95% | 100% | 99% | 100% | 101% | 101% | 30% |
| | Cumprir o prazo legalmente autorizado para a entrega da conta de gerência | 25% | 100% | 100% | na | 100% | 100% | | |
| | Verificar os prazos mensais definidos internamente para reporte de informação de gestão ao CD (dia 15 do mês n+1) | 25% | 95% | 100% | 99% | 100% | 101% | | |
| 3. | Realizar os pedidos de reembolso à CE dentro dos prazos regulamentares | 25% | - 1 dia | - 1 dia | - 2 dias | -2 dias | 100% | 100% | 30% |
| | Disponibilizar ao DGR e restantes departamentos a respetiva execução orçamental (até 2 dias após notificação da Deliberação do CD) | 25% | n+ 2 | n + 2 | n + 2 | n + 2 | 100% | | |
| | Desenvolver o sistema de avaliação e monitorização do MAR 2020 | 25% | 50% | 50% | 100% | 100% | 100% | | |
| | Avaliar e comunicar o nível de execução por departamento (DGR, DSI), identificando desvios e apresentando medidas corretivas | 25% | 50% | 50% | 100% | 100% | 100% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 105% | |

A avaliação final deste departamento foi de 105%.

2.8. Departamento Jurídico (DJU)

O DJU cumpriu ou superou as metas relativas a três dos quatro objetivos estabelecidos para o ano.

Quadro 31 - Objetivos operacionais do DJU

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| 1. Gestão dos processos de assessoria jurídica | 25% |
| 2. Gestão de processos contenciosos | 25% |
| 3. Redução do valor em dívida | 25% |
| 4. Reduzir o valor potencial FEAGA e FEADER a entregar à CE na conta anual de 2018, por aplicação da regra "50/50" (PA / 4 anos) | 25% |

Quadro 32 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DJU

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | |
|---|--|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|---------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objeto | Avaliação global |
| 1. | Número de pareceres emitidos de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos / número total de pareceres emitidos | 100% | 40% | 40% | 80% | 80% | 100% | 100% | 25% |
| 2. | Nº processos presentes a tribunal/ nº processos entrados | 100% | 50% | 50% | 95% | 100% | 105% | 105% | 26% |
| 3. | Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores | 100% | 2% | 3% | 10% | 24% | 240% | 125% | 31% |
| 4. | Taxa de redução do valor potencial FEAGA/FEADER previsível a entregar à UE (regra "50/50") (Nota: somente processos que englobem procedimentos administrativos -4 anos) | 100% | 12% | 30% | 50% | 38% | 76% | 76% | 19% |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 102% | |

Face às necessidades e prioridades estabelecidas, tendo em conta a urgência dos serviços consulentes, bem como a disponibilidade de recursos em cada momento e as matérias envolvidas, foram satisfeitos os pedidos de parecer e outro apoio jurídico solicitado ao DJU.

No caso da gestão de processos contenciosos, a meta foi superada. O resultado advém da dedicação e sentido de responsabilidade da Unidade de Contencioso (UCTC) (na tramitação, em prazo e qualidade, de todas as diligências judiciais), face ao elevado volume de processos em curso nesta Unidade.

No caso do objetivo 3, a taxa de redução do débito foi de 24 %, muito superior à meta estabelecida de 10 %. A ultrapassagem da meta deve-se, sobretudo, à decisão de arquivamento tomada em novembro de 2018 de dois Processos de Recuperação de Verbas (PRV), envolvendo um montante global de 58 milhões de euros.

Quanto ao objetivo 4, não foi possível ao DJU cumprir a meta estabelecida de redução em 50 % do valor potencialmente a entregar ao orçamento comunitário no âmbito da aplicação da regra 50/50 aos casos FEAGA/FEADER em questão, tendo-se reduzido tal valor em apenas 38 %. Tal

como era esperado, o não cumprimento da meta (mesmo que revista) deveu-se, sobretudo, ao facto de se ter alterado, a meio do ano de 2018, o procedimento de classificação dos PRV como “PJ-Processos judiciais”. Ou seja, o anexo II de 2018 foi já preenchido tal como exigido pela COM, no sentido dos casos que até então eram considerados como “PJ-Processos judiciais” (8 anos para recuperação) por se encontrarem instruídos com uma execução fiscal, que passaram a ser (re)classificados como “PA - Processos administrativos”, onde o prazo para recuperação é de apenas 4 anos. Tal teve o devido reflexo quer nos casos que em 2018 perfaziam 4 anos de existência, mas sobretudo nos casos que já tinham entrado em anexos de exercícios anteriores e que, por força de tal reclassificação, passaram para um limite de recuperação de apenas 4 anos, ou seja, em muitos deles já com o prazo de 4 anos excedido em 2018. Não obstante tais circunstancialismos, e para o ano de 2019, estão já a ser preparadas medidas corretivas que permitam o desencadear das diligências de recuperação (entenda-se as que se encontram à disposição do IFAP) que potenciem, nomeadamente, uma maior celeridade na cobrança das dívidas.

Em termos globais, este departamento teve uma avaliação de 102%.

2.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)

O departamento cumpriu ou superou 3 dos seus 5 objetivos estabelecidos para 2018. A avaliação final deste departamento foi de 99%.

Quadro 33 - Objetivos operacionais do DGR

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|---|------------------------|
| 1. Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controle da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos | 20% |
| 2. Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante immobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores | 20% |
| 3. Assegurar a aquisição de bens e serviços | 20% |
| 4. Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores | 20% |
| 5. Promover a formação adequada dos recursos humanos | 20% |

Quadro 34 - Indicadores dos Objetivos operacionais do DGR

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | |
|----------------------------------|--|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Assessoria - resposta aos requerentes num prazo médio de 8 dias úteis (documentos rececionados em <i>idoc</i>) | 100% | 60% | 60% | 90% | 90% | 100% | 100% | 20% |
| 2. | Assegurar a correção (ou dar seguimento quando dependerem de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito da manutenção preventiva e/ou dos <i>reports</i> efetuados para a caixa de correio <i>serviços.património</i> | 50% | 40% | 35% | 70% | 65% | 93% | 94% | 19% |
| | Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 80% | 50% | 75% | 70% | 100% | 95% | 95% | | |
| 3. | Executar o Plano Anual de Aquisições (PAA) aprovado | 50% | 15% | 10% | 75% | 70% | 93% | 97% | 19% |
| | Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos Departamentos e que não se enquadrem no PAA | 50% | 20% | 20% | 80% | 80% | 100% | | |
| 4. | Percentagem de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas | 70% | 70% | 70% | 90% | 90% | 100% | 100% | 20% |
| | Taxa de respostas em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo | 30% | 70% | 70% | 85% | 85% | 100% | | |
| 5. | Assegurar o cumprimento do plano de formação presencial | 40% | 30% | 33% | 65% | 73% | 112% | 105% | 21% |
| | Assegurar o cumprimento do plano de formação <i>e-learning</i> | 60% | 60% | 50% | 100% | 100% | 100% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 99% | |

2.10. Gabinete de Auditoria (GAU)

O GAU cumpriu três dos seis objetivos estabelecidos para o ano.

Quadro 35 - Objetivos operacionais do GAU

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| 1. Assegurar a realização de ações de auditoria, nos termos constantes do Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2018 | 55% |
| 2. Assegurar a apresentação de proposta de Declaração de Gestão (DG) | 22% |
| 3. Funções delegadas, operacionalização (continuação) e planeamento | 10% |
| 4. Plano de Gestão de Riscos e Medidas Antifraude | 5% |
| 5. Desenvolvimento aplicacional do SIAFD* | 5% |
| 6. Promover o desenvolvimento do sistema de informação no âmbito das atividades do GAU* | 3% |

* Dependente da aprovação do projeto

Quadro 36 - Indicadores dos Objetivos operacionais do GAU

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
| 1. | Nº de ações de auditoria executadas/Nº de ações de auditorias planeadas | 100% | 30% | 30% | 100% | 88% | 88% | 88% | 48% |
| 2. | Conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta de DG relativa ao Exercício Financeiro (EF) de 2017 até 09/02/2018 | 50% | 100% | 110% | na | 110% | 110% | 105% | 23% |
| | Preparação da proposta de DG relativa ao EF 2018 | 50% | 30% | 30% | 70% | 70% | 100% | | |
| 3. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 40% | 40% | 100% | 90% | 90% | 90% | 9% |
| 4. | Elaboração de um (novo) projeto de Plano e Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações conexas, em articulação com a revisão e sistematização das medidas Antifraude(Fundos europeus) | 100% | 50% | 50% | 50% | 20% | 40% | 40% | 2% |
| 5. | Apresentação de requisitos para a 1ª e 2ª fases do projeto | 100% | 30% | 30% | 100% | 100% | 100% | 100% | 5% |
| 6. | Nº de atividades executadas face ao calendário definido | 100% | 50% | 50% | 100% | 100% | 100% | 100% | 3% |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 90% | |

Na generalidade, foram executadas as ações de auditoria e de acompanhamento de auditorias previstas no Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2018, tendo inclusive, sido realizada adicionalmente uma auditoria interna ao SGI não prevista no referido plano, além de outros trabalhos imprevistos a conciliar com os planeados e já afetos aos recursos humanos existentes.

Face ao exposto, os desvios verificados prendem-se com a morosidade de alguns trabalhos devido não só à sua complexidade, como à dificuldade de obtenção de informações necessárias à sua execução e esclarecimentos imprescindíveis para a sua conclusão quando da deteção de desconformidades. Estas situações que se acentuaram devido à necessidade de especialização dos recursos humanos para a realização de auditorias que dificultam a reafetação de recursos a atividades extra PAA2018. Atendendo aos motivos invocados no período em apreço encontravam-se por concluir alguns dos trabalhos previstos.

Foram apresentados os requisitos para o desenvolvimento do SIAFD ao DSI. Porém, o desenvolvimento não teve ainda seguimento por, superiormente, se ter entendido que, face à aquisição do *software WeMake (SW)*, este desenvolvimento poderá não ser necessário, tendo sido proposto que fosse avaliada a viabilidade de utilização do SW para os efeitos pretendidos e posteriormente tomada uma decisão.

Em termos globais, este gabinete teve uma avaliação de 90%.

2.11. Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)

Este departamento cumpriu três dos seis objetivos propostos para 2018.

Quadro 37 - Objetivos operacionais do GPE

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|---|------------------------|
| 1. Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER incluídas no Pedido Único | 20% |
| 2. Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta às solicitações de informação estatística | 10% |
| 3. Coordenar e assegurar o envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE | 20% |
| 4. Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP | 10% |
| 5. Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu | 20% |
| 6. Implementar Plano de Comunicação IFAP 2018 | 20% |

O principal desvio verificou-se no objetivo 1. No seu segundo indicador (Quadro 38), a elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2018, para os pagamentos a efetuar em 2018, previa-se ter sido concluída até 30 de junho, o que não foi conseguido.

No objetivo 3, à semelhança dos anos anteriores, foram envidados todos os esforços no sentido de se proceder ao envio das estatísticas de controlo à COM, dentro dos prazos regularmente estabelecidos. No que respeita às ajudas do FEAGA, não foram remetidas atempadamente as estatísticas de controlo do POSEI. Relativamente ao FEADER, continuou a haver constrangimentos, nomeadamente nas estatísticas relativas ao investimento.

No que respeita ao objetivo 5, a manutenção do esforço e empenho contínuo da equipa das Relações Comunitárias para o cumprimento dos prazos de resposta, apesar da dependência dos correspondentes contributos de entidades externas ao Instituto, em muitos dos procedimentos, e da elevada interação necessária com e entre Departamentos do IFAP, permitiu a superação da meta definida no indicador agregado de desempenho.

No que concerne o segundo indicador do objetivo 5, apesar de um incremento e constância de algumas atividades da comunicação externa, em comparação com o período homólogo de 2017, não foi possível concretizar duas atividades previstas no Plano de Comunicação, embora uma das quais na dependência de interveniente externo ao IFAP.

Quadro 38 - Indicadores dos Objetivos operacionais do GPE

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|----------------------------------|---|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | | |
| 1. | Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2018, para os pagamentos a efetuar em 2018 | 70% | 100% | 0% | 100% | 0% | 0% | 30% | 6% | |
| | Atualização mensal, até ao 2º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa | 30% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | | |
| 2. | (N.º de comunicações enviadas no prazo/N.º de comunicações previstas)*100 | 35% | 95% | 91% | 95% | 87% | 92% | 109% | 11% | |
| | (N.º de comunicações retificadas/N.º de comunicações enviadas)*100 | 35% | 5% | 0% | 5% | 3% | 125% | | | |
| | (N.º pedidos enviados no prazo/ N.º total de pedidos rececionados)*100 | 30% | 90% | 100% | 90% | 100% | 111% | | | |
| 3. | (Nº estatísticas enviadas no prazo/ nº estatísticas total) FEAGA | 50% | 13% | 13% | 100% | 93% | 93% | 87% | 17% | |
| | (Nº estatísticas enviadas no prazo/ nº estatísticas total) FEADER | 50% | na | na | 100% | 80% | 80% | | | |
| 4. | Apresentar, semestralmente, um pedido de pagamento no âmbito dos projetos de Assistência Técnica PDR 2020:2016 (1º semestre) e 2017 (1º e 2º semestre) | 50% | 2 | 2 | 3 | 5 | 125% | 113% | 11% | |
| | Apresentar um pedido de pagamento no âmbito dos projetos SAMA: Novo Portal e Parcelados (1º semestre), SINREAP e Anivez (2º semestre) | 50% | 2 | 3 | 4 | 4 | 100% | | | |
| 5. | N.º de documentos técnicos produzidos/nº de documentos a elaborar de acordo com a norma vigente relativa aos Procedimentos de Apuramento da Conformidade | 50% | 90% | 98% | 90% | 96% | 107% | 102% | 20% | |
| | N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/ Total de respostas enviadas | 50% | 85% | 85% | 85% | 82% | 96% | | | |
| 6. | Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito | 50% | 95% | 86% | 95% | 89% | 94% | 92% | 18% | |
| | Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito | 50% | 95% | 100% | 95% | 86% | 91% | | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 84% | | |

Este departamento teve uma avaliação de 84%.

2.12. Coordenação de Segurança da Informação (CSI)

O objetivo da CSI teve uma avaliação de 71%, resultado do replaneamento do tratamento do risco para datas posteriores. As atividades consideradas relevantes neste âmbito foram:

- Execução do processo de avaliação de risco de Segurança da Informação e respetiva monitorização da execução do plano de tratamento de risco.
- Monitorização do Plano de Ações Corretivas e Oportunidades de Melhoria e respetiva avaliação de eficácia das ações implementadas.
- Acompanhamento e execução do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação.
- Melhoria contínua do SGSI - Sistema de Gestão de Segurança da Informação, da qual resultou um incremento da segurança da informação do IFAP.
- Manutenção da certificação NP ISO/IEC 27001 do IFAP.

Quadro 39 - Objetivos operacionais da CSI

| OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO) | Ponderação do objetivo |
|--|------------------------|
| 1. Garantir a Manutenção da Certificação NP ISO/IEC 27001:2013 | 100% |

Quadro 40 - Indicadores dos Objetivos operacionais da CSI

| OO | Indicador | Ponderação do Indicador | 30/jun | | 31/dez | | | Avaliação do Objetivo | Avaliação global |
|----------------------------------|--|-------------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------------------------------|-----------------------|------------------|
| | | | Meta | Grau de Execução | Meta | Grau de execução | Taxa de realização face à meta | | |
| 1. | Avaliar a execução do tratamento de risco. | 50% | 80% | 12% | 80% | 41% | 51% | 71% | 71% |
| | Avaliar a execução do Plano de Ações Corretivas (Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria). | 50% | 80% | 62% | 80% | 73% | 91% | | |
| Avaliação global do Departamento | | | | | | | | 71% | |

1. Intervenções no domínio do financiamento

No âmbito da sua missão, o IFAP manteve em 2018 a regularidade dos pagamentos, permitindo que os compromissos assumidos com os beneficiários e os demais *stakeholders* continuassem a ser cumpridos e reconhecidos, aumentando a qualidade do serviço prestado.

O período de candidaturas do PU de 2018 decorreu entre 15 de fevereiro e 30 de abril, tendo sido posteriormente prorrogado o prazo para submissão sem penalização, até 6 de maio, com o objetivo de viabilizar o acolhimento de um maior número de candidaturas, proporcionando o tempo necessário ao esclarecimento e resolução das questões e dúvidas e, assim, otimizar a utilização dos apoios agrícolas disponíveis.

Em termos globais, em 2018, foram apresentados e submetidos 183 099 pedidos de ajuda, dos quais 171 156 no Continente e 11 943 na Região Autónoma da Madeira.

Verificou-se uma tendência de crescimento no número de Pedidos Únicos desmaterializados (95 992), representando cerca de 52% dos pedidos apresentados, salientando-se os submetidos pelo próprio beneficiário, através da área reservada no portal do IFAP, que ascendeu em 2018 a 4210, representando um incremento de cerca de 70% relativamente à campanha anterior.

No ano de 2018, houve um reajustamento estratégico, direcionado essencialmente para o aprofundamento e melhoria da relação com todos os intervenientes no sistema de gestão dos apoios ao investimento, e na mitigação da taxa de erro das estatísticas de controlo.

No âmbito financeiro, ao longo do ano de 2018, destacaram-se as seguintes atividades:

- A manutenção, no portal, de um calendário mensal de pagamentos, associado quer às ajudas incluídas no PU e da Região Autónoma dos Açores, quer aos apoios ao Investimento e Mercados, que foi integralmente cumprido;
- O PDR2020 manteve uma das melhores taxas de execução ao nível europeu sendo, ao nível nacional, o programa com a taxa de execução mais elevada no âmbito do Portugal 2020;
- O programa nacional da Vinha e do Vinho foi executado a 100%;
- O MAR 2020 cumpriu a regra n+3, num ano em que as perdas por anulação automática, ao nível europeu, ultrapassaram os 130 milhões de euros e afetaram a generalidade dos principais países beneficiários do FEAMP;

- No âmbito das medidas de apoio aos agricultores, visando a recuperação da sua atividade produtiva e dos seus meios de subsistência, implementadas e operacionalizadas na sequência dos incêndios ocorridos no ano de 2017, foram atribuídos apoios que, em novembro de 2018, atingiram um montante de cerca de 14 milhões de euros.

1.1. Ajudas ao setor da agricultura

No ano de 2018, o total de pagamentos ao setor agrícola, foi de 1415.5 milhões de euros, dos quais se destacam 682.8 milhões de euros destinados às ajudas diretas e intervenções nos mercados (48%), 593.9 milhões de euros atribuídos aos apoios ao desenvolvimento rural (42%), e 111.8 milhões de euros pagos ao programa POSEI (8%).

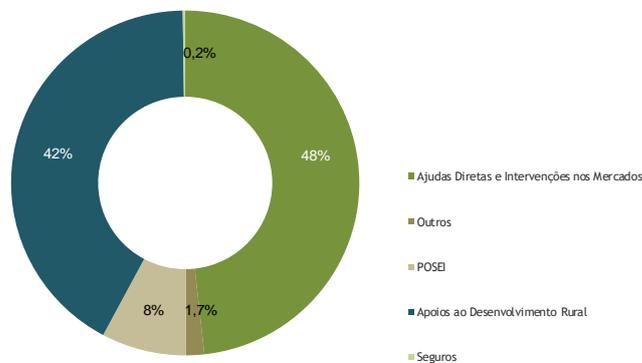
No Quadro 41 apresenta-se um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola. A respetiva desagregação encontra-se no Anexo 2.

Quadro 41 - Pagamentos efetuados no âmbito do setor agrícola

| | unid:mil euros | |
|---|------------------|------------------|
| | 2017 | 2018 |
| Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados | 679 559 | 682 817 |
| Apoios ao Desenvolvimento Rural | 586 077 | 593 948 |
| POSEI | 103 823 | 111 765 |
| Medidas Veterinárias | 965 | 1 259 |
| Seguros | 10 039 | 3 217 |
| Linhas de Crédito de Iniciativa Nacional | 856 | 736 |
| Outras | 42 956 | 22 043 |
| Despesas de encerramento QCA III Agricultura e antigas ajudas (*) | 366 | -308 |
| Total | 1 424 641 | 1 415 477 |

(*) Inclui despesas de encerramento do QCAIII e regularizações relativas a ajudas antigas geridas pelo ex-IFADAP

Gráfico 10 - Pagamentos no âmbito do setor agrícola (%)



O grupo Outras Ajudas inclui o montante de 13.7 milhões de euros de apoio aos incêndios de 2017.

1.1.1 Ajudas diretas

Os pagamentos de ajudas diretas ascenderam a 590.7 milhões de euros.

Foi atualizada a aplicação informática que permitiu o processamento, antes de 15 de outubro, do reembolso da Disciplina Financeira referente à campanha de 2016, no montante estipulado na legislação comunitária.

O referido reembolso, no montante de 6700 mil euros, foi efetuado no final do exercício financeiro de 2018.

Regime de Pagamento Base (RPB) e pagamentos conexos (*Greening*, Jovens Agricultores e Redistributivo)

Em junho de 2018 foi realizado o pagamento do saldo do Regime de Pagamento Base (RPB), do *Greening*, Pagamento aos Jovens Agricultores (PJA) e, todos referentes à campanha 2017, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários. Para esta campanha e exercício financeiro não foi aplicada taxa de rateio.

Relativamente ao *Greening*, e de forma a permitir a correta receção dos dados recolhidos pelos organismos certificadores, junto dos beneficiários que recorrem à Prática equivalente, foi desenvolvida, em 2018, uma aplicação de recolha de dados administrativos no portal do IFAP. Esta aplicação permitiu uma maior celeridade no envio dos dados por parte dos Organismos certificadores, quer ao nível da facilidade de recolha quer ao nível do despiste de erros grosseiros, conduzindo significativamente a uma redução do custo administrativo.

Quanto ao Pagamento para Jovens Agricultores, em 2018, foram apresentados cerca de 3200 pedidos de pagamento, tendo sido verificado o requisito da formação para a sua totalidade. No que diz respeito à formação, cumpriram o critério 90% dos beneficiários que solicitaram pagamento para os jovens agricultores e 85% dos beneficiários que solicitaram direitos à reserva nacional.

O limite máximo financeiro anual do pagamento redistributivo foi fixado, para o ano de 2018, em 3.90211036% do limite máximo nacional do anexo II do R.1307/2013. O montante de financiamento necessário para a obtenção do limite máximo financeiro anual do pagamento redistributivo é obtido anualmente pela redução linear do valor de todos os direitos ao pagamento do RPB. A redução linear aplicada ao valor unitário de todos os direitos ao pagamento RPB foi de 6.187417%, em 2018.

Regime da Pequena Agricultura (RPA)

O financiamento do RPA é efetuado através das seguintes deduções e pela seguinte ordem:

- 1- Montantes dos pagamentos diretos a que os beneficiários teriam direito, caso não tivessem aderido ao RPA;

- 2- Montantes disponíveis da reserva nacional;
- 3- Montantes disponíveis do pagamento para os jovens agricultores;
- 4- Redução linear ao pagamento RPB.

Em relação às candidaturas de 2018, uma vez que não existia montante disponível na reserva nacional, o financiamento deste pagamento foi realizado com base nos montantes elencados nos pontos 1, 3 e 4.

Relativamente ao ponto 4, foi aplicada uma redução linear ao pagamento do RPB de 2.5%, sendo esta percentagem ajustada no pagamento do saldo.

Regimes de Apoio Associado Voluntário

Os potenciais beneficiários dos prémios associados animais de 2019, que no PU de 2018, não assinalaram a candidatura ao respetivo prémio, foram alertados atempadamente no sentido de poderem proceder à apresentação do formulário de candidatura aos referidos prémios, cuja data limite foi 31 de dezembro de 2018.

Foram disponibilizados no portal do IFAP os formulários relativos à declaração de candidatura aos regimes de apoio associado animais, declaração de redução de efetivos e declaração de comercialização relativa ao prémio ao tomate para transformação.

1.1.2 Intervenções nos mercados

No ano de 2018, os pagamentos referentes a Intervenções nos mercados totalizaram 92.1 milhões de euros.

Os pagamentos referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV) totalizaram 75.6 milhões de euros.

1.1.3 Apoios ao desenvolvimento rural

No ano de 2018 foram pagos 593.9 milhões de euros de apoios ao desenvolvimento rural, sendo 87% relativos ao Continente, 8% à Região Autónoma dos Açores e 4% à Região Autónoma da Madeira.

Medidas Agroambientais (MAA)

A partir de 2018 passou a ser exigida a submissão dos documentos das análises de terra do primeiro ano juntamente com a candidatura, o que levou a uma rejeição de 3.5% destas.

Em 2018 foram apresentadas cerca de 3000 transferências de compromissos de MAA, dos quais 2500 envolvem cerca de 56 000 hectares e 500 cerca de 3900 cabeças normais.

A fim de recolher a informação relevante para a validação da medida Raças Autóctones, foi desenvolvida uma aplicação para a recolha desta informação no portal do IFAP, por parte da DGAV. Esta aplicação permitiu o despiste de erros grosseiros, encurtando o tempo de análise dos dados bem como a sua disponibilização para o apuramento da ajuda.

Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (AZD)

Tendo presente o montante total aprovado no PDR 2020 para o pagamento Natura e para as três zonas das AZD (zona de montanha, zonas sujeitas a condicionantes naturais significativas e zonas sujeitas a condicionantes específicas) foi calculado o montante total e aferido o rateio a aplicar em cada uma das zonas, a fim de respeitar os limites orçamentais.

No âmbito da análise e decisão das candidaturas para a aplicação de critérios de seleção para aprovação, com a dotação orçamental para cada regime de apoio do PRODERAM 2020, foram efetuadas as estimativas de montantes declarados, com os pressupostos de cálculo das candidaturas referentes aos PU 2018 da RAM. Após este cálculo, foi remetido para decisão da AG PRODERAM 2020, que por sua vez comunicou ao IFAP a aprovação das candidaturas do ano 2018 e o montante total. A decisão foi comunicada aos beneficiários na área reservada do portal do IFAP, em conformidade com o estabelecido nas respetivas Portarias.

Florestação de Terras Agrícolas (FTA)

Relativamente à transmissão dos projetos florestais em caso de herança (única via possível), esta é formalizada no formulário de transferências de direitos e compromissos disponível no portal do IFAP. A formalização da transmissão foi aperfeiçoada em relação ao ano anterior, pois assim que é realizada neste formulário, a mesma é transposta para o PU2018, ficando disponível para a apresentação do pedido de pagamento do cessionário.

Neste âmbito foi, ainda, dado início ao desenvolvimento do módulo de gestão de compromissos de florestação de terras agrícolas.

Ajudas ao Investimento

No âmbito da melhoria do sistema de gestão dos apoios ao Investimento, o IFAP procedeu à emissão da Nota Informativa (NI), FDER 004 - 2018 - Submissão de pedidos de pagamento por parte de entidades públicas com despesas em salários - Medidas Investimento FEADER e FEAMP, visando simplificar o registo/submissão dos pedidos de pagamento das medidas de funcionamento, que envolvem também uma elevada carga burocrática no controlo administrativo dos pedidos de pagamento.

Procedeu-se, ainda, à atualização da Norma de Procedimentos (NP) das Verificações Físicas no Local (VFL) que prevê a obrigatoriedade de visita ao local logo no 1º Pedido Pagamento para

verificar se a operação foi implementada nas condições e termos da aprovação. Comparando os anos de 2017 e 2018 verificou-se que, relativamente aos primeiros pedidos de pagamento, houve um acréscimo de 6.8% para 51.7% de pagamentos com visita realizada, nos pedidos de pagamento Intermedios, de 2.3% para 44.6% e, no último pedido de pagamento, de 65.0% para 92.0%. Tal traduziu-se no acréscimo líquido de mais 2468 VFL realizadas em 2018 nas medidas seleccionadas como de maior risco.

O reforço da seleção de documentos de despesa a verificar em sede controlo administrativo dos pedidos de pagamento permitiu que, no ano de 2018, tivesse ocorrido um acréscimo de documentos verificados.

Realizaram-se múltiplas melhorias do sistema de informação, visando a implementação de novas funcionalidades, tornando o mesmo mais amigável ao utilizador e aproveitando o cruzamento de informação com outras bases de dados residentes no IFAP, tornando alguns controlos automáticos.

Em 15 de maio de 2018 o IFAP organizou um Seminário de Reflexão sobre as taxas de erro no FEADER - Investimento, pretendendo-se uma análise aprofundada com múltiplos atores, no sentido de implementar medidas mitigadoras para a sua diminuição.

1.1.4 Programas de Apoio Específico às Regiões Ultraperiféricas (POSEI)

No âmbito do POSEI, foram pagos 111.8 milhões de euros, sendo 81.6 milhões de euros destinados à RAA e 30,2 à RAM.

Os pagamentos de saldo da campanha 2017 foram realizados durante o prazo definido para o pagamento, depois de assegurado o cumprimento dos diversos *plafonds* por medida/ação, o que em alguns casos conduziu à aplicação de taxas de rateio.

Foram implementadas as alterações previstas de suporte ao apuramento das ajudas, nomeadamente, no caso da RAM para a Medida 1 em que foi adaptada a cadeia de apuramento devido à inclusão do modo de produção biológico.

1.1.5 Seguros

No âmbito do quadro de intervenção do Sistema de Seguros Agrícolas (SSA), o qual abrange o Seguro de Colheitas (SC), o Seguro Vitícola de Colheitas (SVC) e o Seguro de Frutas e Hortícolas (SFH-OP), o IFAP prosseguiu, durante o ano de 2018, com a gestão técnica e financeira do sistema.

No quadro de intervenção do SC, tiveram lugar as primeiras ações de controlo de qualidade junto das seguradoras, referentes às candidaturas e pedidos de pagamento apresentados na

campanha 2017. Em 2018, destacou-se, ainda, a extensão do SC à RAM, tendo sido emitidos diversos pareceres de diplomas legislativos e disponibilizada uma aplicação informática que permitiu a operacionalização da medida na Região. Relativamente ao SC, foram pagos no ano de 2018, 7.2 milhões de euros.

Quanto ao SVC, os apoios são pagos por intermédio das Seguradoras, que procedem à dedução do valor do apoio ao valor do prémio no ato de pagamento do prémio de seguro. No ano de 2018, foram pagos 3.2 milhões de euros.

1.1.6 Linhas de Crédito de iniciativa nacional

Além da normal gestão das linhas de crédito implementadas em anos anteriores, destinadas a apoiar o desenvolvimento dos setores agrícola e agro-industrial, foi criada uma linha de crédito garantida para apoio aos setores frutícola e vitícola lesados pela tempestade *Leslie*, que fustigou a zona centro do país.

1.2. **Ajudas ao setor da pesca**

No que respeita ao setor da pesca, foram pagos 52.9 milhões de euros no ano de 2018.

Quadro 42 - Pagamentos efetuados ao setor da pesca

| | unid:mil euros | |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| MAR 2020 | 43 418 | 53 510 |
| PROMAR | -150 | -890 |
| Linhas de Crédito | 237 | 287 |
| Despesas de Encerramento de QCA III | -6 | -5 |
| Total Pescas | 43 499 | 52 902 |

No âmbito do FEAMP, registou-se um aumento de mais de 20% nos pagamentos anuais, em que as operações do MAR2020 no Continente assumiram um peso significativo no total dos pagamentos. A desagregação dos pagamentos encontra-se no Anexo 2.

2. Intervenções no domínio do controlo

No contexto da sua missão e atribuições, o IFAP continuou a desenvolver atividades no domínio do controlo, necessárias para garantir a legalidade das despesas efetuadas.

Do conjunto de atividades desenvolvidas em 2018, nesta área, destacam-se as seguintes:

2.1. Sistema integrado de gestão e controlo

As atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema integrado de gestão e controlo (SIGC), que garantem a boa execução das operações financiadas no âmbito dos regimes de ajudas “superfícies” e “animais”, centraram-se sobretudo na gestão e manutenção de bases de dados interligadas, designadamente: Sistema de informação de beneficiários, Sistema de identificação de parcelas agrícolas, Sistema nacional de identificação e registo animal, Sistema de identificação e registo dos direitos ao pagamento e Sistema de controlo integrado que garante a realização de controlos administrativos cruzados e controlos no local.

2.1.1 Sistema de informação de beneficiários

Durante o ano de 2018 continuou a efetuar-se a validação de dados através do cruzamento mensal da informação residente no IB com a residente, no SIRIC e na BDIC, cujo tratamento de dados é da responsabilidade do IRN. Neste ano houve uma estabilização do número de validações realizadas e um aumento do número de irregularidades resolvidas.

O número de beneficiários registados no Sistema de beneficiários em 31 de dezembro de 2018 perfazia um total de 493 311.

No que se refere aos procedimentos automáticos instituídos para atualização e manutenção da qualidade dos dados, foram enviados cerca de 195 mil alertas de ocorrências, via correio eletrónico.

Ainda no quadro das atividades de manutenção do IB, destaca-se o envio de 21 775 binómios NIF/NIB para validação junto do IGCP e da SIBS, dos quais 744 tiveram resposta negativa, pelo que esta validação continua a permitir diminuir a carga administrativa e aumentar a fiabilidade dos pagamentos efetuados.

Manteve-se a análise semanal de erros associados a NIB não aderentes ao *Single Euro Payments Area* (SEPA).

2.1.2 Sistema de identificação de parcelas agrícolas

Em junho de 2018, após o termo do período de candidaturas do PU, procedeu-se à consolidação da informação existente na tabela do Parcelário, criada com a informação existente à data da apresentação das candidaturas, para utilização no controlo administrativo cruzado da campanha 2018. Posteriormente foi necessário proceder a atualizações desta tabela, nomeadamente na sequência dos resultados das visitas de campo, do controlo de qualidade (por fotointerpretação ou documental) e também da integração da informação resultante do controlo de campo de superfícies e do VITIS.

Em 2018 foi efetuado o acompanhamento do concurso para a aquisição de fotografias aéreas para o continente. Após a entrega das fotografias e sua ortorretificação, a disponibilização gradual dos ortofotomapas, na aplicação iSIP, teve início em setembro.

Foram também ortorretificadas e disponibilizadas, na mesma aplicação, imagens de satélite das ilhas Terceira, Santa Maria e Graciosa.

Na sequência da disponibilização dos ortofotomapas de 2018, a revisão regular do parcelário teve início em setembro e incidiu na região de Trás-os-Montes. Das 350 308 parcelas revistas, 338 176 foram aprovadas, o que correspondeu a 34 concelhos, tendo ficado 16 concelhos para revisão em 2019.

No âmbito da manutenção do serviço de dados geográficos do IFAP, cedidos gratuitamente para visualização e descarregamento, procedeu-se à atualização dos conteúdos, com a disponibilização das parcelas e ocupações do solo referentes às candidaturas do PU 2018. Esta informação passou a ser disponibilizada ao nível da NUT3.

Foram, ainda, desenvolvidas diversas funcionalidades do iSIP, como a melhoria da informação incluída nas notificações automáticas enviadas aos beneficiários de explorações que sejam objeto de alterações e que tenham endereço de correio eletrónico, ferramentas relacionadas com árvores e outras ferramentas facilitadoras da extração e utilização da informação do iSIP por utilizadores de diversas naturezas. Foram igualmente elaborados os requisitos referentes a funcionalidades a introduzir no futuro, nomeadamente a implementação de uma ferramenta (*App*) para fotografias georreferenciadas.

O Plano de ação para verificação da elegibilidade das superfícies com árvores foi objeto de acompanhamento, com quantificação do impacto das alterações introduzidas, retificação retroativa das tabelas do controlo administrativo e análise das contestações apresentadas pelos beneficiários.

A prestação de esclarecimentos via plataforma Info.SIP materializou-se no envio e receção de cerca de 7100 mensagens de correio eletrónico, continuando a ser um canal de comunicação

muito utilizado para apoiar e prestar esclarecimentos a entidades externas, sobretudo às que têm nas suas competências a atualização do Parcelário.

2.1.3 Sistema nacional de identificação e registo animal

Em 2018 foram disponibilizadas na base de dados SNIRA, novas aplicações que viabilizaram o registo de reaparecimentos de ovinos e caprinos e a interoperabilidade com os livros genealógicos de ovinos e caprinos.

As aplicações já existentes foram objeto de reengenharia no que diz respeito aos ovinos e caprinos, nomeadamente, recenseamento especial, módulo de gestão dos meios de identificação, mortes e desaparecimentos e reidentificação.

Foi também instituído um novo processo de criação da tabela de histórico dos animais ovinos e caprinos (coabitantes).

No que se refere a prestação de informação, destaca-se a assistência técnica, assegurada sobretudo através do canal info.snira@ifap.pt, com cerca de 3500 pedidos entrados em 2018, e a criação de vídeos tutoriais e respetiva disponibilização ao público no canal *YouTube* do IFAP.

2.1.4 Sistema de identificação e registo de direitos ao pagamento

As transferências de direitos ao pagamento RPB foram formalizadas durante o período de apresentação das candidaturas do PU 2018. O formulário de transferências disponível no portal do IFAP permitiu recolher as transferências definitivas e as temporárias (acompanham a transferência temporária de terra). O mesmo formulário foi utilizado pelos beneficiários que participaram no RPA, uma vez que também estes são titulares de direitos definitivos RPB.

Em 2018, foram apresentadas cerca de 7600 comunicações de transferência de direitos ao pagamento, envolvendo cerca de 174 mil direitos e um montante total de 15.5 milhões de euros.

Relativamente à Reserva Nacional de direitos RPB, foram apresentadas cerca de 1600 candidaturas, tendo sido atribuídos cerca de 46 500 direitos a 900 beneficiários (593 jovens agricultores e 307 em início de atividade), num montante total de 4.5 milhões de euros.

2.1.5 Sistema de controlo integrado

2.1.5.1 - Controlo administrativo

Na sequência das validações do controlo administrativo cruzado da campanha 2018, foram notificados 2242 beneficiários no âmbito da audiência escrita consignada pelo CPA, podendo, para um mesmo beneficiário, a notificação referir-se a mais do que um erro.

No Quadro 43 apresenta-se uma comparação dos resultados do controlo administrativo com o ano anterior.

Quadro 43 - Resultado do controlo administrativo 2018

| TIPO DE ERRO | Nº BENEFICIÁRIOS COM ERRO | |
|---|---------------------------|---------|
| | EM 2018 | EM 2017 |
| Beneficiário sem marca de exploração para utilização de baldio | 1 293 | - |
| Redução da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar | 711 | 411 |
| Redução da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar | 154 | 70 |
| Parcelário declarado por mais que um beneficiário | 135 | 123 |
| Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar por vários beneficiários em baldio | 88 | 83 |
| Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar por vários beneficiários em baldio | 29 | 83 |
| Beneficiário não associado ao gestor de baldio no SNIRA para a espécie declarada | 7 | 12 |
| Beneficiário associado ao gestor de baldio no SNIRA mas não no SIP | 7 | 10 |
| Cão de guarda declarado por mais que um beneficiário | 2 | 2 |
| Equídeo declarado por mais que um beneficiário | - | 18 |
| Nº de identificação do equídeo não validado pela DGAV para o beneficiário | - | 1 842 |

Em 2018, os erros associados à espécie equídea deixaram de ser gerados porque, à semelhança do que sucedia para as restantes espécies, a identificação individual de equídeos deixou de ser declarada no PU 2018, tendo a validação destes animais passado a ser efetuada no apuramento das ajudas para as quais a sua contagem é relevante.

Foi criado um novo erro associado à verificação da existência de uma marca de exploração que permita a declaração de áreas de baldio, considerando que a candidatura de superfícies predominantemente arbustivas, como é o caso dos baldios, só pode ser enquadrada no âmbito das práticas locais de pastoreio de carácter tradicional. O aumento do número de erros referentes à máxima área elegível (MAE) do 1º e 2º Pilares decorreu da implementação de um Plano de ação para verificação da elegibilidade das superfícies com árvores, na sequência de um inquérito anteriormente efetuado pela CE.

2.1.5.2 - Controlo físico

Em 2018, o IFAP continuou a assegurar a realização atempada do controlo *in loco*, condição fundamental para o pagamento das ajudas e apoios do FEAGA e FEADER, nos prazos programados e de acordo com a regulamentação e normativos aplicáveis, tendo havido um claro aumento no número de controlos realizados mais cedo, comparativamente com 2017.

As amostras para controlo foram definidas e divulgadas dentro dos prazos estabelecidos. De igual modo, foram desenvolvidas em tempo útil as tarefas de elaboração de normativos de controlo, formação e credenciação de controladores e preparação das aplicações informáticas de suporte à emissão e recolha de dados do controlo.

A monitorização da execução das atividades de controlo *in loco*, determinante para o cumprimento dos prazos, foi efetuada através da elaboração de pontos de situação periódicos que possibilitaram a oportuna deteção, análise e retificação de eventuais desvios face ao inicialmente estabelecido no plano anual de controlo.

Neste ano, foi feita a integração, no sistema de recolha de resultados do controlo, de duas ajudas do POSEI Açores (Prémio ao Abate de Bovinos e Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores) e da Operação 8.1.1 -Florestação de terras agrícolas e não agrícolas, do PDR 2020.

Em 2018 foram executados, pela primeira vez, controlos relativos ao MAR 2020 e ao Regime de Certificação Ambiental, que integra o Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o ambiente (*Greening*).

De salientar também o início do projeto-piloto Monitorização - Classificação Automática de Culturas com Imagens de Satélite, através de *Machine Learning*.

No âmbito do controlo da condicionalidade, a partir de maio de 2018 foram enviados 2.066 ofícios para comunicação de incumprimentos detetados na campanha 2017, com indicação das correspondentes taxas de penalização. Após análise, foi dada resposta aos cerca de 140 processos de contestação recebidos.

Nos quadros 44 a 56 é apresentada informação sobre os controlos realizados na campanha de 2018. O quadro 56 diz respeito a controlos contabilísticos realizados no ano de 2018.

Quadro 44- Controlos *in loco* de superfícies (Continente)

| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA CONTROLADA |
|---------------|-------------------------|-----------------|
| Campanha 2018 | 12 948 | 329 508 |

unid: hectares

Quadro 45 - Controlos de superfícies por teledeteção (Continente)

| unid: hectares | | |
|----------------|-------------------------|-----------------|
| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA CONTROLADA |
| Campanha 2018 | 2 456 | 13 539 |

Quadro 46- Controlos no âmbito do Prémio ao abate de bovinos (RAM)

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS CONTROLADOS |
|---------------|-------------|-------------------------|------------------------|
| Campanha 2018 | Explorações | 18 | 778 |
| | Matadouros | 1 | 190 |

Quadro 47 - Controlos no âmbito do Prémio ao abate de suínos (RAM)

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS CONTROLADOS |
|---------------|-------------|-------------------------|------------------------|
| Campanha 2018 | Explorações | 2 | 1 468 |
| | Matadouros | 1 | 1 468 |

Quadro 48 - Controlos de animais (Continente)

| | | Nº CONTROLOS REALIZADOS | Nº ANIMAIS CONTROLADOS |
|---------------|--------------------------------|-------------------------|------------------------|
| Campanha 2018 | Prémio por ovelha e cabra | 1 441 | 204 053 |
| | Prémio por vaca em aleitamento | 892 | 128 406 |
| | Prémio por vaca leiteira | 189 | 31 116 |

Quadro 49 - Controlos condicionalidade - Domínio ambiente

| | CONTINENTE | | RAA | | RAM | |
|--|-------------------------|--------|-------------------------|-------|-------------------------|------|
| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA |
| Aves selvagens e conservação de habitats naturais | 342 | 23 879 | 17 | 1 063 | 8 | 13 |
| Lamas de depuração e higiene e segurança alimentar | 1 211 | 45 925 | 86 | 2 157 | 352 | 210 |
| Nitratos | 217 | 14 888 | 2 | 31 | 0 | 0 |
| Produtos fitofarmacêuticos e Proteção das águas subterrâneas | 1 211 | 45 925 | 86 | 2 157 | 352 | 210 |
| Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas | 18 | 1 666 | 26 | 1 174 | 0 | 0 |

Quadro 50 - Controlos condicionalidade - Domínio animal - Saúde pública, saúde animal e fitossanidade

unid: nº controlos

| | CONTINENTE | RAA | RAM |
|---|------------|-----|-----|
| Segurança alimentar | 574 | 93 | 17 |
| Substâncias proibidas, B agonistas | | | |
| Encefalopatias espongiformes transmissíveis | | | |

Quadro 51 - Controlos condicionalidade - Domínio animal - Bem-estar dos animais

unid: nº controlos

| | CONTINENTE | RAA | RAM |
|--|------------|-----|-----|
| Proteção dos animais nas explorações pecuárias | 574 | 93 | 17 |
| Normas mínimas de proteção dos vitelos | 247 | 53 | 1 |
| Normas mínimas de proteção dos suínos | 241 | 5 | 1 |

Quadro 52 - Controlos condicionalidade - Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA)

unid: hectares

| | CONTINENTE | | RAA | | RAM | |
|--|-------------------------|--------|-------------------------|-------|-------------------------|------|
| | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA | Nº CONTROLOS REALIZADOS | ÁREA |
| Boas condições agrícolas e ambientais (BCAA) | 1 211 | 45 925 | 86 | 2 157 | 352 | 210 |

Quadro 53 - Controlos *in loco* de projetos de Investimento

unid: mil euros

| | AMOSTRA 2017 | | AMOSTRA 2018 | |
|---------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| | Nº PROJETOS CONTROLADOS | MONTANTE CONTROLADO | Nº PROJETOS CONTROLADOS | MONTANTE CONTROLADO |
| PDR 2020 | 8 | 164 | 91 | 14 229 |
| PRORURAL + | 2 | 30 | 10 | 1 299 |
| PRODERAM 2020 | 3 | 335 | 12 | 713 |
| MAR 2020 | 0 | 0 | 74 | 3 419 |

Quadro 54 - Controlos *in loco* Florestação de Terras Agrícolas

unid: hectares

| | AMOSTRA 2018 | |
|------------------------------------|--------------|-----------------|
| | Nº PROJETOS | ÁREA CONTROLADA |
| PRODER | 21 | 5 543 |
| RURIS | 215 | 34 528 |
| QCA I e II - R 2328/91 e 2080/92 | 136 | 15 880 |
| PDR 2020 (Operações 8.1.1 e 8.1.2) | 2 | 971 |
| PRORURAL + | 3 | 702 |

Quadro 55 - Controlos *in loco* Vitis

| | Nº PROJETOS CONTROLADOS |
|---------------|-------------------------|
| Campanha 2014 | 15 |
| Campanha 2015 | 68 |
| Campanha 2016 | 495 |
| Campanha 2017 | 2 255 |
| Campanha 2018 | (*) 116 |
| Total | 2 949 |

(*) Controlo prévio.

Quadro 56 - Outros controlos realizados em 2018

unid: nº controlos

| | AMOSTRA 2017 | AMOSTRA 2018 | TOTAL |
|--|--------------|--------------|------------|
| POSEI RAA - Medida 3 - Ação 3.1- Armazenagem Privada de Queijos "Ilha" e "São Jorge" | 41 | 211 | 252 |
| POSEI RAM - Medidas 2 e 3 (exceto Ação 2.5 - Fileira da Banana) | 0 | 98 | 98 |
| POSEI RAM - Medida 2 - Ação 2.5- Fileira da Banana | 0 | 80 | 80 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível | 0 | 47 | 47 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais | 0 | 20 | 20 |
| Programa Apícola Nacional | 0 | 18 | 18 |
| Ajuda à Destilação de Subprodutos da Vinificação | 13 | 0 | 13 |
| Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros | 5 | 4 | 9 |
| Organizações e Agrupamentos de Produtores - Manutenção do reconhecimento | 0 | 8 | 8 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 2º nível | 0 | 7 | 7 |
| Açúcar (Reg. 952/2006) | 0 | 5 | 5 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas | 0 | 3 | 3 |
| Ações de Promoção - PROMAG | 0 | 1 | 1 |
| Açúcar (Reg. 967/2006) | 0 | 1 | 1 |
| Assistência Mútua - Fundo Operacional | 0 | 1 | 1 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Controlos 2º nível | 0 | 1 | 1 |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de exceção - Organizações caritativas | 0 | 1 | 1 |
| Total | 59 | 506 | 565 |

2.2. Supervisão, acompanhamento e controlo de qualidade

No âmbito do acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA foram tratadas 7376 ocorrências recebidas através de canais de comunicação específicos.

Foram realizadas 11 sessões de trabalho das Comissões de acompanhamento das funções delegadas de receção de formulários PU, IB e SNIRA e de atualização do Parcelário, para acompanhamento, avaliação e resolução das dificuldades técnicas e/ou logísticas sentidas pelas entidades delegadas.

Foi facultada formação relativa a todas as funções delegadas, bem como no âmbito do plano de ação para verificação da elegibilidade das superfícies com árvores. Na perspetiva de melhorar a qualidade de recolha de candidaturas PU, a frequência da ação informativa “Procedimentos a adotar em superfícies com árvores”, do iSIP, foi obrigatória. Complementarmente foram criados vídeos tutoriais, disponibilizados no canal *YouTube* do IFAP.

Com base em critérios objetivos previamente estabelecidos, em abril e maio de 2018 o IFAP procedeu à realização de ações de acompanhamento *in loco* nas entidades delegadas, tendo visitado 40 entidades no Continente. Nestas visitas foram controlados parâmetros relativos à estrutura organizativa, infraestruturas, meios informáticos e, em particular, os procedimentos utilizados no processo de receção de pedidos de ajuda e os procedimentos para atualização/manutenção de dados referentes à identificação do beneficiário.

O acompanhamento das funções delegadas referentes às comunicações à BD SNIRA foi assegurado através de visitas *in loco* e de análise processual em gabinete. Foram visitadas 22 salas e realizadas 484 ações em gabinete.

À semelhança do acompanhamento de campanhas anteriores, a constituição de equipas multidisciplinares permitiu a realização de ações de acompanhamento com incidência nas 4 funções delegadas (IB, PU, SIP e SNIRA) o que, além de evidentes ganhos de eficácia, proporcionou uma perspetiva global à avaliação efetuada.

Os resultados obtidos permitiram concluir que as entidades recetoras reuniam, de modo geral, as condições necessárias para um eficiente desempenho das tarefas inerentes à receção de formulários IB, PU e SNIRA. No entanto, uma vez que um dos critérios consistia em não visitar salas anteriormente visitadas, constatou-se que continuava a verificar-se a ocorrência de problemas já detetados em campanhas anteriores, nomeadamente a existência de informação desatualizada, registada no portal do IFAP, no que respeita a unidades orgânicas, à correta distribuição dos seus utilizadores, contactos, horários e preçários. À semelhança de anos anteriores, nestes casos, foram feitas recomendações de implementação imediata.

Ainda no âmbito do acompanhamento, o controlo de qualidade a formulários PU e IB, realizado em gabinete, aferiu a conformidade dos procedimentos de receção destes formulários, em particular no que se refere a documentos obrigatórios e assinatura dos respetivos formulários.

O acompanhamento das funções delegadas do Parcelário incidiu em três vertentes distintas: visitas a salas de parcelário, análise de parcelas editadas em atendimento e verificação do processo de atendimento (controlo documental).

Foram efetuadas 24 visitas a salas de Parcelário. Das visitas realizadas apurou-se que, de um modo geral, as salas cumpriam os requisitos necessários, com exceção de 2 que, apesar de estarem ativas no portal do IFAP, não efetuavam atualizações do parcelário.

Do universo das parcelas alteradas nas salas, 3.111 foram alvo de controlo de qualidade, tendo-se concluído que o trabalho aí efetuado estava de acordo com os conceitos estabelecidos.

O controlo de qualidade processual em gabinete foi realizado através da análise documental de 264 processos, tendo-se concluído que a maioria dos processos decorreu de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Para controlo da qualidade da revisão regular do Parcelário, o IFAP analisou 14 142 parcelas, tendo sido detetados erros em 330.

No âmbito do controlo de qualidade do Parcelário, em cumprimento do disposto na regulamentação comunitária, foram reportados os resultados da inspeção de qualidade efetuada ao SIP-SIG relativamente ao ano 2017 e iniciados os trabalhos de inspeção referentes ao ano 2018, tendo por base a metodologia definida pelo JRC e recorrendo a uma aplicação desenvolvida especificamente para o efeito. Esta metodologia prevê a implementação de dois testes: um para avaliação da qualidade do modelo conceptual - *Abstract Test Suite* (ATS) do SIP-SIG, e outro para avaliação da qualidade da informação residente no sistema (ETS). Este teste incidu sobre uma amostra aleatória de 1250 parcelas SIP, com área útil do Primeiro Pilar, declarada no PU, superior a zero, de acordo com a metodologia ETS estabelecida pelo JRC.

A avaliação do desempenho das entidades controladoras foi efetuada através do controlo de qualidade do controlo *in loco* por elas realizado. As amostras de controlo de qualidade foram selecionadas com base nos controlos *in loco* realizados e nos resultados dos controlos de qualidade de anos anteriores, tendo sido desencadeadas ações de controlo em gabinete (análise dos relatórios de controlo *in loco*) e de recontrolo (repetição do controlo *in loco*) e elaborados os respetivos relatórios.

Na vertente investimento, foi aperfeiçoado o modelo das reuniões realizadas no âmbito da Comissão de acompanhamento da execução das tarefas delegadas pelo IFAP, tendo sido realizada uma reunião técnica por trimestre. Estas reuniões, que visam sobretudo a melhoria da articulação funcional e o esclarecimento de questões operacionais, contribuíram para imprimir

maior celeridade à tomada de decisão e sua comunicação aos técnicos responsáveis pelos controlos administrativos dos pedidos de pagamento.

Em 2018, as ações de formação às entidades com funções delegadas para realização dos controlos administrativos dos pedidos de pagamento, foram reforçadas. Em conjunto com a Autoridades de Gestão dos Programas e em particular com as DRAP e GAL, foram realizadas 12 ações de formação que envolveram 540 técnicos analistas de diversas entidades.

Foi também retomada a formação de consultores/projetistas que colaboravam na elaboração e acompanhamento dos projetos junto dos beneficiários, tendo sido efetuadas 9 ações de formação para beneficiários e consultores, nas quais participaram 575 interessados.

Tendo em vista a melhoria da qualidade da submissão dos pedidos de pagamento, foi realizada uma ação de formação *e-learning* cujos destinatários foram os colaboradores das organizações agrícolas com protocolos celebrados com o IFAP. Esta ação de formação envolveu a renovação/certificação de 160 colaboradores das organizações agrícolas que apoiam os beneficiários na recolha/submissão dos pedidos de pagamento.

No que se refere às comunicações de transferências de direitos, o controlo de qualidade incidiu em cerca de 2200 formulários, dos quais 950 correspondem a transferências por herança de direitos RPA. A filtragem centrou-se nas transferências que obrigavam à anexação de documentos comprovativos.

Nos quadros 57 a 61 é apresentada informação relativa aos controlos de qualidade efetuados.

Quadro 57 - Controlos de qualidade do controlo de Ajudas Superfícies

| TIPO DE AÇÃO | AMOSTRA 2018 (*) | |
|--------------|------------------|-----------------------|
| | AJUDAS DIRETAS | DESENVOLVIMENTO RURAL |
| Gabinete | 67 | 54 |
| Recontrolo | 34 | 35 |
| Total | 101 | 89 |

(*) A amostra do controlo de qualidade de 2018 incide sobre os controlos *in loco* da amostra de 2017.

Quadro 58 - Controlos de qualidade do controlo de Ajudas Animais

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | AMOSTRA 2018 (*) | | |
|--------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| | PRÉMIO POR OVELHA E CABRA | PRÉMIO POR VACA EM ALEITAMENTO | PRÉMIO POR VACA LEITEIRA |
| Gabinete | 100 | 46 | 17 |
| Recontrolo | 0 | 2 | 1 |
| Total | 100 | 48 | 18 |

(*) A amostra do controlo de qualidade de 2018 incide sobre os controlos *in loco* da amostra de 2017.

Quadro 59 - Controlos de qualidade do controlo de projetos de Investimento

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | PDR 2020 | PRODER | PRORURAL+ | PRORURAL | MAR |
|--------------|-----------|----------|-----------|----------|----------|
| Gabinete | 0 | 0 | 2 | 0 | 4 |
| Recontrolo | 17 | 7 | 1 | 1 | 0 |
| Total | 17 | 7 | 3 | 1 | 4 |

Quadro 60 - Controlos de qualidade do controlo no âmbito do Vitis

unid: nº controlos

| TIPO DE AÇÃO | CONTINENTE | | VITIS RAA | VITIS RAM |
|--------------|------------|----------------|-----------|-----------|
| | VITIS 2017 | VITIS 2018 (*) | | |
| Recontrolo | 30 | 5 | 2 | 2 |

(*) Controlo prévio.

Quadro 61 - Controlos de qualidade do controlo de outras ajudas realizados em 2018

| | Nº CONTROLOS | |
|--|-----------------|---|
| POSEI RAA - Armazenagem privada queijo Ilha e S. Jorge | 252 | |
| Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado - Controlos 1º nível | 47 | |
| Programa Apícola Nacional | 18 | |
| POSEI RAM - FHF | Comercialização | 9 |
| | Expedição | 1 |
| Organizações e Agrupamentos de Produtores - Manutenção do reconhecimento | 8 | |
| POSEI RAM - Cana de açúcar | Transformação | 4 |
| POSEI RAM - Produtos agropecuários | Transformação | 1 |
| Total | 340 | |

3. Comunicação e Publicidade Institucional

Comunicação e imagem

A atividade do IFAP em 2018, no âmbito da comunicação e imagem, tendo em conta a execução do Plano de comunicação do Instituto, tanto nas ações implementadas de comunicação interna, como na vertente da comunicação externa, envolveu a organização e a sua participação em múltiplas actividades.

Iniciativas de comunicação interna

No decorrer do ano de 2018, deu-se continuidade ao projeto da *Newsletter* interna digital - *IFAPcomunica*, no sentido de dar cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação no seio do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores, reforçando, assim, o diálogo e a partilha de experiências entre todos.

No âmbito da Divulgação Interna, destaca-se a disponibilização diária aos colaboradores do IFAP de legislação relevante e dos Recortes de Imprensa.

Numa perspetiva de melhoria contínua do desempenho dos altos quadros dirigentes do Instituto e com o sentido de avaliar a opinião dos colaboradores quanto ao desempenho da Organização, num conjunto alargado de temáticas, foi realizado, no final do ano, um questionário inserido na edição de 2018 do Índice de Excelência, destinado a Empresas e a Entidades Públicas. A participação em edição passada desse estudo, em 2014, permitiu o desenvolvimento de várias iniciativas que visaram promover a melhoria do Clima Organizacional nos anos seguintes. Com a edição deste ano pretendeu-se aferir das reais implicações das alterações introduzidas e identificar novas áreas de melhoria da Organização, dando continuidade à cultura de troca de experiências entre Departamentos e seus colaboradores, com o envolvimento da Gestão de Topo.

A entrada em vigor do RGPD teve elevada repercussão na política de comunicação do Instituto, obrigando à implementação de diversos procedimentos e à definição de normas por um Grupo de Trabalho especialmente criado para o efeito, visando a garantia destes novos direitos dos titulares de dados pessoais e o cumprimento com todas as obrigações decorrentes do mesmo.

O ano de 2018 foi também caracterizado pelos trabalhos de finalização quanto à preparação e conclusão, em agosto, ao processo de migração / *upgrade* do iDoc, migrando a aplicação para níveis de desempenho mais sustentados e robustos, perante a exigência e a criticidade da gestão documental do IFAP.

Iniciativas de comunicação externa e publicidade

O IFAP, de uma forma consistente ao longo dos anos mais recentes, tem consolidado a utilização dos meios de comunicação e tecnologias de informação mais avançadas, adequando-as, sempre que possível, ao público-alvo e à mensagem a transmitir.

Assume particular relevo, neste âmbito, o portal do IFAP, logo seguido das diferentes Redes Sociais nas quais o Instituto marca a sua presença assídua, com notícia e/ou disponibilização de informação tutorial, como sejam, o *Facebook*, o *Twitter*, o *LinkedIn* e o *YouTube*.

Sabendo que o portal é o canal de comunicação com uma maior capacidade e rapidez de transmissão de uma grande quantidade de informação aos beneficiários e demais *stakeholders*, manteve-se o esforço constante de atualização e melhoria do conteúdo disponibilizado após a reformulação do portal.

A complementaridade da informação veiculada pelo portal, em particular as notícias publicadas e em destaque na *homepage*, através da utilização das Redes Sociais, nomeadamente pelo *Facebook* e pelo *Twitter*, tem vindo a revelar-se de extrema importância, atendendo ao imediatismo da sua disseminação pelo público-alvo.

Para além destes meios, destacamos, ainda, a *APP IFAP Mobile*, o recurso ao *Mailing* (envio massivo de *emails* aos beneficiários e demais *stakeholders*) e a divulgação mensal da *Newsletter* Institucional. No envio massivo de *emails* aos beneficiários, procurou-se a harmonização de conteúdos e linguagem, tendo em vista a simplificação da mensagem a transmitir.

Para além de anúncios na imprensa escrita, foi desenvolvida e divulgada uma campanha de rádio para publicitação do período de Candidaturas ao PU2018, a par de notícias correspondentes divulgadas através do portal e das páginas das Redes Sociais, bem como mensagens através da *APP IFAP Mobile* e do serviço de *mailing*, entre outras, tendo em conta a importância deste formulário para as atividades do Instituto.

Como meio de comunicação de proximidade, o IFAP marcou presença nas principais Feiras do setor, nomeadamente na 35.^a Ovibeja, 55.^a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, na AgroGlobal 2018, em Valada do Ribatejo, na 24.^a Feira do Porco, no Montijo, e na 6.^a Agrosemana - Feira do Norte, na Póvoa de Varzim. Para a participação nestes eventos, foram elaborados panfletos e material multimédia para a divulgação das diferentes medidas de apoio ao setor. Em todos os certames, o Instituto participou ativamente com atendimento presencial ao público, através da presença dos colaboradores do *Contact Center*, promovendo o esclarecimento junto dos seus beneficiários em diversas áreas da sua atividade e fomentando uma política de proximidade.

4. Relacionamento com Instituições Comunitárias

O IFAP, no âmbito das suas competências enquanto OP do FEAGA e FEADER, é auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TC, IGF e IGAMAOT). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas (CFA), fórum europeu de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Comité dos Fundos Agrícolas (CFA)

A administração do FEAGA e do FEADER, criados ao abrigo do R.1290/2005, para financiar as despesas da PAC, foi confiada pelo Conselho à Comissão, estando prevista uma estreita colaboração entre os Estados-Membros e a Comissão, no âmbito do CFA.

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2018, foram realizadas oito reuniões deste Comité, tendo sido analisado e debatido um conjunto alargado de documentos relevantes para os diversos EM, dos quais destacamos, entre outros, as Decisões de Execução da Comissão relativas aos pagamentos mensais do FEAGA, as informações sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento Rural, documentos relativos aos incumprimentos de prazos de pagamento e informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento das contas e da conformidade.

Conferências

Semestralmente são realizadas as Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE, nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito, sido elaborados *dossiers* técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2018, realizaram-se, em maio e outubro, em Sofia (Bulgária) e Andau (Áustria), respetivamente, a 43.^a e 44.^a Conferências de Diretores dos Organismos Pagadores, que contaram com a participação dos representantes dos Organismos Pagadores (OP) dos vinte e oito EM da UE, da CE, do TCE, do OLAF, do Órgão de Conciliação (OC) e do Grupo *Panta Rhei*.

Realizou-se em 30 de novembro de 2018, em Bruxelas (Bélgica), a 12.^a Conferência dos Diretores dos Organismos Pagadores e Organismos de Coordenação, dedicada às temáticas relacionadas com a “abordagem de auditoria única” (*single audit approach*), as reservas constantes no Relatório Anual de Atividades da DG AGRI, bem como o cálculo das correções financeiras, dando continuidade ao discutido nas conferências anteriores.

Este evento anual é um fórum privilegiado para a troca de experiências entre os EM, designadamente no que respeita aos principais erros apontados pela CE aos sistemas de gestão e controlo, bem como às diferentes soluções encontradas pelos EM para ultrapassar os mesmos.

Em 2018, o IFAP participou na 53.^a e 54.^a Conferências do Grupo *Panta Rhei*, realizadas em abril e outubro, em Sofia (Bulgária) e em Andau (Áustria), dando continuidade às temáticas dedicadas à aplicação de novas tecnologias de informação decorrentes da implementação da nova PAC, bem como aos impactos da entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no regular funcionamento dos OP.

As referidas Conferências contaram com a participação de representantes dos EM da UE, da CE e do TCE.

5. Auditoria

Nos termos do R.1306/2013, deve a CE, tendo em conta a proteção dos interesses financeiros da Comunidade, bem como os princípios de boa gestão financeira, assegurar-se que os EM se certificam da legalidade e regularidade das despesas financiadas no âmbito do FEAGA e do FEADER. Para este efeito, procede a ações de inspeção, no sentido de verificar da existência do bom funcionamento dos respetivos sistemas de gestão e controlo.

O resultado das verificações é comunicado aos EM, que deverão proceder, se caso disso, à implementação de eventuais medidas corretivas.

Também no âmbito do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados, cujo processo de apuramento contabilístico tem como objetivo a avaliação da integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas em relação aos pagamentos dos apoios, a CE procede à realização de inquéritos aos EM.

Por outro lado, o TCE deve examinar todas as receitas e despesas comunitárias e publicar o seu parecer anualmente. Para isso, o Tribunal emite uma declaração de fiabilidade, geralmente conhecida pelo acrónimo francês DAS - *Déclaration d'Assurance*, baseada no trabalho de auditoria realizado a uma amostra de transações relativas a determinados regimes.

A DAS constitui, assim, o parecer formal do Tribunal sobre a fiabilidade das contas da UE e sobre a legalidade e regularidade das operações subjacentes, cujo resultado é determinante para a fundamentação do procedimento de quitação¹.

¹ A quitação consitui a vertente política do controlo externo da execução orçamental e define-se como a decisão pela qual o Parlamento Europeu, sob recomendação do Conselho, “liberta” a Comissão relativamente à sua gestão, encerrando assim o orçamento. Este procedimento de quitação pode originar três situações: a concessão, o adiamento ou a recusa da quitação.

É, pois, neste enquadramento que, durante 2018, foram coordenados e acompanhados pelo IFAP vinte e cinco inquéritos de auditoria realizados pela CE e quatro pelo TCE.

Decorrente dos processos relativos a procedimentos de apuramento da conformidade abertos em anos anteriores pela CE, para além dos contraditórios escritos, foram realizadas duas reuniões bilaterais com os auditores e três reuniões com o Órgão de Conciliação.

Enquanto interlocutor da IGF, o IFAP coordenou e acompanhou a auditoria da Certificação de Contas de 2018, e efectuou o *follow-up* da implementação das recomendações e dos erros financeiros das auditorias da IGF no âmbito da Certificação de Contas de 2017 e de exercícios anteriores.

Enquanto interlocutor da IGAMAOT, foi assegurado o acompanhamento das ações de controlos *ex post* de medidas FEAGA e FEADER e dos respetivos erros financeiros.

Foi, ainda, efectuado o acompanhamento e coordenação de auditorias externas, nomeadamente das auditorias (e *follow up* da auditoria) do Tribunal de Contas ao IFAP.

No domínio da auditoria contínua foram acompanhados os planos de ação e ações complementares, a inscrição e tramitação dos processos de recuperação de verbas e do processo de formação de protocolos de delegação de tarefas e de articulação funcional, e os Grupos de Trabalhos, nomeadamente do RGPD.

A informação detalhada sobre as auditorias efetuadas encontra-se no Anexo 3.

6. Área Jurídica

No ano de 2018 foi dada continuidade à implementação do RGPD no IFAP, no seguimento do trabalho iniciado no ano de 2017. Neste âmbito, foram diagnosticadas, planeadas e monitorizadas ações necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes daquele Regulamento, designadamente a adaptação de textos a incluir em documentos de diversa natureza, em instrumentos de comunicação e na política de privacidade do IFAP. Foi igualmente assegurado o apoio jurídico ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD).

Destacou-se, ainda, o processo de revisão e uniformização dos protocolos de articulação funcional e de delegação de tarefas do IFAP, na qualidade de OP do FEADER e do FEAGA, com outras entidades públicas, nomeadamente as Autoridades de Gestão dos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, as Entidades das Regiões Autónomas no âmbito da gestão do Programa POSEI Regime específico de abastecimento (REA) e do POSEI Medidas de apoio às produções locais (MAPL).

É também de realçar o forte envolvimento do IFAP no processo legislativo relacionado com as suas atribuições e competências, designadamente enquanto OP do FEAGA e do FEADER.

A contratação pública foi, também, uma área que merece ser destacada, tendo em conta, nomeadamente, que a 1 de janeiro de 2018 entraram em vigor profundas alterações ao Código dos Contratos Públicos (CCP) que obrigaram ao estudo aprofundado das novas regras e à respetiva adaptação dos procedimentos do IFAP.

Na área de gestão de devedores e no âmbito do QUAR, merece realce a taxa de redução do valor em dívida declarado em 31/12/2017 (24%), superior à meta estabelecida de 10%, e a tramitação de processos de recuperação de verbas que permitiu o encerramento de mais de 6000 processos, bem como a recuperação efetiva de cerca de 20.5 M€.

Por outro lado, em 2018, verificou-se um aumento muito significativo de novos PRV criados na BDD (7394), mais 3450 PRV que no ano anterior.

Em 2018, foram implementados e/ou aperfeiçoados alguns módulos com relevância na gestão de devedores, com destaque para as melhorias efetuadas à BDD no âmbito do pagamento de dívidas em prestações e do cálculo de juros, bem como a entrada em produção de um mecanismo que permite registar automaticamente na BDD a data de controlo da irregularidade que dá origem à abertura do PRV e a considerar no preenchimento do anexo II a que alude o R. 908/2014 (prestação anual de contas).

Foi criado um grupo de trabalho com vista à análise técnica e jurídica de um determinado lote de PRV do anterior QCA III, com vista ao seu encerramento e fixados procedimentos transversais a ter em conta para tramitação de PRV, sempre que esteja envolvida a questão da “prescrição do procedimento”.

No que se refere ao contencioso, o exercício do patrocínio jurídico do IFAP é a atividade que merece destaque, quer pelo volume de processos tramitados, quer pela complexidade das matérias e montantes financeiros envolvidos, quer pelo reduzido número de recursos humanos afetos a esta atividade. No ano de 2018 foram realizadas 128 diligências judiciais, em todo o território nacional, com presença/intervenção de mandatário do IFAP em Tribunal, designadamente: tentativas de conciliação, audiências prévias, audiências de julgamento, inquirição de testemunhas.

Ao nível do pré-contencioso comunitário, importa destacar o acréscimo significativo de solicitações nesta área e o correspondente acréscimo de análise das matérias alvo dos Inquéritos em causa, intervenção em reuniões, prestação de contributos para elaboração de recurso ao Órgão de Conciliação e elaboração de todas as peças processuais, nos recursos de anulação de Decisões de Execução da CE.

7. Medidas de Modernização Administrativa

O novo portal do IFAP constitui um projeto que sendo baseado em tecnologia *Open Source*, permitiu diminuir custos de licenciamento, ao mesmo tempo que se implementaram novas funcionalidades, tirando partido de uma escolha que privilegiou uma tecnologia mais recente e *Open-Source*. Esta tecnologia permite ganhos de eficácia nas interações com os requerentes e demais *stakeholders* da organização, ao mesmo tempo que permite melhor eficácia ao nível das atuais exigências de autenticação e acessibilidade.

Ao nível dos trabalhos conducentes à certificação do SGQ-Sistema de Gestão da Qualidade do IFAP, registaram-se alguns progressos, nomeadamente no que respeita à evolução na conceção do Sistema de Gestão de Indicadores, fundamental para o processo de certificação na versão de 2015 da ISO9001 “ Macro Processo Gestão das Ajudas Diretas” e na adaptação dos processos aos requisitos da versão de 2015 da referida norma.

8. Sistemas de Informação

No ano de 2018, destaca-se a manutenção da certificação na norma ISO27001:2013, a qual continuou a exigir o cumprimento dos requisitos relacionados com as atividades e competências funcionais das Tecnologias de Informação, de modo a garantir que são adotados pela organização, um conjunto de requisitos, processos e controlos com o objetivo final de mitigarem e gerirem adequadamente o risco inerente à integridade, disponibilidade e salvaguarda da informação da instituição. Assim, foi dada continuidade à adequação das atividades e da infraestrutura TIC (equipamentos, sistemas e bases de dados) aos normativos ISO27001:2013, tendo sido aperfeiçoadas ferramentas de controlo para os requisitos dessa norma, fundamentais para a manutenção da certificação na norma ISO27001:2013.

Foi ainda desenvolvido, em 2018, um conjunto de atividades diversificadas de suporte ao modelo governação das TIC do IFAP, que foram essenciais para a manutenção da certificação na norma ISO27001:2013. Releva-se a execução de controlos obrigatórios, como a manutenção do inventário de ativos informáticos, a verificação do cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviço com os prestadores de serviços, verificação dos controlos de acesso, verificação dos ativos informáticos, verificação dos dispositivos móveis e a participação colaborativa da unidade na produção de normativos respeitantes à SSI.

Foram realizados vários trabalhos de adaptação de todas as bases de dados do IFAP e procedimentos de desenvolvimento aplicacional relativos a dados pessoais de beneficiários, colaboradores, entidades delegadas, parceiros e fornecedores, em conformidade com os requisitos constantes no RGPD.

Ao nível da conceção/desenvolvimento e manutenção, em 2018, foram realizados 318 novos planeamentos aplicativos e 119 relativos a soluções de manutenção. Dada a especificidade da missão do IFAP, grande parte do esforço foi centrado nas áreas de negócio decorrentes das competências cometidas ao OP do FEAGA e FEADER.

Foi, ainda, apresentado um estudo constante no respetivo relatório, com vista à aquisição de uma solução de *co-browsing* que contribui para a eficácia e eficiência dos processos e para a satisfação dos *stakeholders* nas suas interações com os sistemas informáticos sobre responsabilidade do IFAP.

Foi, ainda, possível finalizar os trabalhos de implementação da componente de segurança dos *webservices* através da solução *open source Membrane SOA*. Esta solução permitiu melhorar o desempenho, monitorizar e controlar as versões dos *webservices* em tempo real.

9. Participações Sociais

AGROCAPITAL

Em 2018, o IFAP vendeu a sua participação de 33.33% no capital social da AGROCAPITAL, Sociedade de Capital de Risco, SA., à acionista Crédito Agrícola, SGPS, S.A., detentora dos restantes 66.66% do capital.

A saída do IFAP da estrutura acionista da AGROCAPITAL vem na sequência da liquidação do Fundo de Capital de Risco AGROCAPITAL que se constituía como único ativo desta sociedade.

Não estando prevista a criação de novos fundos de capital de risco específicos para os setores agrícola e agro-alimentar, a permanência do IFAP na sociedade deixou de se constituir como uma prioridade no quadro da sua missão estratégica.

A sociedade Crédito Agrícola SGPS passou agora a acionista única da AGROCAPITAL.

AGROGARANTE

O IFAP detém uma participação de 4.02% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM), instituição de crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras, com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa, assim como ao investimento pretendido pela mesma. O modelo de funcionamento do SNGM assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com vantagens para todos os intervenientes, quer pela diminuição do risco assumido

pelos bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável.

FLORESTA ATLÂNTICA

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP detém uma participação de 40.53% do capital. Os restantes investidores, com uma participação de 11.89% cada, são a Caixa Geral de Depósitos S.A., o Novo Banco, S.A., a Crédito Agrícola - SGPS S.A., o Bison Bank, S.A e a Europa e C Portugal - SGPS, S.A.

A atividade principal da Sociedade, referente ao último exercício, centrou-se na gestão de três fundos: PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - fundo especial de investimento imobiliário florestal fechado (FEIFF), o IBERIAN FOREST FUND - FEIFF (IFF) e o IBERIA CAPITAL - FEIFF (IC) e na prestação de serviços de consultoria para investimento imobiliário.

O IFAP mantém uma participação de 46% do capital inicial do PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLÂNTICA - FEIFF. Trata-se de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Florestal Fechado, de Subscrição Particular, com duração de 10 anos, prorrogável, com um montante totalmente subscrito de 20 milhões de euros dividido em 400 000 unidades de participação. A sua atividade centra-se na exploração florestal, em particular nas áreas de pinheiro bravo e nos pomares de frutos secos.

Em 2018 registou-se uma redução significativa nas receitas com a venda da madeira, resultante do decréscimo do preço de venda, causado pelo excesso de oferta conjuntural em consequência dos fogos florestais de junho e outubro de 2017. A produção de nozes superou o valor previsto, mas o preço de venda unitário foi inferior ao orçamentado.

O fundo atingiu a sua primeira maturidade em 15 de abril de 2018. Em assembleia geral de participantes foi deliberado prorrogar a duração do fundo por um período de 2 anos, renovável por iguais períodos até um máximo de 10 anos.

Quadro 62 - Balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2018



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, IP
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

| Códigos das contas POCP | Activo | 2018 | | | 2017 | Códigos das contas POCP | Fundos Próprios e Passivo | 2018 | 2017 |
|----------------------------|---|-------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------------|--|-------------------------|-------------------------|
| | | AB | AP | AL | AL | | | | |
| | Imobilizado | | | | | | | | |
| | Imobilizações incorpóreas | | | | | 51 | Fundos Próprios: | | |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 3 435 619,91 | 3 382 519,93 | 53 299,96 | 106 648,23 | 56 | Patrimônio | 22 782 820,85 | 22 782 820,85 |
| 434 | Trepas | 301,31 | 301,31 | | | | Reservas: | | |
| | | 3 436 121,12 | 3 382 821,14 | 53 299,96 | 106 648,23 | | Subsídios | 24 072 500,00 | 24 322 500,00 |
| | Imobilizações corpóreas | | | | | 575 | Resultados Transferidos | 16 008 800,67 | 16 062 144,37 |
| 421 | Terenos e recursos naturais | 1 415 737,02 | | 1 415 737,02 | 1 415 737,02 | 58 | Resultado líquido do exercício | -8 713,70 | -55 543,58 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 8 726 203,18 | 5 786 152,31 | 2 940 050,87 | 3 302 531,79 | 80 | Total dos Fundos Próprios | 62 852 707,82 | 63 111 821,52 |
| 423 | Equipamento básico | 6 125 323,38 | 5 727 862,14 | 397 441,24 | 540 896,91 | | Passivo: | | |
| 424 | Equipamento de transporte | 107 062,34 | 107 062,34 | | | 292 | Provisões para riscos e encargos | 11 935 973,62 | 114 618 426,34 |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 2 141,93 | 2 141,93 | | | 23122 | Dividas a terceiros - Médio e longo prazo | | |
| 426 | Equipamento administrativo | 736 010,23 | 721 187,97 | 4 822,26 | 7 456,66 | | Empréstimos por dívida não titulada | | |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 1 327 402,84 | 4 050,46 | 1 322 894,36 | 845 873,42 | | Dividas a terceiros - Curto prazo: | | |
| | | 18 521 880,92 | 12 440 035,17 | 6 090 945,75 | 6 200 565,63 | 221 | Fornecedores, etc | 223 133,90 | 482 505,56 |
| | Investimentos financeiros: | | | | | 228 | Fornecedores de insumos, etc | 32,42 | 14 794,44 |
| 411 | Partes de capital | 972 500,00 | | 972 500,00 | 1 222 500,00 | 24 | Estado e outros entes públicos | 664 117,30 | 661 635,21 |
| 413 | Outros investimentos financeiros | 23 100 000,00 | | 23 100 000,00 | 23 100 000,00 | 2623/4/5/6/7/8 | Outros credores | 1 625 621 344,16 | 1 543 225 616,00 |
| | | 24 072 500,00 | | 24 072 500,00 | 24 322 500,00 | | Acréscimos e diferimentos: | | |
| | Circulante: | | | | | 273 | Acréscimos de Custos | 2 774 775,56 | 2 734 118,50 |
| | Dividas de terceiros - Médio e longo prazo | | | | | 274 | Projetos difíceis | 105 721 836,47 | 118 563 313,25 |
| 281+283 | Dividas de terceiros - Curto prazo: | | | | | | Total do passivo | 1 796 941 213,43 | 1 779 305 716,53 |
| 211 | Empréstimos concedidos | 10 123 851,62 | | 10 123 851,62 | 10 473 053,26 | | Total dos fundos próprios e do passivo | 1 619 793 923,25 | 1 642 417 637,05 |
| 210 | Credores, etc | 338 494,79 | | 338 494,79 | 341 470,61 | | | | |
| 218 | Credores de cobrança devedores | 878 337,70 | 878 337,70 | | | | | | |
| 24 | Estado e outros entes públicos | 1 859 127,69 | | 1 859 127,69 | 1 689 110,73 | | | | |
| 2623/4/5/6/7/8 | Outras devedoras | 1 640 867 739,16 | | 1 640 867 739,16 | 1 545 716 276,60 | | | | |
| | | 1 653 867 555,96 | 878 337,70 | 1 652 989 213,26 | 1 558 400 016,38 | | | | |
| | Tributos negociáveis | | | | | | | | |
| 153 | Tributos da dívida pública | | | | | | | | |
| | Contas no Tesouro, depósitos inst. financeiras e caixa | | | | | | | | |
| 13 | Conta no Tesouro | 136 229 089,91 | | 136 229 089,91 | 138 348 642,50 | | | | |
| 12 | Depósitos em instituições financeiras | 24 214,99 | | 24 214,99 | 23 332,20 | | | | |
| 11 | Caixa | 136 253 304,90 | | 136 253 304,90 | 138 371 974,79 | | | | |
| | Acréscimos e diferimentos | | | | | | | | |
| 271 | Acréscimos de projetos | 344 657,36 | | 344 657,36 | 132 010,73 | | | | |
| 272 | Custos diferidos | 344 657,36 | | 344 657,36 | 114 681 931,12 | | | | |
| | Total de amortizações | | 15 823 795,31 | | | | | | |
| | Total de provisões | | 878 337,70 | | | | | | |
| | Total do ativo | 1 636 496 015,20 | 16 702 094,61 | 1 619 793 921,25 | 1 842 417 637,05 | | | | |

O Contábil está certificado

CHEFE DE UNIDADE
(Filipe Murais)

O Diretor financeiro

DIRETOR
(Pedro Nóbrega)

O Conselho Directivo

Pedro Ribeiro
Presidente do C.D.

Quadro 63 - Demonstração de resultados do exercício 2017 e 2018



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, IP
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2018

| POCP | | 2018 | | 2017 | |
|---------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Custos e Perdas | | | | |
| 62 | Fornecimentos e serviços externos | | 11 664 439,24 | | 7 174 264,72 |
| 641+642 | Custos com o pessoal | | | | |
| | Remunerações | 16 003 321,25 | | 15 699 365,72 | |
| | Encargos sociais: | | | | |
| 643+644 | Pensões | 117 316,39 | | 113 771,27 | |
| 645/67/8/9 | Outros | 4 211 202,36 | 20 331 840,00 | 4 590 288,96 | 20 403 425,95 |
| 63 | Transferências correntes concedidas e prestações sociais | | | | |
| 66 | Amortizações imobilizado corp. e incorp. | 757 583,39 | | 912 022,56 | |
| 67 | Provisões do exercício | 3 933 286,27 | 4 690 869,66 | | 912 022,56 |
| 65 | Outros custos e perdas operacionais | 156 453,91 | 156 453,91 | 915 126,77 | 915 126,77 |
| | (A) | | 36 843 602,81 | | 29 404 840,00 |
| 68 | Custos e perdas financeiras | | 840 847,80 | | 719 017,53 |
| | (C) | | 37 684 450,61 | | 30 123 857,53 |
| 69 | Custos e perdas extraordinárias | | 176 769,49 | | 73 566,54 |
| | (E) | | 37 861 220,10 | | 30 197 424,07 |
| 66 | Resultado líquido do exercício | | -9 213,70 | | -55 543,56 |
| | | | 37 852 006,40 | | 30 141 880,51 |
| | Proveitos e Ganhos | | | | |
| 71 | Vendas e prestação de serviços: | | | | |
| 711 | Vendas | | | | |
| 712 | Prestação de Serviços | 20 411,21 | | 302 874,46 | |
| | | | 20 411,21 | | 302 874,46 |
| 72 | Impostos, taxas e outros | | | 24,06 | |
| 73 | Proveitos suplementares | | | | |
| | Transferências e subsídios correntes obtidos: | | | | |
| 741 | Transferências - Tesouro | 27 402 011,48 | | 27 379 182,07 | |
| 742/3/4/5/6/9 | Outras | 5 523 041,39 | | 1 152 956,10 | |
| 76 | Outros proveitos e ganhos operacionais | 48 116,87 | 32 973 169,74 | 376 798,28 | 28 908 960,51 |
| | (B) | | 32 993 580,95 | | 29 211 834,97 |
| 78 | Proveitos e ganhos financeiros | | | | |
| | (D) | | 32 993 580,95 | | 29 211 834,97 |
| 79 | Proveitos extraordinários | | 4 858 425,45 | | 930 045,54 |
| | (F) | | 37 852 006,40 | | 30 141 880,51 |
| | RESUMO: | | | | |
| | Resultados operacionais: (B)-(A) | | -3 850 021,86 | | -193 005,03 |
| | Resultados financeiros: (D)-(C-A) | | -840 847,80 | | -719 017,53 |
| | Resultados correntes: (D)-(C) | | -4 690 869,66 | | -912 022,56 |
| | Resultado líquido do exercício: (F)-(E) | | -9 213,70 | | -55 543,56 |

O Contabilista certificado


CHEFE DE UNIDADE

O Diretor financeiro


DIRETOR

O Conselho Diretivo


Pedro Ribeiro

1. QUAR

Ciclo de Gestão
2018

Designação do Serviço | Organismo:
IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

Missão:

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

| Objetivos Estratégicos (OE) | Meta | Grau de concretização |
|---|------|-----------------------|
| OE1: Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos | 94% | 107% |
| OE2: Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de e-government | 87% | 100% |
| OE3: Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público | 65% | 112% |

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA PESO: 50%

OP1: Assegurar o pagamento das ajudas / incentivos conforme programação aprovada PESO: 35%

| Indicadores | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|----------------|----------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--|-----------|--------------------|---------------|--------|
| Ind.1 Taxa de pagamentos realizados no prazo programado | 99% | | 90% | 5% | 100% | 100% | GPE | (N.º de pagamentos realizados no prazo/N.º de pagamentos previstos para o ano de 2018) x 100 | 98% | 119% | Superou | 19% |
| Taxa de Realização do OP1 | | | | | | | | | | | 119% | |

OP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco PESO: 35%

| Indicadores ⁽⁶⁾ | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|----------------|----------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|---|-----------|--------------------|---------------|--------|
| Ind.2 Taxa de execução dos controlos físicos de RPB ⁽¹⁾ até 15/10 | - | - | 100% | 0% | 100% | 35% | DCO | (N.º de controlos executados/N.º mínimo de controlos definido regulamentarmente para a campanha 2018) x 100 | 100% | 125% | Superou | 25% |
| Ind.3 Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC ⁽²⁾ , PVA ⁽³⁾ e PVL ⁽⁴⁾ até ao fim do período de retenção | - | - | 100% | 0% | 100% | 20% | DCO | (N.º de controlos executados/N.º mínimo de controlos definido regulamentarmente para a campanha 2018) x 100 | 125% | 125% | Superou | 25% |
| Ind.4 Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD ⁽⁵⁾ | - | - | 100% | 0% | 100% | 20% | DCO | (N.º de controlos executados/N.º mínimo de controlos definido regulamentarmente para a campanha 2018) x 100 | 100% | 125% | Superou | 25% |
| Ind.5 Taxa de execução dos controlos de investimento | - | - | 100% | 0% | 100% | 15% | DCO | (N.º de controlos executados/N.º mínimo de controlos definido regulamentarmente) x 100 | 84% | 84% | Não atingiu | -16% |
| Ind.6 Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | - | - | 100% | 0% | 100% | 10% | DCO | (N.º de controlos executados/N.º mínimo de controlos definido regulamentarmente) x 100 | 100% | 125% | Superou | 25% |
| Taxa de Realização do OP2 | | | | | | | | | | | 119% | |

OP3: Garantir a execução do PDR 2020 PESO: 30%

| Indicadores | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio |
|---|----------------|----------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|---|-----------|--------------------|---------------|--------|
| Ind.7 Taxa de análise dos pedidos de pagamento de apoio ao investimento | - | - | 80% | 10% | 100% | 100% | DAI | N.º de pedidos de pagamento relativos a apoio ao investimento pagos/N.º de pedidos de pagamento relativos a apoio ao investimento submetidos nas DRAP entre 01/10/2017 e 30/09/2018 | 98% | 123% | Superou | 23% |
| Taxa de Realização do OP3 | | | | | | | | | | | 123% | |

EFICIÊNCIA

PESO: 25%

| OP4: Reduzir o valor em dívida | | | | | | | | | | | Peso: | 100% | |
|--------------------------------|--|----------------|-----------|------------|---------------|-------|-----------|--------------------|---|--------------------|---------------|---------|------|
| Indicadores | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.8 | Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores | 15% | 12% | 10% | 1.5% | 13.5% | 100% | DIU | ((Valor em débito a 31/12/2018)/(Valor em débito em 01/01/2018+Dívida Inicial dos processos criados em 2018)-1)*100 | 24% | 201% | Superou | 101% |
| Taxa de Realização do OP4 | | | | | | | | | | | | 201% | |

QUALIDADE

PESO: 25%

| OPS: Melhorar a qualidade do serviço do atendimento | | | | | | | | | | | Peso: | 60% | |
|--|--|----------------|-----------|------------|---------------|------|-----------|--------------------|--|--------------------|---------------|---------|-----|
| Indicadores | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.9 | Taxa de satisfação dos clientes | 92% | 87% | 90% | 5% | 100% | 80% | DGI | [90% (nº respostas positivas aos Inquéritos de Satisfação (IS) do Atendimento Presencial (AP) do Contact Center (CC) / nº respostas aos IS do AP do CC recolhidas)] +10% (nº respostas positivas aos IS do Atendimento Electrónico (AE) do CC / nº respostas aos IS do AE do CC recolhidas)] + [51% (nº respostas positivas aos IS do Atendimento Telefónico (AT) do CC / nº respostas aos IS do AT do CC recolhidas)] + [19% (nº respostas positivas aos IS do AT do Help-Desk (HD) / nº respostas aos IS do AT do HD recolhidas)] + [19% (nº respostas positivas aos IS do AE do HD / nº respostas aos IS do AE do HD recolhidas)] | 86% | 100% | Atingiu | 0% |
| Ind.10 | Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados | 100% | 100% | 97% | 2% | 100% | 20% | DGI | 1-(nº registos no Livro de Reclamações / nº de atendimentos presenciais realizados)x100 | 100% | 123% | Superou | 22% |
| Taxa de Realização do OPS | | | | | | | | | | | | 105% | |
| OP6: Promover a formação adequada dos recursos humanos | | | | | | | | | | | Peso: | 40% | |
| Indicadores | Realizado 2016 | Realizado 2017 | Meta 2018 | Tolerância | Valor Crítico | Peso | UO/Monit. | Fórmula de Cálculo | Resultado | Taxa de Realização | Classificação | Desvio | |
| Ind.11 | Taxa de cumprimento do Plano de Formação Presencial | 98% | 96% | 65% | 10% | 125% | 100% | DGR | Ações de formação adjudicadas / Ações previstas no Plano de Formação Presencial | 73% | 100% | Atingiu | 0% |
| Taxa de Realização do OP6 | | | | | | | | | | | | 100% | |

| Objectivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento | OP1 | OP2 | OP3 | OP4 | OP5 | OP6 |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Objetivo Estratégico 1 | X | X | X | X | | |
| Objetivo Estratégico 2 | | | | | X | |
| Objetivo Estratégico 3 | | | | | | X |

| OBJETIVOS RELEVANTES nº 1 do art.18º da Lei 66-8/2007, de 28.12 | Peso dos parâmetros na avaliação final | Peso dos objetivos no respetivo parâmetro | Peso de cada objetivo na avaliação final | Objetivos Relevantes |
|---|--|---|---|----------------------|
| Eficácia | | | | |
| OP1 | 50% | 35% | 18% | RELEVANTE |
| OP2 | | 35% | 18% | RELEVANTE |
| OP3 | | 30% | 15% | |
| Eficiência | | | | |
| OP4 | | 100% | 25% | RELEVANTE |
| Qualidade | | | | |
| OP5 | 25% | 60% | 15% | |
| OP6 | | 40% | 10% | |
| Total | 100% | | Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes | 60% |

| RECURSOS HUMANOS | | | | | | | | | | Dias úteis 2018 | 229 |
|---|---|---|---------|--------------------|---|-----------|---------------------|-----------------|--|-----------------|-----|
| DESIGNAÇÃO | Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) | Pontuação efetivos Planeados para 2018 | | | Pontuação efetivos Executados para 2018 | | | Desvio (em n.º) | Pontuação Executada / Pontuação Planeada | UERHE / UERHP | |
| | | N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal) | UERHP | Pontuação Planeada | N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social) | UERHE (7) | Pontuação Executada | | | | |
| Dirigentes - Direção Superior | 20 | 4 | 916 | 80 | 4 | 916 | 80 | 0 | 100% | 100% | |
| Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa | 16 | 56 | 12824 | 896 | 54 | 12366 | 864 | -2 | 96% | 96% | |
| Técnico Superior | 12 | 393 | 8997 | 4716 | 339 | 77631 | 4068 | -54 | 86% | 86% | |
| Coordenador técnico | 9 | 10 | 2290 | 90 | 9 | 2061 | 81 | -1 | 90% | 90% | |
| Assistente Técnico (inclui técnicos de informática) | 8 | 163 | 37327 | 1304 | 143 | 32747 | 1144 | -20 | 88% | 88% | |
| Assistente operacional | 5 | 17 | 3893 | 85 | 17 | 3893 | 85 | 0 | 100% | 100% | |
| | | 643 | 147 247 | 7 171 | 566 | 129 614 | 6 322 | -77 | | | |

| RECURSOS FINANCEIROS | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------|--|-------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| DESIGNAÇÃO | Planeado | Corrigido | Disponível | Execução (30 Jun.2018) | Execução (31.dez.2018) | Desvio Executado / Disponível (31.12.2018) | Taxa de Execução (face ao planeado) | Taxa de Execução (face ao corrigido) | Taxa de Execução (face ao disponível) |
| Orçamento de Funcionamento (OF) | 40 327 943.00 € | 40 614 611.00 € | 39 968 344.00 € | 15 549 992.37 € | 34 295 696.27 € | 5 672 647.73 € | 85% | 84% | 86% |
| Despesas /Pessoal | 20 434 086.00 € | 20 590 596.00 € | 20 568 884.00 € | 9 742 634.13 € | 20 252 292.47 € | 316 591.53 € | 99% | 98% | 98% |
| Aquisições de Bens e Serviços | 14 962 146.00 € | 16 387 694.00 € | 15 770 055.00 € | 4 923 403.28 € | 11 929 627.61 € | 3 840 427.39 € | 80% | 73% | 76% |
| Encargos correntes da dívida - juros | 2 000 000.00 € | 1 500 000.00 € | 1 500 000.00 € | 630 903.94 € | 870 245.88 € | 629 754.12 € | 44% | 58% | 58% |
| Transferências correntes | 150 310.00 € | 9 016.00 € | 9 016.00 € | 0.00 € | 3 000.00 € | 6 016.00 € | 2% | 33% | 33% |
| Outras despesas correntes | 573 896.00 € | 403 896.00 € | 403 896.00 € | 120 939.11 € | 310 911.63 € | 92 984.37 € | 54% | 77% | 77% |
| Aquisição de Bens de capital | 1 432 505.00 € | 978 400.00 € | 971 493.00 € | 31 877.38 € | 599 217.31 € | 372 275.69 € | 42% | 61% | 62% |
| Empréstimos concedidos | 275 000.00 € | 275 000.00 € | 275 000.00 € | 0.00 € | 0.00 € | 275 000.00 € | 0% | 0% | 0% |
| Crédito Direto | 500 000.00 € | 470 000.00 € | 470 000.00 € | 100 234.53 € | 330 401.37 € | 139 598.63 € | 66% | 70% | 70% |
| Orçamento de Investimento (OI) | 555 807 584.00 € | 587 611 181.00 € | 585 819 929.00 € | 163 018 231.89 € | 542 564 663.69 € | 43 255 265.31 € | 98% | 92% | 93% |
| Outros valores (OV) | 192 543 398.00 € | 196 882 689.00 € | 196 693 615.00 € | 40 979 438.97 € | 144 188 977.85 € | 52 504 637.15 € | 75% | 73% | 73% |
| Operações Extra-Orçamentais (OEO) | 2 137 271 412.00 € | 2 137 271 412.00 € | 2 137 271 412.00 € | 142 410 346.05 € | 862 322 679.41 € | 1 274 948 732.59 € | 40% | 40% | 40% |
| Total (OF+OI+OV) | 2 925 950 337.00 € | 2 962 379 893.00 € | 2 959 753 300.00 € | 361 958 009.28 € | 1 583 372 017.22 € | 1 376 381 282.78 € | 54% | 53% | 53% |

| AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2018 | | | |
|---|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro | Âmbito | Eficiência Ponderação: 50% | Eficiência Ponderação: 25% |
| | Quantitativa | 136% | |
| | Qualitativa | Bom | |

| Ref.: | Descritivo | Fonte de Verificação | Justificação do Valor Crítico |
|-------|---|---|---|
| Ind1 | Taxa de pagamentos realizados no prazo programado | Ficheiro Excel - Audit Trail de 2018 | Máximo possível de obter para este indicador |
| Ind2 | Taxa de execução dos controlos físicos de RPB (1) até 15/10 | Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção | Melhor resultado possível de obter |
| Ind3 | Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC (2), PVA (3) e PVL (4) até ao fim do período de retenção | Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção | Melhor resultado possível de obter |
| Ind4 | Taxa de execução dos controlos físicos de MAZD(5) | Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD de Produção | Melhor resultado possível de obter |
| Ind5 | Taxa de execução dos controlos de Investimento | Ficheiro. Ponto de Situação | Melhor resultado possível de obter |
| Ind6 | Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais | Ficheiro. Ponto de Situação | Melhor resultado possível de obter |
| Ind7 | Taxa de análise dos pedidos de pagamentos de apoio ao Investimento | iDigital | Máximo possível de obter para este indicador |
| Ind8 | Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores | iSinga/Base de dados de devedores | Baseado nos índices gerais registados em anos anteriores, acrescido de 5% |
| Ind9 | Taxa de satisfação dos clientes | Ficheiros com os resultados dos diversos inquéritos | Melhor resultado face a valores históricos |
| Ind10 | Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados | Excel e Livro de Reclamações | Melhor resultado face a valores históricos |
| Ind11 | Taxa de cumprimento do Plano de Formação Presencial | Módulo de aprovisionamento e IDOC | Melhor resultado face a valores históricos |

| NOTAS EXPLICATIVAS | |
|--------------------|--|
| (1) | RPB - Regime de Pagamento Base |
| (2) | POC - Prémio por Ovelha e Cabra |
| (3) | PVA - Prémio por Vaca em Aleitamento |
| (4) | PVL - Prémio por Vaca Leiteira |
| (5) | MAZD - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas |
| (6) | O número de controlos previstos foi ajustado em função da taxa mínima de controlo regulamentar |
| (7) | É aqui considerado o nº médio de dias de trabalho efetivo por categoria e o número de efetivos do balanço social por categoria |

2. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº 2 do art. 15º da Lei nº 66 B/2007, foram avaliados os serviços prestados pelo *Contact Center* do IFAP através dos seus três tipos de atendimento: Presencial, Telefónico (*Call Center*) e Eletrónico (*Info.Center*). Foi igualmente avaliado o apoio técnico e informático deste instituto aos utilizadores externos (*Help-Desk*).

Contact Center - Atendimento presencial

Foram distribuídos, durante o ano de 2018, Inquéritos de Satisfação aos beneficiários na sala de Atendimento Presencial do IFAP, com vista a avaliar não só o grau de satisfação dos beneficiários em relação aos serviços prestados pelo *Contact Center* do IFAP, como também as condições de atendimento oferecidas e a capacidade e competência dos técnicos que presencialmente prestam informações aos beneficiários.

Das 1656 presenças na sala de atendimento, foram recolhidos 685 inquéritos, correspondendo a uma amostra de aproximadamente 41%. Da análise dos dados obtidos, constatou-se que a maioria dos beneficiários que responderam ao inquérito continua a recomendar os serviços de atendimento do IFAP a outros beneficiários (96%), verificando-se uma pequena descida de resultados face a 2017 (97%).

O atendimento presencial no IFAP atingiu um grau de satisfação elevado (4.56 numa escala de 1 a 5) com especial destaque para o grupo “Atendimento” (4.72) Nenhuma questão foi classificada, em termos médios, de forma negativa, e o aspeto menos positivo continua a estar relacionado com a “Localização das instalações”, verificando-se, no entanto, uma ligeira subida neste grupo, face a 2017, com uma pontuação acima do satisfatório (4.27).

Contact Center - Atendimento Eletrónico e Telefónico

Relativamente ao atendimento efetuado pelos canais eletrónico e telefónico, o inquérito foi efetuado em março de 2019, utilizando para o efeito um *link* disponibilizado no portal do Instituto. Simultaneamente, foi enviado um *email* a 179 528 beneficiários com o *link* de acesso direto ao inquérito, onde se apelava à participação dos destinatários. Foram recolhidos 3193 inquéritos, o que representou uma variação percentual negativa na ordem dos 58%.

Na avaliação global ao serviço prestado, os participantes que afirmaram utilizar os canais eletrónico e telefónico classificaram-nos positivamente em 90% e 88% dos casos, respetivamente.

Help-Desk

Por fim, o atendimento técnico e informático (*Help Desk*), efetuado através de atendimento eletrónico e telefónico, foi também avaliado através de um inquérito, cujos resultados permitiram concluir que, de um modo geral, a avaliação mantém uma tendência positiva relativamente ao serviço prestado. Os progressos registados nos prazos de resposta do canal eletrónico, na qual 80% das respostas classificaram positivamente esse parâmetro, representaram uma variação positiva de 6% face ao ano anterior. Os quatro parâmetros sujeitos a avaliação deste tipo de atendimento, “Cortesia e educação”, “Uso de linguagem clara e simples”, “Precisão e objetividade nas respostas” e “Profissionalismo e pró-atividade” foram

avaliados positivamente em 90% dos casos no canal eletrónico, e em 88% dos casos no canal telefónico.

No Anexo 4 é apresentado o Barómetro de satisfação dos beneficiários, calculado com base nos resultados dos inquéritos efetuados. Os referidos inquéritos encontram-se disponíveis para consulta no portal do IFAP.

3. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

| SISTEMA DE CONTROLO INTERNO | | | | |
|---|----------|---|----|---|
| Questões | Resposta | | | Fundamentação/Justificação |
| | S | N | NA | |
| 1 – Ambiente de controlo | | | | |
| 1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço? | X | | | Para além da legislação específica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP. Este manual está atualmente em revisão para incorporar melhoramentos de acordo com o RGPD. |
| 1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa? | X | | | Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos que se considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual. |
| 1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas? | X | | | Realização de reuniões periódicas |
| 1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo? | X | | | IGF, IGAMAOT, DGAGRI, TCP, TCE, DGSANCO, DGMARE, entre outros |
| 2 – Estrutura organizacional | | | | |
| 2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente? | X | | | A estrutura organizacional está publicada em Diário da República |
| 2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3? | | | | Considerando o biénio 2017/2018, a taxa foi de 100% |
| 2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação? | | | | 65% |
| 3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço | | | | |
| 3.1 Existem manuais de procedimentos internos? | X | | | Existem normas de procedimentos internos e manuais, entre outros |
| 3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada? | X | | | Diversas deliberações do CD de delegação de competências |
| 3.3 É elaborado anualmente um plano de compras? | X | | | É elaborado o Plano Anual de Aquisições, de acordo com o normativo em vigor e aprovado em CD |
| 3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores? | X | | | Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. |
| 3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados? | X | | | Para além do normativo administrativo existente, cada trabalhador tem as suas tarefas bem definidas. |
| 3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias? | X | | | Os <i>workflows</i> da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico |
| 3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado? | X | | | Baseado nos trabalhos de auditoria realizados |
| 4 – Fiabilidade dos sistemas de informação | | | | |
| 4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria? | X | | | p.e Idoc(sistema gestão documental), i-SINGA (POCP-Contabilidade) |
| 4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação? | X | | | O IFAP dispõe de ferramentas e procedimentos para o efeito. |
| 4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão? | X | | | Os diferentes departamentos utilizam os <i>outputs dos SI para decisões de negócio e de suporte.</i> |
| 4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| 4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida? | X | | | A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito |
| Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca. | | | | |

4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Newsletter interna

A *Newsletter* interna digital - *IFAPcomunica*, continua a ser emitida mensalmente, dando cumprimento ao objetivo de melhoria da comunicação interna do IFAP e, com isso, estimular a coesão interna, estreitando a relação entre a organização e os seus colaboradores, reforçando, assim, o diálogo interno e a partilha de experiências entre os colaboradores.

Os seus conteúdos estão relacionados com a área de atuação do Instituto, bem como com temas considerados interessantes divulgar internamente, incluindo textos disponibilizados pelos colaboradores do IFAP, de carácter mais lúdico, pretendendo-se, assim, que todos se mantenham atualizados relativamente a informação diversa.

Medidas no âmbito do Clima Organizacional

Continuaram a ser implementadas algumas das propostas dos grupos de trabalho para a melhoria do clima organizacional, aprovadas em 2016. As propostas inseriam-se em quatro vertentes distintas: Identidade organizacional e sentido de pertença, Informação e comunicação, Bem estar e condições de trabalho e Responsabilidade social e ambiental.

O IFAP continuou a promover, de forma ativa e organizada, a possibilidade dos seus colaboradores conciliarem a vida profissional e familiar através da prática de horários de trabalho flexíveis, no âmbito da parentalidade, da jornada contínua, meia-jornada, do regime de trabalho a tempo parcial e de teletrabalho.

O serviço de Medicina Curativa, implementado em 2017, continuou a funcionar durante o ano de 2018, contemplando a presença de um médico nas instalações do Instituto, duas vezes por semana, oferecendo aos trabalhadores a possibilidade de usufruírem de consultas médicas gratuitas.

Mantendo o esforço contínuo em aumentar a responsabilidade social do Instituto, o IFAP elegeu a água da torneira como a opção mais sustentável nas suas instalações, assumindo a sua confiança na qualidade da água da rede da Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e aderindo à lista de entidades envolvidas no projeto de consumo exclusivo de água da torneira nas suas instalações. Para o efeito, foram disponibilizados vários jarros de vidro pela EPAL nas salas de reuniões e áreas comuns, em substituição de garrafas e copos de plástico, para promover o consumo de água da rede pública.

5. Benchmarking de desempenho com serviços idênticos

Devido às especificidades do IFAP, não existem organismos com semelhanças suficientes que justifiquem o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos, pelo que não é possível fazer esta avaliação.

6. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

Anexo 2 - Pagamentos

Quadro 64 - Total de Pagamentos efetuados no ano de 2017 e 2018

| | 2017 | 2018 |
|--------------|------------------|------------------|
| Agricultura | 1 424 641 | 1 415 477 |
| Pescas | 43 499 | 52 902 |
| Total | 1 468 141 | 1 468 379 |

Quadro 65 - Ajudas Diretas e Intervenções nos Mercados

| | 2017 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Ajudas diretas | | |
| Regime de Pagamento Base | 243 268 | 254 213 |
| Pagamentos Jovens Agricultores | 2 216 | 2 182 |
| <i>Greening</i> | 158 054 | 170 174 |
| Pagamento Redistributivo | 15 303 | 17 432 |
| Regime de Pequena Agricultura | 37 971 | 34 805 |
| Pagamentos Específico por Superfície ao Arroz | 5 667 | 5 766 |
| Pagamentos Específico por Superfície ao Tomate | 3 459 | 3 550 |
| Prémio por Vaca Leiteira e em Aleitamento | 69 717 | 70 949 |
| Prémio por Ovelha e Cabra | 32 256 | 31 675 |
| Outras Ajudas Diretas | 60 | -57 |
| Total Ajudas Diretas | 567 971 | 590 688 |
| Intervenções nos Mercados | | |
| Setor Vitivinícola | 88 810 | 75 626 |
| Frutas e Produtos Hortícolas | 15 512 | 12 453 |
| Leite e Produtos Lácteos | 3 908 | 712 |
| Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura | 2 301 | 2 413 |
| Promoção de Produtos Agrícolas | 1 058 | 924 |
| Total Intervenções nos Mercados | 111 589 | 92 129 |
| Juros sobre dívidas | -0 | |
| Total | 679 559 | 682 817 |

unid:mil euros

Quadro 66 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Quadro resumo

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|----------------|
| | 2017 | 2018 |
| PDR2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (2014-2020) | 464 348 | 490 592 |
| PDR2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 51 717 | 29 059 |
| PRODERAM 2020 - Progr. Desenv. Rural para a Região Autónoma da Madeira (2014-2020) | 17 497 | 26 542 |
| PRODERAM 2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 317 | -1 416 |
| PRORURAL+ - Prog. Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2014-2020) | 44 490 | 45 068 |
| PRORURAL+ - Pagamentos transitados de Programas anteriores | 7 857 | 4 104 |
| Total | 586 227 | 593 949 |
| Recuperações | -137 | |
| Juros sobre dívidas | -13 | -2 |
| Total | 586 077 | 593 948 |

Quadro 67 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Quadro resumo

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|----------------|
| | 2017 | 2018 |
| Área 1 - Inovação e conhecimento | 1 638 | 6 550 |
| Área 2 - Competitividade e organização da produção | 174 501 | 121 165 |
| Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima | 269 913 | 335 612 |
| Área 4 - Desenvolvimento Local | 7 942 | 14 020 |
| Assistência técnica | 10 355 | 13 245 |
| Total PDR 2020 | 464 348 | 490 592 |

Quadro 68 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 1

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|--------------|
| | 2017 | 2018 |
| Área 1 - Inovação e Conhecimento | | |
| M1 - Inovação | | 5 237 |
| 1.1. Grupos operacionais | | 5 237 |
| M2 - Conhecimento | 1 638 | 1 314 |
| Capacitação e divulgação | 1 638 | 1 314 |
| Total Área 1 | 1 638 | 6 550 |

Quadro 69 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 2

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|----------------|
| | 2017 | 2018 |
| Área 2 - Competitividade e organização da produção | | |
| M3 - Valorização da produção agrícola | 156 721 | 105 700 |
| Jovens agricultores | 29 112 | 10 130 |
| Investimentos nas explorações agrícolas | 98 273 | 73 320 |
| Investimentos transf. e comercialização de produtos agrícolas | 21 674 | 16 183 |
| Infraestruturas coletivas | 7 662 | 6 066 |
| M4 - Valorização dos recursos florestais | 717 | 4 127 |
| M5 - Organização da produção | | 122 |
| Organizações interprofissionais | | 122 |
| M6 - Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo | 17 063 | 11 217 |
| Seguros | 13 165 | 7 193 |
| Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo | 3 897 | 4 024 |
| Total Área 2 | 174 501 | 121 165 |

Quadro 70 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 3

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|----------------|
| | 2017 | 2018 |
| Área 3 - Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima | | |
| M7 - Agricultura e recursos naturais | 143 574 | 177 807 |
| Pagamentos Rede Natura | 8 462 | 7 959 |
| Medidas Agro ambientais | 125 669 | 159 732 |
| Recursos genéticos | 6 843 | 6 709 |
| Investimentos não produtivos | 2 601 | 3 407 |
| M8 - Proteção e reabilitação de povoamentos florestais | 13 628 | 37 188 |
| Silvicultura sustentável | 13 628 | 37 058 |
| Gestão de recursos cinegéticos e aquícolas | | 130 |
| M9 - Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas | 112 711 | 120 617 |
| Total Área 3 | 269 913 | 335 612 |

Quadro 71 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PDR 2020 - Área 4

| | unid:mil euros | |
|---------------------------------------|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Área 4 - Desenvolvimento Local | | |
| M10 - LEADER | 7 942 | 14 020 |
| Implementação das estratégias | 51 | 7 514 |
| Funcionamento e animação | 7 890 | 6 506 |
| Total Área 4 | 7 942 | 14 020 |

Quadro 72 - PDR 2020 - Pagamentos transitados de programas anteriores - Quadro resumo

| | unid.mil euros | |
|--|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Continente | | |
| SubPrograma 1 - Promoção da competitividade | 26 428 | 23 815 |
| SubPrograma 2 - Sustentabilidade no espaço rural | 4 360 | 691 |
| SubPrograma 3 - Dinamização das zonas rurais | -1 177 | -714 |
| SubPrograma 4 - Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências | 2 111 | 2 330 |
| Assistência Técnica | -1 614 | |
| Pagamentos no âmbito de Programas Anteriores | 23 099 | 2 936 |
| Sub-Total PRODER | 53 207 | 29 059 |
| Condicionalidade | -0.1 | |
| Juros sobre dívidas | -195 | |
| Recuperações | -1 295 | |
| Total | 51 717 | 29 059 |

Quadro 73 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Programas antigos

| | unid.mil euros | |
|---|----------------|--------------|
| | 2017 | 2018 |
| Continente | | |
| Medidas Agro-Ambientais (RURIS)/Medidas Agro-ambientais (R.2078/92) | -107 | -20 |
| Reforma Antecipada (RURIS)/Cessação de Atividade (R.2079/92) | 14 | -31 |
| Florest. Terras Agrícolas (RURIS)/Medidas Florestais (R.2080/92) | 23 231 | 3 012 |
| Indemnizações Compensatórias (RURIS) | -40 | -25 |
| Total Continente | 23 099 | 2 936 |

Quadro 74 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020 - Quadro resumo

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Eixo 2 - Sustentabilidade de utilização das áreas agrícolas | 17 497 | 26 542 |
| Total PRODERAM 2020 | 17 497 | 26 542 |

Quadro 75 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRODERAM 2020

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Região Autónoma da Madeira | | |
| M01 - Transferência de conhecimentos e ações de informação | 0 | 12 |
| Apoio a atividades de demonstração/ações de informação | 0 | 12 |
| M03 - Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios | 0 | 2 |
| Apoio a atividades de informação e promoção realizadas por grupos de produtores | 0 | 2 |
| M04 - Investimentos em ativos físicos | 5 343 | 19 493 |
| Apoio ao investimento em explorações agrícolas | 797 | 2 305 |
| Apoio a investimento na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas | 478 | 481 |
| Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura | 4 052 | 15 673 |
| Apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos em termos de agroambiente e clima | 16 | 1 034 |
| M05 - Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção | 23 | 148 |
| M06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas | 633 | 292 |
| M08 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas | 828 | 4 021 |
| Apoio aos custos de forestação/criação de zonas arborizadas | 0 | 385 |
| Apoio à implantação e manutenção de sistemas agroflorestais | 0 | 2 |
| Apoio à prevenção da floresta contra incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos | 0 | 651 |
| Apoio à reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos | 706 | 1 723 |
| Apoio a investimentos destinados a melhorar a resistência, o valor ambiental e o potencial de atenuação dos ecossistemas florestais | 0 | 1 010 |
| Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais | 121 | 252 |
| M10 - Agroambiente e Clima | 546 | 480 |
| M11 - Agricultura Biológica | 125 | 119 |
| M12 - Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água | 338 | 389 |
| M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas | 7 775 | 20 |
| M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER | 181 | 1 127 |
| Apoio à realização de operações no âmbito das EDL | | 1 127 |
| M20 - Assistência Técnica | 1 705 | 440 |
| Total PRODERAM 2020 | 17 497 | 26 542 |

Quadro 76 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+ Quadro resumo

| | unid:mil euros | |
|------------------------|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Total PRORURAL+ | 44 490 | 45 068 |
| Total PRORURAL+ | 44 490 | 45 068 |

Quadro 77 - Ajudas ao Desenvolvimento Rural PRORURAL+

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Região Autónoma dos Açores | | |
| M4 - Investimentos em ativos físicos | 14 740 | 13 470 |
| M5 - Restabelecimento do Potencial de Produção Agrícola | | 4 |
| M6 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas | 1 414 | 1 009 |
| M8 - Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas | 634 | 949 |
| M10 - Agroambiente e clima | 9 686 | 9 572 |
| M11 - Agricultura biológica | 128 | 154 |
| M12 - Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água | | 61 |
| M13 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas | 15 417 | 13 871 |
| M15 - Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas | 349 | 674 |
| M16 - Cooperação | | 20 |
| M19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária LEADER | 1 861 | 5 072 |
| M20 - Assistência Técnica | 286 | 211 |
| Total PRORURAL+ | 44 515 | 45 068 |

Quadro 78 - PRORURAL+ - Pagamentos transitados de programas anteriores - Quadro resumo

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|--------------|
| | 2017 | 2018 |
| Região Autónoma dos Açores | | |
| Eixo 1 - Aumento da competitividade nos setores agrícola e florestal | 6 070 | 4 152 |
| Eixo 2 - Melhoria do ambiente e da paisagem rural | -2 | -10 |
| Eixo 3 - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia | -44 | -23 |
| Assistência Técnica | 1 509 | |
| Pagamentos no âmbito de programas anteriores | 535 | -14 |
| Sub-Total PRORURAL | 8 068 | 4 104 |
| Recuperações | -210 | |
| Juros sobre dívidas | -0.3 | |
| Total | 7 857 | 4 104 |

Quadro 79 - POSEI

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|----------------|
| | 2017 | 2018 |
| Madeira | | |
| Regime específico de abastecimento | 9 224 | 11 859 |
| Medida 1 - Apoio Base aos Agricultores Madeirenses | 5 290 | 4 368 |
| Medida 2 - Apoio à Produção das Fileiras Agropecuárias da Região | 12 283 | 12 455 |
| Medida 3 - Apoio à Colocação no Mercado de Certos Produtos da Região | 1 419 | 1 474 |
| Outras | 21 | 14 |
| Total Madeira | 28 237 | 30 169 |
| Açores | | |
| Regime específico de abastecimento | 5 071 | 7 295 |
| Produção | | |
| Prémios às Produções Animais | 56 525 | 61 429 |
| Ajudas às Produções Vegetais | 11 829 | 11 402 |
| Total Produção | 68 354 | 72 831 |
| Outras | 2 161 | 1 469 |
| Total Açores | 75 586 | 81 595 |
| Total POSEI | 103 823 | 111 765 |

Quadro 80 - Medidas Veterinárias

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|--------------|
| | 2017 | 2018 |
| Plano de Saúde Bovinos | 931 | 1 154 |
| Plano de Saúde Ovinos | 60 | 105 |
| Plano de Erradicação das Encefalopatias Transmissíveis | -27 | |
| Total Medidas Veterinárias | 965 | 1 259 |

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

Quadro 81 - Seguros

| | unid:mil euros | |
|---------------------------------------|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| SIPAC - Seguro de Colheitas | 6 994 | 3 |
| SIPAC - Compensação de Sinistralidade | 48 | |
| SIPAC - Fundo de Calamidades | 27 | |
| Seguro Vitícola de Colheitas | 2 970 | 3 214 |
| Sub-total | 10 039 | 3 217 |
| Seguro de Colheitas (FEADER) | 13 165 | 7 193 |
| Total | 23 204 | 10 411 |

Quadro 82 - Outros Apoios - Agricultura

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Apoio Incêndios 2017 | 37 682 | 13 668 |
| Apoio a funções delegadas | 4 652 | 5 856 |
| Gasóleo Colorido e Marcado | 592 | 551 |
| Ajuda Lobo Ibérico | 270 | 37 |
| Suplemento aos Produtores de Leite | | 2 650 |
| Subsídio à Eletricidade Verde (regime antigo) (*) | -2 | -1 |
| Outros (*) | -239 | -717 |
| Total | 42 956 | 22 043 |

(*) Os valores negativos referem-se a recuperações.

Quadro 83 - Linhas de Crédito

| | unid:mil euros | |
|---|----------------|------------|
| | 2017 | 2018 |
| Crédito de curto prazo | 387 | 415 |
| Apoio Atividade Agrícola, Pecuária e Agro-Alimentar | 387 | 415 |
| Crédito de médio e longo prazo | 470 | 321 |
| Total | 856 | 736 |

Quadro 84 - Vinho

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Vinho | | |
| Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros | 9 597 | 6 113 |
| Destilação de Subprodutos da Vinificação | 1 449 | 726 |
| Trocas de Produtos Vitivinícolas | | -50 |
| Reestruturação e Reconversão das Vinhas | 77 765 | 68 838 |
| Total | 88 810 | 75 626 |

Quadro 85 - Pescas - MAR 2020

| | unid:mil euros | |
|--|----------------|---------------|
| | 2017 | 2018 |
| Prioridade 1 - Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável | | |
| Medida 1 - Investimentos a Bordo e Seletividade | 681 | 1 011 |
| Medida 2 - Apoio ao Arranque da Atividade de Jovens Pescadores | 112 | 26 |
| Medida 3 - Inovação e Conhecimento | 911 | 1 409 |
| Medida 4 - Proteção e Restauração da Biodiversidade | 292 | 1 741 |
| Medida 5 - Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos | 2 032 | 5 155 |
| Medida 7 - Cessações Temporárias das Atividades de Pesca | 5 208 | 4 900 |
| Medida 9 - Cessação Definitiva das Atividades da Pesca | | 861 |
| Total Prioridade 1 | 9 237 | 15 104 |
| Prioridade 2 - Promover um Aquicultura Ambientalmente Sustentável | | |
| Medida 1 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura | 6 162 | 7 920 |
| Medida 5 - Promoção da Saúde e Bem-Estar Animal | 90 | 978 |
| Total Prioridade 2 | 6 253 | 8 898 |
| Prioridade 3 - Fomentar a Execução da Política Comum das Pescas | | |
| Medida 1 - Apoio ao Controlo e Inspeção Relativo à Política Comum das Pescas | 1 867 | 2 509 |
| Medida 2 - Recolha de Dados | 1 617 | 1 863 |
| Medida 4 - Apoio ao Controlo e Inspeção relativos à Política Comum das Pescas | | 631 |
| Total Prioridade 3 | 3 484 | 5 002 |
| Prioridade 4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC) | | |
| Medida 1 - Apoio Preparatório DLBC | 196 | |
| Medida 2 - Custos Operacionais e Animação | 775 | 870 |
| Medida 3 - Execução das EDL | | 153 |
| Total Prioridade 4 | 971 | 1 023 |
| Prioridade 5 - Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | | |
| Medida 1 - Plano de Produção e Comercialização | 924 | |
| Medida 2 - Desenvolvimento de Novos Mercados | 879 | 479 |
| Medida 3 - Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura | 13 418 | 14 703 |
| Medida 4 - Planos de Compensação à RAA | 3 997 | 3 895 |
| Medida 5 - Planos de Compensação à RAM | 1 341 | 2 939 |
| Medida 6 - Apoio à Armazenagem de Produtos da Pesca | 466 | 260 |
| Total Prioridade 5 | 21 026 | 22 276 |
| Prioridade 6 - Fomentar a Execução da Política Marítima | | |
| Medida 1 - Execução da Política Integrada para a Melhoria do Conhecimento Marinho | | 433 |
| Total Prioridade 6 | 0 | 433 |
| Prioridade 7 - Assistência Técnica | | |
| Medida 1 - Assistência Técnica | 2 446 | 774 |
| Total Prioridade 7 | 2 446 | 774 |
| Total | 43 418 | 53 510 |

No âmbito da auditoria às entidades com funções delegadas, foram realizadas as seguintes atividades:

- Ações de follow up relativas à auditoria efetuada a entidade delegada no âmbito de fundos agrícolas;
- Auditoria ao Sistema de Acompanhamento das Funções Delegadas, no âmbito da auditoria contínua;
- Coordenação das ações realizadas pelos serviços no quadro da verificação das Funções Delegadas, no âmbito do FEAGA e do FEADER, e elaboração dos correspondentes relatórios, intercalar e final;
- Criação e implementação de um modelo de avaliação do desempenho das entidades delegadas;
- Continuação dos procedimentos conducentes ao desenvolvimento de um sistema de informação para o acompanhamento das funções delegadas (SIAFD).
- Prestação de informação do quadro da Certificação de Contas 2018.

No âmbito da auditoria interna, destaca-se:

- A realização de auditoria à ajuda aos fundos operacionais das organizações de produtores de frutos e produtos hortícolas visando a avaliação da eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno estabelecido, tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros.
- A realização da auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEADER NSIGC - Ação 8.1 - SILVICULTURA SUSTENTÁVEL - PDR2020, tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor, e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros;
- A realização de auditorias à conformidade do SGSI com os requisitos de segurança da informação da organização e com os requisitos da norma ISO/IEC 27001:2013, verificando se este está efetivamente implementado e é mantido, sendo eficaz no seu propósito de

satisfação dos requisitos, constituindo uma fonte de oportunidades na sua melhoria e revisão;

- A realização de auditoria técnica do SGSI com a avaliação dos controlos técnicos implementados no IFAP nos domínios dos controlos A.6.2 e A.10 de acordo com o referencial ISO 27002:2013 e as melhores práticas de mercado no âmbito da Segurança de Informação e a realização de acompanhamentos das auditorias técnicas de 2017 e 2018;
- A realização da auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEADER SIGC, AGRICULTURA BIOLÓGICA E PRODUÇÃO INTEGRADA - PDR2020 avaliando a eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno estabelecido, tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros (em curso).
- A realização de auditoria à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEAGA SIGC, ao Regime de Pagamento Base e ao Regime de Pagamento Redistributivo, avaliando a eficácia e eficiência do Sistema de Controlo Interno estabelecido, tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros (em curso);
- A realização de ações de follow-up de auditorias internas efetuadas pelo GAU nos anos anteriores, nomeadamente, no âmbito do FEAGA/FEADER;
- O acompanhamento, em modo contínuo, e aferição das ações desenvolvidas no âmbito do SGSI com vista à melhoria contínua e manutenção da Certificação ISO/IEC 27001:2013;
- A prestação de informação do quadro da Certificação de Contas 2018.

Anexo 4 - Resultados dos inquéritos de satisfação de beneficiários (Barómetro de satisfação)

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº 2, do art. 15º da Lei nº 66-B/2007, foi implementada, desde o ano de 2010, a distribuição dos Inquéritos de Satisfação aos Beneficiários na sala de Atendimento Presencial do IFAP, com vista a avaliar o grau de satisfação dos Beneficiários em relação aos serviços prestados pelo *Contact Center* do IFAP, bem como as condições de atendimento oferecidas, a capacidade e a competência dos técnicos que presencialmente prestam informações aos Beneficiários.

Durante o ano civil de 2018 foram registadas 1656 presenças na sala de atendimento, tendo sido recolhidos 685 inquéritos de avaliação da satisfação ao atendimento presencial, o que correspondeu a uma amostra de aproximadamente 41 %. Apresenta-se em seguida o resultado do inquérito, conforme o Barómetro de satisfação instituído em 2017.

Quadro 86 - Barómetro de satisfação

| Grupos | Questões | 2017 | | 2018 | |
|-----------------|--|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | | Pontuação | Resultado final | Pontuação | Resultado final |
| 1 - Atendimento | Amabilidade e disponibilidade | 4.67 | 4.57 | 4.72 | 4.57 |
| | Clareza e simplicidade da linguagem | 4.65 | | 4.66 | |
| | Competência e Profissionalismo | 4.63 | | 4.66 | |
| | Avaliação global do atendimento | 4.64 | | 4.65 | |
| | Foi proveitosa a sua vinda ao atendimento? | 4.46 | | 4.42 | |
| 2 - Instalações | Avaliação da localização das instalações | 4.20 | | 4.27 | |
| | Avaliação das condições das instalações | 4.32 | | 4.36 | |
| 3 - Organização | Avaliação da organização do atendimento? | 4.43 | | 4.45 | |

A satisfação dos beneficiários relativamente ao atendimento presencial no IFAP foi semelhante à de 2017, atingindo um valor de 4.57 numa escala de 1 a 5, não existindo nenhuma questão que, em termos médios, tivesse sido classificada negativamente e, na questão de resposta Sim/Não, a maioria dos beneficiários que responderam ao Inquérito continua a recomendar os serviços de atendimento do IFAP a outro Beneficiário (96%), verificando-se uma pequena descida de resultados face a 2017 (97%).

Quadro 87 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

| Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação | CT em Funções Públicas por tempo indeterminado | | Comissão de Serviço no âmbito da LVCR | | TOTAL | | TOTAL |
|---|--|------------|---------------------------------------|-----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | 1 | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | 7 | 4 | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 16 | 14 | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | 2 | 11 | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 121 | 200 | | | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 58 | 81 | | | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 12 | 5 | | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | 22 | 9 | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 213 | 295 | 28 | 30 | 241 | 325 | 566 |

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 88 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

| Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género | 30-34 | | 35-39 | | 40-44 | | 45-49 | | 50-54 | | 55-59 | | 60-64 | | 65-69 | | TOTAL | | TOTAL |
|---|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 2 | | | 1 | | | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | 3 | 1 | 1 | 2 | 3 | 1 | | | | | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | 5 | 3 | 6 | 4 | 2 | 4 | 3 | 3 | | | | | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | 1 | 6 | 1 | | | 4 | | 1 | | | | | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 1 | 3 | 3 | 9 | 13 | 33 | 27 | 67 | 30 | 39 | 20 | 31 | 19 | 15 | 8 | 3 | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | 1 | 2 | 1 | 4 | 1 | 6 | 14 | 9 | 12 | 17 | 18 | 19 | 32 | 1 | 2 | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | 3 | 1 | 2 | 2 | 3 | 1 | 3 | 1 | 1 | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | | | 1 | 1 | 8 | | 6 | 4 | 3 | | 2 | 1 | 2 | 3 | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 1 | 4 | 6 | 11 | 31 | 43 | 52 | 91 | 47 | 63 | 51 | 56 | 43 | 52 | 10 | 5 | 241 | 325 | 566 |

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Leque etário = Trabalhador mais idoso ---
 Trabalhador menos idoso ---

| | |
|-----------|-------------|
| 69 | anos |
| 31 | anos |

Quadro 89 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

| Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço | até 5 anos | | 5 - 9 | | 10 - 14 | | 15 - 19 | | 20 - 24 | | 25 - 29 | | 30 - 34 | | 35 - 39 | | 40 ou mais anos | | TOTAL | | TOTAL |
|---|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------|----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | 2 | 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 1 | | | 1 | 1 | | | 1 | 2 | 0 | 2 | 2 | 1 | | | | | | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 2 | 2 | 1 | | 4 | 3 | 6 | 4 | 3 | 3 | | 2 | | | | | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | 1 | 3 | | 1 | 1 | 2 | | 3 | | 2 | | | | | | | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 7 | 17 | 20 | 52 | 7 | 1 | 10 | 13 | 30 | 60 | 13 | 24 | 16 | 18 | 14 | 14 | 4 | 1 | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 1 | | 5 | 2 | 3 | | 2 | 5 | 5 | 18 | 13 | 24 | 10 | 11 | 12 | 19 | 7 | 2 | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 1 | | 2 | | | | | | 1 | | 6 | 3 | 1 | 1 | | 1 | 1 | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | 1 | | 1 | 3 | | | 9 | 3 | 7 | | 1 | 2 | 3 | | | | | 1 | 22 | 9 | 31 |
| Total | 14 | 18 | 31 | 63 | 12 | 2 | 26 | 27 | 51 | 85 | 38 | 60 | 31 | 32 | 26 | 34 | 12 | 4 | 241 | 325 | 566 |

Notas:

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 90 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

| Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária | 4 anos de escolaridade | | 6 anos de escolaridade | | 9.º ano ou equivalente | | 11.º ano | | 12.º ano ou equivalente | | Bacharelato | | Licenciatura | | Mestrado | | Doutoramento | | TOTAL | | TOTAL |
|---|------------------------|----------|------------------------|----------|------------------------|-----------|-----------|----------|-------------------------|-----------|-------------|----------|--------------|------------|----------|-----------|--------------|----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 1 | | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | | | | | 7 | 4 | | | | | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | | | 1 | | 14 | 13 | 1 | 1 | | | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | | | 2 | 11 | | | | | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | | | | | | 1 | 4 | 1 | 7 | 5 | 3 | | 101 | 181 | 6 | 12 | | | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | 2 | | 11 | 8 | 10 | 5 | 34 | 66 | 1 | | | 2 | | | | | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 1 | | 3 | 1 | 4 | | 1 | | 3 | 4 | | | | | | | | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | | | | | | 1 | 1 | 2 | 10 | | 1 | 1 | 10 | 5 | | | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 1 | 0 | 5 | 1 | 15 | 10 | 16 | 8 | 54 | 75 | 6 | 1 | 136 | 217 | 7 | 13 | 1 | 0 | 241 | 325 | 566 |

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 91 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

| Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador | CPLP | | Outros países | | TOTAL | | TOTAL |
|---|----------|----------|---------------|----------|----------|----------|----------|
| | M | F | M | F | M | F | |
| Técnico Superior | 1 | 1 | 1 | | 2 | 1 | 3 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | 1 | | | 0 | 1 | 1 |
| Total | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 2 | 4 |

Notas:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 92 - Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

| Grupo/cargo/carreira | 40 - 44 | | 45 - 49 | | 50 - 54 | | 55 - 59 | | 60 - 64 | | 65 - 69 | | TOTAL | | TOTAL |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Técnico Superior | | | 1 | | | 1 | | 1 | 2 | | | 1 | 3 | 3 | 6 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, | 1 | | | 1 | 1 | | 1 | | 2 | | | | 5 | 1 | 6 |
| Total | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | 0 | 0 | 1 | 9 | 4 | 13 |

Notas:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 93 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

| Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho | Procedimento concursal | | Mobilidade | | Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental | | Comissão de serviço | | Outras situações | | TOTAL | | TOTAL |
|---|------------------------|----------|------------|----------|---|----------|---------------------|----------|------------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | 1 | | | | 1 | 0 | 1 |
| Técnico Superior | 4 | 6 | 3 | 6 | 7 | 2 | 1 | | | 3 | 15 | 17 | 32 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | 2 | | | 1 | | | | | 2 | 1 | 3 |
| Total | 4 | 6 | 6 | 6 | 8 | 3 | 2 | 0 | 0 | 4 | 20 | 19 | 39 |

Notas:

Considerar o total de efetivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 94 - Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

| Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano) | Comissão de serviço | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---------------------|----------|----------|----------|----------|
| | M | F | M | F | |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 |

Notas:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artº 10 da LVCR e em Comissão de Serviço

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 95 - Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

| Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano) | Morte | | Caducidade (termo) | | Reforma/Aposentação | | Denúncia (por iniciativa do trabalhador) | | Mobilidade | | Cedência | | Outras situações | | TOTAL | | TOTAL |
|---|----------|----------|--------------------|----------|---------------------|----------|--|----------|------------|----------|----------|----------|------------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Técnico Superior | | 1 | | | 2 | 2 | 1 | 1 | 6 | 8 | 1 | | 3 | 4 | 13 | 16 | 29 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | 2 | | | | 1 | | | | | | | | 1 | 0 | 4 | 4 |
| Informático | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | 2 | 0 | 2 |
| Total | 1 | 3 | 0 | 0 | 2 | 3 | 1 | 1 | 7 | 8 | 1 | 0 | 3 | 5 | 15 | 20 | 35 |

Notas:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 96 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

| Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento | Não abertura de procedimento concursal | Procedimento concursal improcedente | Procedimento concursal em desenvolvimento | TOTAL |
|---|--|-------------------------------------|---|-----------|
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 1 | 1 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | 0 |
| Técnico Superior | 11 | 1 | 51 | 63 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 4 | | 4 | 8 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | 1 | 1 |
| Informático | 3 | | 1 | 4 |
| Total | 18 | 1 | 58 | 77 |

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 97 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

| Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança | Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1) | | Procedimento concursal | | Consolidação da mobilidade na categoria (2) | | TOTAL | | TOTAL |
|---|---|------------|---------------------------|----------|---|----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Técnico Superior | 91 | 136 | 3 | 6 | 8 | 4 | 102 | 146 | 248 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 8 | 26 | | | 1 | | 9 | 26 | 35 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 3 | | | | | | 3 | 0 | 3 |
| Informático | 16 | 6 | | | | | 16 | 6 | 22 |
| Total | 118 | 168 | 3 | 6 | 9 | 4 | 130 | 178 | 308 |

Notas:

(1) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(2) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;TPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 98 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

| Grupo/cargo/carreira | Flexível | | Jornada contínua | | Trabalho por turnos | | Específico * | | Isenção de horário | | TOTAL | | TOTAL |
|---|------------|------------|---------------------|-----------|------------------------|----------|--------------|----------|-----------------------|-----------|------------|------------|------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | | | | | | | 1 | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | | | | | | | 2 | 1 | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | | | | | | | 7 | 4 | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | | | | | | | 16 | 14 | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | 2 | 11 | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 109 | 170 | 5 | 23 | | | 7 | 7 | | | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 57 | 75 | 1 | 6 | | | | | | | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 8 | 5 | | | | | 4 | | | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | 11 | 6 | 1 | 1 | 3 | 2 | 7 | | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 185 | 256 | 7 | 30 | 3 | 2 | 18 | 7 | 28 | 30 | 241 | 325 | 566 |

Notas:

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 99 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

| Grupo/cargo/carreira | Tempo completo | | | | PNT inferior ao praticado a tempo completo | | | | | | | | TOTAL | | TOTAL | |
|---|--|------------|--------------------|-----------|---|--------------|---------------|-------------|------------------|----------|----------|----------|------------|------------|------------|-----|
| | | | | | Jornada contínua e Estatuto Trab. Estudante | Meia Jornada | Tempo parcial | Amamentação | M | F | Atenção! | | | | | |
| | (1) - Células abertas para indicar nº horas/semana | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 35 horas | | Isenção de horário | | 30 horas | | Meia Jornada | | Semana de 4 dias | | 25 horas | | M | F | | |
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | | | | |
| Dirigente Superior de 1.º grau a) | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 0 | 1 |
| Dirigente Superior de 2.º grau a) | | | 2 | 1 | | | | | | | | | | 2 | 1 | 3 |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | | | 7 | 4 | | | | | | | | | | 7 | 4 | 11 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | | | 16 | 14 | | | | | | | | | | 16 | 14 | 30 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | 2 | 11 | | | | | | | | | | 2 | 11 | 13 |
| Técnico Superior | 116 | 170 | | | 5 | 26 | | 1 | | 2 | | 1 | | 121 | 200 | 321 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 56 | 75 | | | 2 | 6 | | | | | | | | 58 | 81 | 139 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 12 | 5 | | | | | | | | | | | | 12 | 5 | 17 |
| Informático | 21 | 8 | | | 1 | 1 | | | | | | | | 22 | 9 | 31 |
| Total | 205 | 258 | 28 | 30 | 8 | 33 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 241 | 325 | 566 | |

Notas:

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial (artº 142 da Lei nº59/2008) ou regime especial (artº 12 do DL nº259/98): indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 100 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e gênero

| Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário | Trabalho suplementar diurno | | Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório | | Trabalho em dias de descanso semanal complementar | | Trabalho em dias feriadados | | TOTAL | | TOTAL |
|---|-----------------------------|----------------|--|--------------|---|--------------|-----------------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Técnico Superior | 435:00 | 40:00 | 43:30 | 11:00 | 196:00 | 85:00 | 11:00 | 10:00 | 685:30 | 146:00 | 831:30 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 50:30 | 2561:00 | 45:00 | 11:00 | 59:00 | 11:00 | 23:00 | | 177:30 | 2583:00 | 2760:30 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 3335:00 | | 30:30 | 0:00 | 54:00 | | | | 3419:30 | 0:00 | 3419:30 |
| Informático | 7:00 | | 0:00 | 0:00 | | | | | 7:00 | 0:00 | 7:00 |
| Total | 3827:30 | 2601:00 | 119:00 | 22:00 | 309:00 | 96:00 | 34:00 | 10:00 | 4289:30 | 2729:00 | 7018:30 |

Notas:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e noturno só contempla o trabalho extraordinário efetuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriadados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 101 - Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

| Grupo/cargo/carreira/Motivos de ausência | Casamento | | Proteção na parentalidade | | Falecimento de familiar | | Doença | | Por acidente em serviço ou doença profissional | | Assistência a familiares | | Trabalhador-estudante | | Por conta do período de férias | | Com perda de vencimento | | Greve | | Outros | | Total | | TOTAL |
|---|-------------|------------|---------------------------|--------------|-------------------------|-------------|---------------|---------------|--|--------------|--------------------------|--------------|-----------------------|-------------|--------------------------------|-------------|-------------------------|-------------|------------|------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | | | | | | | | | | | 15.0 | | | | | | | | | | | | 0.0 | 15.0 | 15.0 |
| Técnico Superior | | | 231.0 | 722.0 | 20.0 | 63.0 | 524.0 | 1484.0 | 543.0 | | 30.0 | 149.0 | 25.0 | 17.0 | 16.0 | 17.0 | 45.0 | 36.0 | 1.0 | 3.0 | 152.0 | 184.0 | 1587.0 | 2675.0 | 4262.0 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | | | | | 8.0 | 27.0 | 278.0 | 1324.0 | 282.0 | 213.0 | 20.0 | 11.0 | 24.0 | 15.0 | 32.0 | 16.0 | 4.0 | 21.0 | | | 81.0 | 97.0 | 729.0 | 1724.0 | 2453.0 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | | | | | | | 105.0 | | | | | | | | | 2.0 | | | | 2.0 | | | 109.0 | 0.0 | 109.0 |
| Informático | 15.0 | | 4.0 | | 2.0 | | 469.0 | 232.0 | | | 18.0 | | | | 1.0 | | 1.0 | | | 2.0 | 4.0 | 3.0 | 512.0 | 239.0 | 751.0 |
| Total | 15.0 | 0.0 | 235.0 | 722.0 | 30.0 | 90.0 | 1376.0 | 3040.0 | 825.0 | 213.0 | 68.0 | 175.0 | 49.0 | 32.0 | 48.0 | 34.0 | 51.0 | 58.0 | 1.0 | 5.0 | 239.0 | 284.0 | 2937.0 | 4653.0 | 7590.0 |

Notas:

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 102 - Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

| Identificação da greve | | | |
|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--|
| Data | Âmbito (escolher da lista em baixo) | | Motivo(s) da greve |
| 29-01-2016 | Greve | | Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. |
| PNT* | Nº de trabalhadores em greve | Duração da paralisação (em hh/mm) | |
| 35 horas | 5 | 7:00 | |
| Total | 5 | 7:00 | |

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respetivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

| Identificação da greve | | | |
|------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--|
| Data | Âmbito (escolher da lista em baixo) | | Motivo(s) da greve |
| 29-01-2016 | Greve | | Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. |
| PNT* | Nº de trabalhadores em greve | Duração da paralisação (em hh/mm) | |
| 35 horas | 1 | 7:00 | |
| Total | 1 | 7:00 | |

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respetivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Quadro 103 - Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Período de referência: mês de dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respetiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro)

| (Excluindo prestações de serviço) | Número de trabalhadores | | |
|-----------------------------------|-------------------------|------------|------------|
| | M | F | Total |
| 501-1000 € | 13 | 18 | 31 |
| 1001-1250 € | 32 | 59 | 91 |
| 1251-1500 € | 30 | 41 | 71 |
| 1501-1750 € | 33 | 69 | 102 |
| 1751-2000€ | 22 | 52 | 74 |
| 2001-2250 € | 32 | 26 | 58 |
| 2251-2500 € | 18 | 18 | 36 |
| 2501-2750 € | 20 | 9 | 29 |
| 2751-3000 € | 9 | 9 | 18 |
| 3001-3250 € | 4 | 1 | 5 |
| 3251-3500 € | 1 | 1 | 2 |
| 3501-3750 € | 14 | 17 | 31 |
| 3751-4000 € | 2 | 0 | 2 |
| 4001-4250 € | 7 | 4 | 11 |
| 5251-5500 € | 2 | 1 | 3 |
| 5751-6000 € | 1 | 0 | 1 |
| Mais de 6000 € | 1 | 0 | 1 |
| Total | 241 | 325 | 566 |

Notas:

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iii) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

| Remuneração (€) | Euros | |
|-----------------|------------|------------|
| | Masculino | Feminino |
| Mínima (€) | 650.75 € | 683.13 € |
| Máxima (€) | 6 639.84 € | 5 311.86 € |

Nota:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 104 - Total dos encargos anuais com pessoal

| Encargos com pessoal | Valor (Euros) |
|----------------------------------|------------------------|
| Remuneração base (*) | 14 458 700.64 € |
| Suplementos remuneratórios | 852 748.58 € |
| Prestações sociais | 883 440.58 € |
| Outros encargos com pessoal (**) | 4 057 402.67 € |
| Total | 20 252 292.47 € |

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 105 - Suplementos remuneratórios

| Suplementos remuneratórios | Valor (Euros) |
|---|---------------------|
| Trabalho suplementar (diurno e noturno) | 59 246.98 € |
| Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*) | 9 599.26 € |
| Trabalho por turnos | 20 799.82 € |
| Abono para falhas | 3 971.68 € |
| Ajudas de custo | 59 308.37 € |
| Representação | 669 211.41 € |
| Outros suplementos remuneratórios (***) | 30 611.06 € |
| Total | 852 748.58 € |

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho extraordinário (diurno e noturno).

Quadro 106 - Encargos com prestações sociais

| Prestações sociais | Valor (Euros) |
|--|---------------------|
| Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção) | 5 153.73 € |
| Abono de família | 4 751.08 € |
| Acidente de trabalho e doença profissional | 7 258.25 € |
| Subsídio de refeição | 748 961.13 € |
| Outras prestações sociais (incluindo Pensões) | 117 316.39 € |
| Total | 883 440.58 € |

Quadro 107 - Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

| Acidentes de trabalho | | No local de trabalho | | <i>In itinere</i> | | | |
|--|---|----------------------|--|-------------------|--|---------------------|-----------------------------|
| | | Total | Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa) | Total | Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa) | 1 a 3 dias de baixa | Superior a 30 dias de baixa |
| Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência | M | 1 | 1 | 5 | 1 | 1 | 3 |
| | F | 0 | | 1 | | | 1 |
| Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência | M | 0 | | 4 | | 1 | 3 |
| | F | 0 | | 1 | | | 1 |
| Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano | M | 0 | | 315 | | | 315 |
| | F | 0 | | 143 | | | 143 |
| Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores | M | 0 | | 487 | | | 487 |
| | F | 0 | | 0 | | | |

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 108 - Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

| Casos de incapacidade | Nº de casos |
|--|-------------|
| Casos de incapacidade temporária e parcial | 4 |
| Total | 4 |

Quadro 109 - Número e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

| Atividades de medicina no trabalho | Número | Valor (Euros) |
|---|--------|---------------|
| Total dos exames médicos efetuados: | 123 | 0.00 € |
| Exames de admissão | 7 | |
| Exames periódicos | 112 | |
| Exames ocasionais e complementares | 4 | |
| Exames de cessação de funções | 0 | |
| Despesas com a medicina no trabalho (*) | | 10 000.00 € |
| Visitas aos postos de trabalho | 5 | |

Nota:

(*) Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afeto

Quadro 110 - Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

| Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões | Número |
|---|--------|
| Visitas aos locais de trabalho | 5 |

Quadro 111 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

| Segurança e saúde no trabalho Custos | Valor (Euros) |
|---|---------------|
| Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a) | 32 976.41 € |
| Equipamento de proteção (b) | 750.00 € |

Notas:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão

Quadro 112 - Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

| Tipo de ação/duração | Menos de 30 horas | De 30 a 59 horas | Total |
|----------------------|----------------------|---------------------|------------|
| Internas | 601 | | 601 |
| Externas | 82 | 44 | 126 |
| Total | 683 | 44 | 727 |

Notas:

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- ação interna, organizada pela entidade;
- ação externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + .. + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 113 - Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

| Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes | Nº de participações | | TOTAL | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|
| | Ações internas | Ações externas | Nº de participações | Nº de participantes |
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 17 | 4 | 21 | |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | 88 | 8 | 96 | |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | 43 | 3 | 46 | |
| Técnico Superior | 351 | 95 | 446 | |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 82 | 5 | 87 | |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 5 | | 5 | |
| Informático | 15 | 11 | 26 | |
| Total | 601 | 126 | 727 | 0 |

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 + ... + n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 114 - Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

| Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas | Horas dispendidas em ações internas | Horas dispendidas em ações externas | Total de horas em ações de formação |
|---|--|--|--|
| Dirigente Intermédio de 1.º grau a) | 251:00 | 28:00 | 279:00 |
| Dirigente Intermédio de 2.º grau a) | 1143:00 | 103:00 | 1246:00 |
| Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a) | 479:00 | 44:00 | 523:00 |
| Técnico Superior | 4011:00 | 2384:00 | 6395:00 |
| Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo | 825:00 | 91:00 | 916:00 |
| Assistente Operacional, Operário, Auxiliar | 35:00 | | 35:00 |
| Informático | 154:00 | 275:00 | 429:00 |

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 115: Despesas anuais com formação

| Tipo de ação/valor | Valor (Euros) |
|----------------------------|--------------------|
| Despesa com ações internas | 28 602.15 € |
| Despesa com ações externas | 30 211.44 € |
| Total | 58 813.59 € |

Notas:

i) Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 116 - Relações profissionais

| Relações profissionais | Número |
|---|--------|
| Trabalhadores sindicalizados | 198 |
| Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores | 7 |

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante o ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade